



PGTA COIDI

Plano de Gestão
Territorial e Ambiental
Coordenadoria das
Organizações Indígenas
do Distrito de Iauaretê

FOIRN / COIDI

2020



PGTA COIDI

Plano de Gestão Territorial e
Ambiental

Coordenadoria das Organizações
Indígenas do Distrito de Iauaretê

FOIRN / COIDI

2020



EXPEDIENTE

O Plano de Gestão da COIDI – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê – é resultado de um longo processo de construção coletiva em que participaram lideranças, jovens, homens e mulheres das diferentes sub-regiões da COIDI. É fruto da agenda conjunta, liderada pela FOIRN e Coordenadorias Regionais, para a construção dos Planos de Gestão das Terras Indígenas do Rio Negro, dentre elas a Terra Indígena Alto Rio Negro. O PGTA da COIDI é um desdobramento do PGTA da Terra Indígena (TI) Alto Rio Negro: foi elaborado visando o aprofundamento de temas e problemas específicos de nossa região e que não puderam ser inteiramente contemplados no documento da TI. O objetivo é que este documento específico da COIDI sirva de instrumento para nosso diálogo interno e de ferramenta complementar na interlocução com o poder público e parceiros.

Realização: COIDI e FOIRN



Diretora Executiva da FOIRN para região da COIDI (2017-2020)

Almerinda Ramos de Lima – Tariana

Coordenação COIDI (2017-2020)

Jaciel José Prado Freitas – Coordenador

Adilma Lima Sodré Maia – Vice-coordenadora

Paulino Vieira (até set. 2018) e João Bosco Antunes Lacerda – Secretários

Islaine Nogueira Galvão (até set. 2018) e Jeremias Gonçalves Lana – Tesoureiros

Assessoria Instituto Socioambiental (ISA)



Instituto Socioambiental

Colaborações para organização e edição do documento

Aline Scolfaro, Carla Dias e Diego Rosa

Apoio na sistematização de dados e informações

Bruno Marques (para interlocução com o povo Hupd'äh) e Pieter Jan van der Veld

Elaboração de mapa Renata A. Alves

Projeto gráfico Rafael Miranda

Representantes das comunidades e associações indígenas que participaram do Levantamento Socioambiental e das oficinas dos Grupos de Trabalho (GT) do PGTA

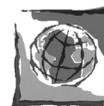
Adilma Sodré, Antônio Ramos, Eládio Braga, Edmar Sanches, Jonilson Lelis, Luis Gilberto Rodrigues e Nivaldo Castilho.

Colaboradores todas as lideranças e moradores das comunidades da área de abrangência da COIDI que participaram das oficinas e fóruns de consulta do PGTA.

Apoiadores Financeiros



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE



ALIANÇA PELO CLIMA



EMBAIXADA DA NORUEGA



Regnskogfondet

GORDON AND BETTY
MOORE
FOUNDATION



União Europeia

HORIZONT
3000

ORGANIZAÇÃO AUSTRIACA DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO

Sumário

I. Perfil geral da região da COIDI

Território e governança. Recortes territoriais e étnicos: sub-regiões da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI). Territorialidade e fronteira. Grupos étnicos e territórios ancestrais. Migrações, mudanças culturais e conflitos territoriais. Território e acordos internos. Políticas Públicas.

II. Especificidades sub-regionais

1. Papuri

Território e governança. Comunidades, população, grupos étnicos. Território ancestral. Migrações recentes e abandono das comunidades. Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos. Prioridades, desafios e estratégias para a gestão territorial e ambiental no Papuri.

2. Alto Uaupés

Território e governança. Comunidades, população, grupos étnicos. PGTA Kotiria e Kubeo. Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos. Prioridades, desafios e estratégias para a gestão territorial e ambiental no alto Uaupés.

3. Médio Uaupés

Território e governança. Comunidades, população, grupos étnicos. Migrações recentes e abandono das comunidades. Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos. Prioridades, desafios e estratégias para a gestão territorial e ambiental no médio Uaupés.

4. Iauaretê

Território e governança. Comunidades, população, grupos étnicos. Migrações, crescimento populacional e transformações socioambientais. Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos. Prioridades, desafios e estratégias para a gestão territorial e ambiental em Iauaretê.

III. COIDI: Temas prioritários para ações e políticas públicas

Educação. Saúde. Cultura. Lixo e saneamento. Sustentabilidade e geração de renda. Energia, comunicação e mobilidade.

IV. Siglário

I. Perfil geral da região da COIDI

Os não-indígenas e os governos municipal, estadual e federal devem reconhecer, respeitar e apoiar os nossos territórios nativos e o nosso modo de viver. E o que registrarmos nesse PGTA deve ser repassado para nossos filhos e netos, reforçando o conhecimento sobre o território de cada grupo, de cada comunidade: as áreas de pesca, caça, extrativismo, roça, os lugares sagrados e outros locais importantes. — Encaminhamento Oficina PGTA COIDI, 2015

Território e governança

A área de abrangência da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI) inclui o povoado de Iauaretê, os cursos médio e alto do rio Uaupés, Igarapé Japu e o rio Papuri, margeando parte do limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro, linha de fronteira com a Colômbia. Nessa região se concentram aproximadamente 5.100 pessoas (cerca de mil famílias) que se diferenciam em grupos pertencentes às famílias linguísticas Tukano Oriental, Arawak, Naduhupy, distribuídas em mais de 60 comunidades e outros 39 assentamentos menores – comumente designados sítios –, além do povoado de Iauaretê. A região da COIDI é também, conforme reivindicação do movimento indígena, uma unidade distrital de São Gabriel da Cachoeira, definida pela Lei Municipal 209/2006 (Plano Diretor de São Gabriel da Cachoeira, 2006).



Visando fortalecer a governança desse território, a grande maioria das comunidades está hoje organizada por associações de base, filiadas à Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro (FOIRN) através da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI). A maioria dessas associações surgiu entre as décadas de 1980 e 1990, no período das intensas discussões e da luta para a demarcação da Terra Indígena Alto Rio Negro. Desde então, algumas mudaram suas siglas, se reconfiguraram e se fortaleceram para enfrentar os novos desafios pós-demarcação; outras permaneceram pouco ativas. Mas, com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI) e o processo participativo de elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) Terra Indígena Alto Rio Negro, as associações ganharam um novo fôlego e uma maior responsabilidade em relação à gestão e governança dos territórios que representam. As principais associações de base na área de abrangência da COIDI hoje são:

ONIRWA – Organização Indígena do Alto Rio Waupés. Representa as comunidades do trecho mais alto do Uaupés brasileiro, entre as comunidades de Querari e Jacaré.

ACIRWA – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Waupés Acima. Representa as comunidades do trecho do Uaupés que vai de Matapi-Brasil até Itaiacu.

ACIARP – Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri. Representa as comunidades do curso mais alto do Papuri brasileiro e afluentes, de Melo Franco até a comunidade Piracuara.

ONIMRP – Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri. Representa o trecho do Papuri compreendido entre as comunidades de Japurá e São João.

ACIMERVA – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Waupés. Antiga UNIDI – *União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê*, representa as comunidades do curso médio do rio Uaupés e afluentes, de Urubuara até a Ilha São João.

ACIRJA – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu. Abrange as comunidades de Jacaré Banco, Boca do Traíra, Água Viva, Santo Atanásio, e os sítios Vila Nova, Jacaré Banquinho e Tukano, no igarapé Japu; bem como as comunidades Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santo Expedito, Santo Antônio e Santa Rosa, no igarapé Cabari.

OCII – Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê. Representa as 10 comunidades do povoado de Iauaretê.

AMIDI – Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê. Com sede no povoado de Iauaretê, mas representando as mulheres de toda a área de abrangência da COIDI.

Além dessas associações, há ainda outras categorias de organizações indígenas importantes na região da COIDI, com destaque para algumas associações escolares mais atuantes como a ASEKK – Associação da Escola Khumunu Wu'u Kotiria; as Associações de Pais e Mestres da Comunidade – APMCs; AISPI – Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê; organizações culturais como o CERCI – Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê; e associações de categoria como a ATIDI – Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê. Todas essas organizações têm um papel importante na gestão e governança desse território.

Ao lado do protagonismo desempenhado pelas associações, cumpre destacar o papel fundamental do manejo territorial feito pelos conhecedores de cada sub-região, de todos os povos das diferentes famílias linguísticas. Assim, no Papuri, alto e médio Uaupés, e em Iauaretê são fundamentais os conhecedores tradicionais (*kumua*, pajés, benzedores), reconhecidos por todos como indispensáveis para a governança do território, orientando sobre o manejo tradicional, os lugares sagrados, as histórias de origem dos grupos, o cuidado com a saúde e outros assuntos importantes para a gestão ambiental e territorial. Por isso, eles devem participar ativamente da implementação do PGTA e serem consultados em todos os assuntos que dizem respeito ao bem viver das comunidades e manejo do território.



Recortes territoriais e étnicos: sub-regiões da COIDI

Em termos de governança, a região da COIDI foi dividida em sub-regiões. Desde o início do processo de discussão do PGTA foi debatido com as comunidades e associações quais deveriam ser os recortes territoriais e sociopolíticos do Plano de Gestão da Terra Indígena Alto Rio Negro, pois em uma região tão extensa e multiétnica como o Alto Rio Negro essa era uma definição importante para todo o processo. A primeira definição foi o recorte pelas Coordenadorias da FOIRN, instâncias de governança já amplamente reconhecidas. Mas dentro da área de abrangência de cada Coordenadoria foram reconhecidos ainda outros recortes, fundamentados nas dinâmicas socioterritoriais tradicionais e também nas especificidades microrregionais e étnicas. No caso da COIDI, foram reconhecidas quatro sub-regiões e mais um recorte étnico dos povos Hupd'äh e yuhupdeh. Foi com base nesses recortes que todas as etapas de discussão e elaboração do PGTA foram executadas, incluindo o Levantamento Socioambiental realizado no ano de 2016/17. Seguem os recortes etno-territoriais da COIDI:

1. Papuri

2. Alto Uaupés

3. Médio Uaupés

4. Iauaretê

Os Hupd'äh (presentes nas sub-regiões da COIDI e da DIA WII, Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes) e os Yuhupdeh (DIA WII) são considerados grupos de recente contato pela Funai, apresentando algumas demandas e questões específicas em relação à gestão territorial e ambiental na região. As comunidades Hupd'äh na área da COIDI fazem parte de três dessas sub-regiões (Papuri, médio Uaupés e Iauaretê), compartilhando terras e convivendo com outros povos. Assim, considerando suas especificidades, foram realizadas oficinas para consulta em suas comunidades, destacando questões, desafios e ações necessárias que estão presentes também nos Planos de Gestão Wasu (de toda abrangência da FOIRN) e no PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro. Participaram, portanto, das discussões gerais sobre a elaboração do PGTA e estão contemplados também nos desafios e ações estratégicas definidas pela COIDI e pela DIA WII. No momento, estão em processo de aproximação das associações acima citadas, além de buscar hoje formas próprias para sua representação política no contexto regional, instituições estatais e potenciais parceiros do movimento indígena.



Territorialidade e fronteira

A região de governança da COIDI – assim como todo o limite oeste da Terra Indígena Alto Rio Negro – é um território fronteiriço, com os rios Papuri e alto Uaupés delimitando parte da fronteira entre Brasil e Colômbia. O lado colombiano é também um território indígena reconhecido, um dos maiores da Colômbia – o *Gran Resguardo Indígena del Vaupés*. E nesse extenso território de fronteira há comunidades das mesmas famílias linguísticas, mesmos grupos étnicos e até mesmas famílias vivendo e transitando entre os dois lados da fronteira. Pois para os povos e comunidades indígenas que aí vivem, a ocupação e uso do território sempre estiveram baseados na ancestralidade e nas histórias antigas de origem dos grupos étnicos e clãs, antes que na linha geopolítica que separa os dois países.

As fronteiras, como se sabe, se sobrepuseram à territorialidade tradicional, trazendo novos desafios para os povos e comunidades indígenas. Assim, pensar a gestão ambiental e territorial de uma região fronteiriça como essa requer hoje o envolvimento e articulação com as comunidades e associações atuantes do lado colombiano que, aliás, já possuem seus *Planes de Vida*, conforme a legislação colombiana prevê. A principal des-

As associações é a ACAZUNIP – *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri*, cuja governança se estende por quase todo o território que faz fronteira com a região da COIDI. A outra associação é a *Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Bajo Vaupés* – AZATRIBVA¹, que se avizinha ao curso mais alto do Uaupés brasileiro, região da ONIARWA.

Do mesmo modo, é fundamental que os governos dos dois países se empenhem em estabelecer acordos de cooperação em assuntos de interesse dos povos indígenas da região, visando contribuir para uma gestão compartilhada e integrada desse grande território sociocultural.

Por isso mesmo, a questão da fronteira foi destacada como um dos temas prioritários de três das quatro sub-regiões da COIDI (Papuri, alto Uaupés e Iauaretê), o que inclui também questões e propostas relacionadas com a presença do Exército e dos Pelotões de Fronteira (PEFs) em trechos do Uaupés, especialmente em Iauaretê e Querari (alto Uaupés).



Grupos étnicos e territórios ancestrais

Na região da COIDI, como em toda a bacia do rio Uaupés, os grupos étnicos predominantes são os da família linguística Tukano Oriental, sobretudo Tukano, Desana, Piratapuaia, Arapasso, Wanano e Kubeo; Naduhupy (Hupd'äh e Yuhupdeh). Mas há também os Tariano, de origem Arawak e oriundos da bacia do Içana-Aiari, cuja história de deslocamento e ocupação da região de Iauaretê, localizada no entroncamento entre os rios Uaupés e Papuri, remonta a tempos muito antigos².

Segundo contam as narrativas de criação do mundo e da humanidade, cada grupo étnico com seus subgrupos ou clãs possui as prerrogativas de manejo de seus territórios ancestrais tal como estabelecido desde os tempos antigos. Assim, os limites de áreas de pesca, caça, roça, extrativismo, bem como os posteriores acordos de uso de recursos e ocupação do território se baseiam nessas prerrogativas de ancestralidade e precedência.

Deste modo, no rio Papuri e seus afluentes estão os territórios ancestrais dos Tukano (*Yepa Mahsã*), dos Desana (*Wihó Mahsã* ou *Umurĩ Mahsã*), dos Piratapuaia (*Waikhana*) e outros como Karapanã e Siriano (estes no Papuri colombiano). Já os Kubeo e Kotiria têm o seu território ancestral na região do alto Uaupés e alguns de seus afluentes. Os Tariano fizeram sua história na região de Iauaretê. Os Hupd'äh, por sua vez, têm os seus territórios ancestrais na área de interflúvio, em igarapés afluentes dos rios

¹ Essas associações foram convidadas e participaram de quase todas as etapas de mobilização e discussão do PGTA, tanto nos encontros regionais da COIDI como nos sub-regionais do Papuri e alto Uaupés.

² Para a história de origem e de ocupação dos Tariano em Iauaretê, ver *Dossiê Cachoeira de Iauaretê* (2007) e o livro do antropólogo Geraldo Andreello, *Cidade do Índio* (2006), em especial o capítulo 5.

Papuri, Uaupés e Tiquié, região de abrangência da COIDI e DIA WII (antiga COITUA – Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes).



Migrações, mudanças culturais e conflitos territoriais

Atualmente, nem todos os grupos vivem em seus territórios de origem. Devido a inúmeros fatores pré e pós-coloniais³, diversas famílias, clãs ou mesmo grupos inteiros acabaram deixando seus territórios tradicionais, fundando novos assentamentos e sítios ou se juntando a comunidades já existentes em outras regiões da bacia do Uaupés ou mesmo mais além, como no rio Negro e afluentes. Isso criou novos problemas e novos desafios para a gestão e governança dos territórios indígenas, problemas frequentemente apontados pelos participantes das oficinas e consultas do PGTA realizadas na região da COIDI entre 2015 e 2018.

“Desde o início cada povo ou etnia respeitava as áreas que são limitadas, onde os nossos ancestrais já tinham o seu território demarcado. Atualmente, algumas pessoas que são migrantes não respeitam a área limitada de quem já é antigo da região. Nós temos a responsabilidade de cuidar dos nossos próprios territórios, por isso devemos repassar para a geração futura. Por exemplo, onde outros povos e outras comunidades vivem, sempre devemos respeitar as suas áreas, pedindo permissão para fazer a caça, pesca e também para fazer roça” (morador de Iauaretê, durante II oficina do Fórum de Consulta PGTA, Iauaretê/2018)

Esse é um assunto sensível, sobretudo no povoado de Iauaretê, que nos últimos 40 anos mais que triplicou sua população, com a chegada de famílias que saíram de suas comunidades de origem, nas calhas do Papuri e Uaupés, para se fixarem no povoado. Com exceção de Iauaretê, atualmente há na região da COIDI mais famílias saindo para se fixar em outras regiões da bacia do rio Negro, especialmente na cidade, do que famílias chegando de fora ou se deslocando entre as próprias sub-regiões de abrangência da COIDI, conforme mostrou o levantamento socioambiental do PGTA realizado em 2016/17.

³ Fatores tais como conflitos internos e entre os grupos étnicos; aumento populacional; deslocamentos em busca de terras mais férteis; fugas da perseguição e violência colonial; deslocamentos forçados ou voluntários para trabalhar nos seringais e, mais tarde, nos garimpos de outras regiões do rio Negro; migrações mais recentes para povoados maiores e centros urbanos etc.

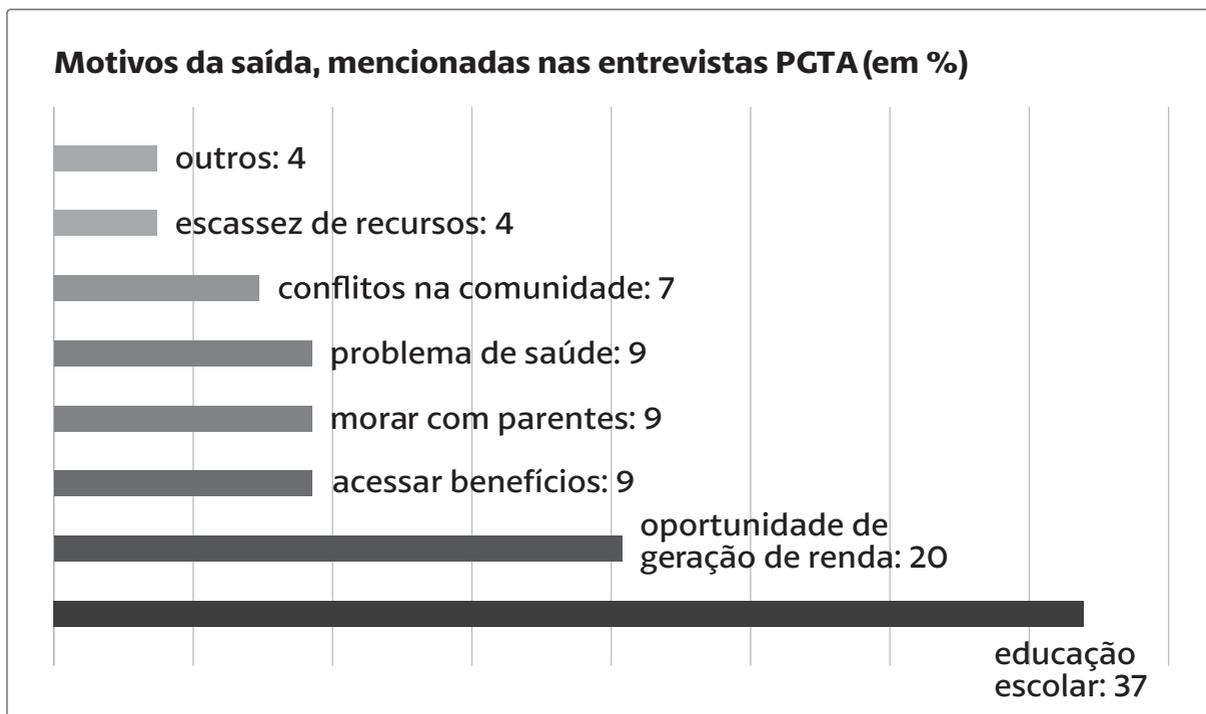
Tabela 1 – Dados de migração (por sub-região da COIDI)

Sub-região	Famílias saindo da comunidade	Famílias que mudaram para a comunidade
Papuri	20	4
Alto Uaupés	26	10
Médio Uaupés	21	14
Japu	15	4
Iauaretê	56	39 ⁴
Total	138	71

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Entre os motivos apontados para esses deslocamentos, os principais são acesso a sistemas de educação vistos como de mais qualidade e a mais oportunidades de geração de renda. Em seguida, também foram indicados: acesso a benefícios do governo, morar com parentes, acesso a serviços de saúde, conflitos na comunidade e escassez de recursos. O gráfico abaixo mostra essas causas de deslocamentos:

Gráfico 1 – Motivos da saída

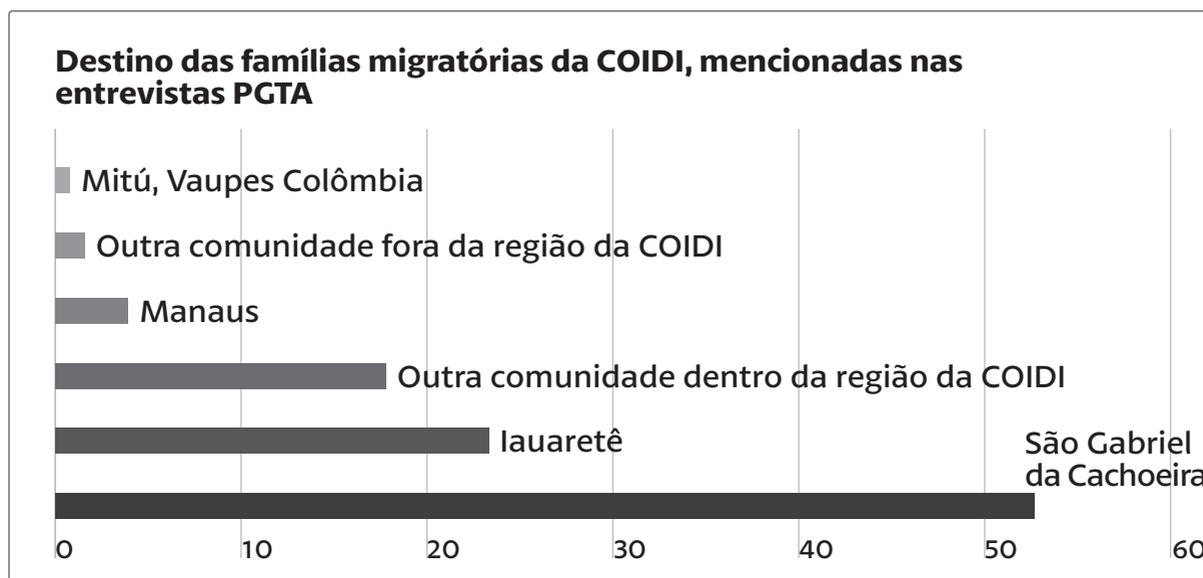


Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Já o destino das famílias que se deslocam da região da COIDI é majoritariamente São Gabriel da Cachoeira; em seguida, há expressivos deslocamentos para Iauaretê e entre as comunidades das sub-regiões da COIDI, conforme o gráfico abaixo:

⁴ Não tem informação da Vila São Miguel.

Gráfico 2 – Destino das famílias migratórias da COIDI



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Outra problemática ressaltada nas oficinas e consultas da região da COIDI está relacionada às mudanças culturais e questões geracionais. Os mais velhos se queixam de que as novas gerações não possuem mais os mesmos conhecimentos sobre as histórias de origem e ocupação do território perpetrada pelo grupo étnico e seus clãs tais como as gerações mais antigas possuíam, e que por isso desconhecem os acordos, regras e prerrogativas de uso e ocupação dos antepassados. Isso acarreta problemas e conflitos para as comunidades, já que muitos não sabem mais sobre os limites das áreas de manejo, pesca e caça estabelecidos pelos antepassados. Do mesmo modo, poucos conhecem sobre os *wametisé*, lugares sagrados ancestrais e moradas de outros seres da natureza, donos dos peixes e animais de caça. Desconhecendo suas histórias, bem como as regras e restrições de uso desses lugares, acabam desrespeitando e causando desequilíbrio ambiental, o que pode ocasionar doenças e ataques de seres da natureza como os *Waimahsã* (peixe-gente).

“Antigamente, os pais repassavam os ensinamentos para os filhos, ensinamentos de benzimentos, dos lugares sagrados dentro do seu território, dos limites de sua área, indicando onde podia encontrar a fartura de peixes e caça. Por isso os filhos respeitavam e não ultrapassavam os limites do território das outras comunidades. Mas atualmente muitos não conhecem mais os limites do território deixados pelos antepassados, por isso há conflitos” (morador do médio Uaupés, durante oficina do Fórum de Consulta PGTA, comunidade Loiro/2017).

“As novas gerações não conhecem mais as histórias de origem, as histórias de ocupação desse território por cada grupo, por cada clã. Isso precisa ser valorizado no PGTA também” (morador de Iauaretê, durante I oficina do Fórum de Consulta PGTA, Iauaretê/2017)

“Hoje, os lugares sagrados também não são respeitados, como o caso de pedras que não podem ser tocadas, pois trazem consequências para o corpo, doenças, e as pessoas não respeitam mais” (moradora de Iauaretê, durante I oficina do Fórum de Consulta PGTA, Iauaretê/2017)



Território e acordos internos

A partir desse diagnóstico, a necessidade de se discutir e se estabelecer regras e acordos internos no PGTA foi um assunto unânime em todas as sub-regiões. Por isso, esse foi outro tema apontado como prioridade em todas as sub-regiões da COIDI.

“Antigamente havia muito respeito e consideração entre os povos indígenas e respeito aos territórios tradicionais. Todos sabiam dos seus limites. Hoje, vemos que nós estamos perdendo a nossa tradição. Por isso, regras e acordos internos devem entrar no PGTA” (Encaminhamento da oficina do Fórum de Consulta PGTA Alto Uaupés, comunidade Querari/2017)

“A cultura indígena é oral, mas agora é preciso o documento escrito, formalizado, pois regras e acordos orais não são respeitadas atualmente. As pessoas esquecem facilmente as regras, é preciso registrá-las em documento escrito. Por isso devem entrar no PGTA” (Encaminhamento da I oficina do Fórum de Consulta PGTA Iauaretê/2017)

“É preciso estabelecer acordos entre as comunidades e associações indígenas da calha do rio Papuri, do lado colombiano e brasileiro, respeitando cada território, língua, costumes, tradições, lugares sagrados, lugares de caça e pesca. Isso deve fazer parte do PGTA” (Encaminhamento da oficina do Fórum de Consulta PGTA Papuri, comunidade Pohsaya Pitó – São Gabriel/2017)

***“Deve haver acordos entre nós para extração de madeira, pesca, extrativismo; isso para não gerar conflitos por motivo da invasão do território das outras comunidades. Esses acordos devem estar registrados no PGTA”
(Encaminhamento da oficina do Fórum de Consulta PGTA Médio Uaupés, comunidade Loiro/2017)***

Essas regras e acordos internos foram discutidos levando em conta os problemas e as especificidades locais de cada uma das sub-regiões, por isso estão detalhadas nas seções por sub-região.

Dentre os temas destacados estão:

- i. acordos sobre limites de áreas de uso;
- ii. regras e acordos de pesca e caça;
- iii. regras e acordos para manejo de recursos do extrativismo;
- iv. acordos sobre áreas de roçado (em especial em Iauaretê).



Políticas públicas

Além das questões internas, que dependem em grande medida do diálogo e execução pelas próprias comunidades (como os acordos de manejo e uso do território), as transformações pelas quais passaram os territórios indígenas do rio Negro desde o início do processo de colonização até os dias de hoje criaram novos problemas, desafios e necessidades para as comunidades indígenas. Essa nova realidade exige a presença e comprometimento do poder público, a destinação de recursos (financeiros e humanos) e implementação de políticas públicas sérias e adaptadas à realidade dos povos indígenas do Alto Rio Negro.

Na região da COIDI, onde as grandes distâncias e a dificuldade de acesso se impõem devido às inúmeras cachoeiras ao longo do curso dos rios, os custos e a complexidade de implementação de políticas e ações nas diversas áreas (saúde, educação, comunicação, fiscalização, cultura etc.) intensificam os desafios e exigem ainda mais esforços tanto do poder público quanto das associações indígenas e seus parceiros.

Na última parte, apresentamos os eixos prioritários e as propostas para ações, programas e políticas definidas pelas comunidades da área da COIDI, as quais incluem encaminhamentos nas áreas de educação, saúde, cultura, sustentabilidade e geração de renda, lixo e saneamento, comunicação, energia e mobilidade. Grande parte das propostas, demandas e estratégias definidas dependem de investimentos públicos e da readequação de políticas e programas voltados para os povos indígenas do Alto Rio Negro.



II. Especificidades sub-regionais

1. Papuri

A sub-região do Papuri abarca toda a extensão da margem direita do rio Papuri, desde Aracapá e sítios do entorno até a comunidade Melo Franco. De Melo Franco para cima e toda a margem esquerda do Papuri já é território colombiano. Apesar de a fronteira ser hoje um componente que orienta a governança indígena sobre esse território, a gestão e as dinâmicas de uso e manejo na região do Papuri são transfronteiriças. O que sempre definiu essas dinâmicas é o direito tradicional dos clãs de cada grupo étnico, muito mais que a linha de fronteira geopolítica. Assim, há comunidades, grupos e famílias do lado colombiano cujas roças, áreas de pesca e outros recursos ficam do lado brasileiro, assim como há comunidades e sítios do lado brasileiro que possuem direito tradicional de uso sobre áreas do lado colombiano.

Mas é fato que hoje, com todas as mudanças que afetam a vida das comunidades, há situações em que essas regras e acordos tradicionais de ocupação e uso do território não são mais tão claras e muitas vezes acabam sendo sobrepostas por novos critérios, como a própria linha de fronteira. Por isso, esse é um dos desafios de implementação do PGTA na região do Papuri, em especial no que diz respeito aos acordos internos e aos acordos binacionais de cooperação, tanto entre as associações e comunidades indígenas, quanto em nível governamental.



Instâncias de governança

No lado brasileiro da calha do rio Papuri, há duas associações representativas criadas no período da demarcação das terras indígenas no rio Negro. Uma que representa o alto Papuri, ACIARP – *Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Papuri*, e outra que representa o médio e baixo Papuri, ONIMRP – *Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri*. Elas permaneceram pouco ativas na última década, mas com o processo de discussão, elaboração e perspectivas de implementação do PGTA estão assumindo novamente seu papel na governança e na gestão do território. No lado colombiano, a ACAZUNIP – *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri* elaborou o seu *Plan Integral de Vida Indígena* em 2008 e hoje, mais de dez anos depois, ainda lutam pela implementação e

manutenção do que já foi conquistado. Além das associações indígenas, ocupam papel central na região do Papuri os conhecedores e lideranças tradicionais (*kumua*, pajés, benzedores) que possuem reconhecimento e dão orientações relacionadas à governança e gestão ambiental e territorial segundo a cultura e o território de cada grupo étnico. Assim, eles devem participar ativamente da implementação do PGTA e ser consultados em todos os assuntos que dizem respeito ao bem viver das comunidades e manejo do território.

Igualmente, é importante ressaltar que existem também os modos próprios de organização e governança dos grupos Hupd'äh que vivem no Papuri, que não se veem completamente representados por essas associações. Eles vêm buscando formas próprias para sua representação política perante as outras etnias e à sociedade não-indígena. Por isso possuem um capítulo à parte no PGTA.



Comunidades, população, grupos étnicos

No lado brasileiro do Papuri, vivem hoje aproximadamente 157 famílias, contabilizando cerca de 870 pessoas. São 18 comunidades e outros 7 assentamentos menores distribuídos pelo curso principal e afluentes da margem direita do rio. Do lado colombiano, há ainda outras 10 comunidades, totalizando cerca de 1.200 pessoas (fonte: *Plan de Vida ACAZUNIP*, 2008).

Os grupos étnicos mais presentes são: Tariano, Tukano e Hupd'äh no baixo Papuri; Tukano, Desana e Piratapuia no médio Papuri; Tukano, Desana, Tuyuka e Hupd'äh no alto Papuri. Há ainda outros grupos étnicos como os Bará⁵, Siriano e Karapanã que vivem mais para as cabeceiras, já em território colombiano. E há também algumas mulheres casadas no Papuri, mas vindas de outras regiões e pertencentes a outras etnias, como Kotiria e Kubeo, por exemplo.

Maloca em São Gabriel do Papuri, rio Papuri. Aline Scolfaro/ISA, 2010.

⁵ Esse dado aparece registrado no levantamento FOIRN e ISA, 2017/18 como "Baré", mas nas oficinas disseram tratar-se de Bará.

Lista de comunidades e sítios do Papuri com nome na língua:

Japurá

(*Muhsirō Nuhkurō*)

Etnia predominante:
Tariano

Situação:
sítio

População:
1 família (2 pessoas)

Sabiá

(*Wa'pá Poewa*)

Etnia predominante:
Tariano

Situação:
sítio

Aracapá

(*Tōka Poewa*)

Etnia predominante:
Tariano

Situação:
comunidade

População:
6 famílias (40 pessoas)

Ituim

(*Buhka Sidó Yoã*)

Etnia predominante:
Piratapuia

Situação:
sítio

Ucapinima

(*Kiika'sedo wu'u*)

Sem etnia predominante

População:
2 famílias (11 pessoas)⁶

Serrinha

(*Nimã wi'i*)

Etnia predominante:
Tukano

Situação:
sítio

Pari-Ponta

(*Imisapa*)

Etnia predominante:
Tukano

Situação:
sítio

Santa Luzia

(*Sepirō Wi'i*)

Etnia predominante:
Tukano

Situação:
comunidade

População:
11 famílias (52 pessoas)

Santo Antônio do Turi

(*Ahpōaña Pi'to*)⁷

São Sebastião

(*Miriã Poewa*)

Etnia predominante:
Tukano

Abacate

(*Uñuña*)⁸

Tucunaré

(*Buhko Bu'a*)

Santa Cruz do Turi

(*Kurusa Wi'i*)

Etnia predominante:
Desano

Situação:
comunidade

População:
20 famílias (96 pessoas)

São José

(*Bohtari Ya*)

Não tem gente

Santo Antônio

(*Yai Ya*)

Não tem gente

Japim

(*Yohsō Puri Wi'i*)

Etnia predominante:
Piratapuia

Situação:
sítio

Murutinga

(*Buhtio*)

Situação:
Não tem gente

São José de Anchieta

(*Po'kari Wi'i*)

Etnia predominante:

Tukano

Situação:

comunidade

População:

8 famílias (42 pessoas)

São Fernando

(*Yo' Bug'*)¹⁹

Etnia predominante:

Hupd'äh

Situação:

comunidade

População:

16 famílias (91 pessoas)

Tucunaré Alto

(*Bu'uko*)

Etnia predominante:

Tukano

Situação:

comunidade

População:

5 famílias (22 pessoas)

São Luiz de Wirarí

(*Diatimeperi*)²⁰

Etnia predominante:

Desano

Jandiá

(*Bahsaku Wi'i*)

Etnia predominante:

Tukano

Situação:

comunidade

Jandiá:

5 famílias (32 pessoas)

Waguiá

(*Wahnaw Huh*)²¹

Etnia predominante:

Hupd'äh

Situação:

comunidade

População:

26 famílias (146 pessoas)

Uirapixuna-Mirim

(*Dia To'a Wi'i*)²²

Etnia predominante:

Desano

Situação:

sítio

São Miguel

(*Porero Wi'i*)

Etnia predominante:

Tukano

Situação:

comunidade

População:

5 famílias (31 pessoas)

Santa Cruz de Inambú

(*Ñokoã Pahkarã Wi'i*

Boa Ya)

Etnia predominante:

Tuyuka

Situação:

comunidade

População:

6 famílias (44 pessoas)

Melo Franco

(*Dia Pahsí Wi'i*)

Etnia predominante:

Tukano

Situação:

comunidade

População:

5 famílias (26 pessoas)

Notas desta seção:

6 Dados da consulta de setembro de 2018.

7 Comunidade atualmente sem moradores fixos, permanece nessa lista por orientação de GT Papuri, visando elaboração de estratégias para retorno de antigos moradores.

8 Cf. nota 6.

9 Nas oficinas, listaram essa comunidade, contudo vale destacar que ela se encontra do lado colombiano do rio Papuri.

10 Cf. nota 8.

11 Cf. nota 8.

12 Na lista de 2015 o nome era: Sirã Peri Wi'i.

Na consulta de setembro pediram para trocar por: Wariá Bu'a.

13 Cf. nota 6.

14 Cf. nota 8.

15 La Florida é considerada por alguns como bairro Hupd'äh de Piracuara. Nas consultas e GT Papuri, foi listada como comunidade.

16 Cf. nota 8.

17 Cf. nota 8.

18 Nome em língua hup, segundo informação de Bruno Marques.

19 Cf. nota 17.

20 Cf. nota 8.

21 Cf. nota 17.

22 Conhecida e registrada pelo GT PGTA também como Uirapixuna-Ponta.



Território ancestral

O Papuri é uma região culturalmente muito importante para grande parte dos grupos da família Tukano Oriental. Ao longo de seu curso principal e de alguns de seus afluentes, como o igarapé Macucu (margem colombiana), o igarapé Turi (margem brasileira), o igarapé Inambu (que corre por território brasileiro e colombiano) estão os territórios ancestrais e sítios históricos de vários grupos étnicos e seus clãs, como os Tukano, Desana, Piratapuia, Siriano, Karapanã, Tuyuka, Bará. Os que conhecem as histórias contam que os primeiros ancestrais chegaram à região depois de uma longa viagem realizada no ventre de uma Cobra-Canoa. Saindo do Lago de Leite, no extremo oriente, viajaram pelos rios Amazonas, Negro e Uaupés até chegar à cachoeira de Ipanoré, onde emergiram para esse mundo como seres humanos e iniciaram uma nova jornada rumo ao centro do mundo – os territórios destinados à cada povo ao longo do Papuri e afluentes.

Alguns desses grupos e seus clãs permaneceram no Papuri, com seus descendentes formando as comunidades que existem hoje. Outros migraram e se deslocaram para outras regiões da bacia do Uaupés (brasileiro e colombiano) e mais além, formando assentamentos nos cursos baixo, médio e alto Tiquié, médio e baixo Uaupés e mesmo no médio e baixo rio Negro e outros locais mais distantes.



Migrações recentes e desafios atuais

Em tempos mais recentes, sobretudo a partir da década de 1980 até o início dos anos 2000, o Papuri passou por um aumento expressivo no número de migrações de famílias sobretudo para o povoado de Iauaretê. Há comunidades que se viram quase que completamente esvaziadas, como Patos, São Paulo, Aracapá, dentre outras. Claro que sempre há famílias retornando ou famílias que mesmo tendo se mudado para outro local, como Iauaretê ou comunidades vizinhas onde há escola, mantêm suas casas, roças e seu vínculo com a comunidade de origem. Pois a mobilidade é um elemento essencial na dinâmica de vida de grande parte das famílias do Papuri e do Alto Rio Negro de modo geral, ainda mais com o estreitamento crescente da relação com a cidade. Mas é fato que o Papuri foi umas das regiões mais afetadas pela onda migratória que marcou especialmente esse período entre as décadas de 1980 e 2000, e que ainda hoje perdura, mesmo que em uma escala menor.

Dados do levantamento socioambiental FOIRN e ISA (2017) mostram o seguinte quadro:

Tabela 2 – Famílias saindo/chegando no Papuri

Sub-região	Famílias saindo da comunidade	Famílias que mudaram para a comunidade
Papuri	20	4

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Como vemos, se há famílias saindo, também há famílias chegando – embora a primeira situação seja mais numerosa –, algo próprio da dinâmica de deslocamentos na região do COIDI. Os dois principais motivos das migrações se devem a busca por escolas para educação dos filhos e oportunidades de renda, seguido por deslocamentos motivados por visita a parentes e acesso a benefícios do governo; por fim, estão os deslocamentos motivados por conflitos nas comunidades.

Diante desse quadro, a questão das migrações e abandono das comunidades pelas famílias foi outro dos problemas e desafios apontados durante as oficinas e consultas do PGTA no Papuri. Dentre as estratégias apontadas para minimizar esse problema e garantir a permanência e mesmo a volta das famílias para as comunidades estão propostas relacionadas à:

- i. ampliação da oferta de ensino e melhoria das escolas do Papuri;
- ii. facilitar o acesso a direitos e serviços básicos de cidadania, como retirada de documentos e benefícios sociais;
- iii. apoio para iniciativas produtivas familiares e geração de renda;
- iv. soluções para facilitar a mobilidade entre as comunidades do Papuri e o povoado de lauaretê, considerando o grande obstáculo que a cachoeira de Aracapá representa nesse deslocamento.

No quadro 3 exposto mais adiante, apresentamos o detalhamento dessas propostas.

Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos

Conforme já enunciado, apesar do Papuri ser uma área de ocupação muito antiga e território ancestral de grupos étnicos e clãs que até hoje vivem na região, no novo contexto da região há situações em que as regras e acordos tradicionais de uso e manejo do território não são mais tão claras. Isso se torna um problema especialmente para as novas gerações, influenciadas por valores exógenos; mas também com a interferência de certas políticas e órgãos dos governos brasileiro e colombiano que não levam em conta os sistemas tradicionais de ocupação e uso do território.

Nesse sentido, há hoje certos conflitos em relação aos limites de áreas de uso das comunidades, especialmente entre as comunidades dos lados brasileiro e colombiano. Também há controvérsias em relação a algumas técnicas e práticas atualmente usadas na pesca e no extrativismo que prejudicam o meio ambiente e afetam recursos dos quais todos dependem. Soma-se a isso a percepção dos moradores do Papuri de uma relativa diminuição de alguns recursos essenciais para a sobrevivência das famílias, como o peixe e alguns animais de caça. Deste modo, dizem que apesar de algumas regiões ainda terem bastante peixe, como aquelas com comunidades pequenas ou esvaziadas, bem como próximas a grandes igarapés e áreas de igapó, muitos trechos do rio, sobretudo aqueles próximos a comunidades grandes – com muitas famílias – e cachoeiras, têm menos peixe.

Segundo dados do levantamento socioambiental (2017) referentes à prática da pesca, notamos a centralidade de tal atividade na vida cotidiana das comunidades:

Tabela 3 – Práticas de pesca no Papuri

Sub-região	Pescam	Não pescam
Papuri	99 %	1 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Acerca da frequência da pesca, em dias por semana, temos o seguinte quadro:

Tabela 4 – Frequência de pesca no Papuri

Sub-região	Uma vez	2 a 3	Mais de 3	Diariamente
Papuri	20%	42%	6%	31%

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Dada a forte presença da prática de pesca na região, a maioria dos moradores afirma que a mesma é suficiente para a família:

Tabela 5 – Suficiência de pesca no Papuri

Sub-região	Sim	Não
Papuri	99 %	1 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

No que diz respeito à caça, os dados do levantamento mostram que 69% das famílias da região exercem essa prática, sendo que entre os ani-

mais mais caçados estão a paca, a cutia, seguidos de queixadas e tatu. Acerca da disponibilidade de caça, a percepção de 42% dos moradores da região é de que alguns tipos de animais deixaram de ser encontrados, sendo a queixada e a anta aqueles cuja ausência é mais notada.

No caso das roças, as famílias no Papuri têm em média três cada uma, a maioria não muito distante das comunidades (10 a 30 minutos em média é tempo do percurso até as roças).

Como já apontado em outros momentos, atritos se dão entre famílias e comunidades por conta do uso de áreas de pesca, caça e extrativismo. Para solucionar esses problemas e conflitos, as comunidades consideraram importante estabelecer regras e acordos internos, tanto entre as comunidades do lado brasileiro quanto com as comunidades do lado colombiano. Lembrando que lideranças do lado colombiano também participaram das oficinas e fóruns de consultas do PGTA COIDI realizadas entre 2015 e 2017.

Nos quadros abaixo apresentamos os principais problemas e pontos de conflitos levantados pelas comunidades do Papuri, assim como as propostas e medidas necessárias para sua solução. Foi ressaltado que todos esses acordos só vão funcionar se houver um consenso entre as comunidades dos dois lados da fronteira e uma campanha de conscientização e diálogo constante das lideranças entre si e com os moradores das comunidades.

Quadro 1 – Papuri: conflitos internos e estratégias para solução

Pontos de conflito

1. Desrespeito aos limites das áreas de uso das comunidades.
2. Pesca e caça na área de outra comunidade sem a devida permissão.
3. Retirada de madeira, caranã, cipó e outros recursos da área de outra comunidade sem a devida permissão.
4. Abertura de roçados na área de outra comunidade sem o devido acordo prévio, sobretudo entre comunidades dos lados brasileiro e colombiano.
5. Pernoite em comunidades cujos moradores estão ausentes.

Acordos e medidas necessárias

- i. Mapeamento dos limites do território ancestral de cada grupo étnico e das áreas de uso atual de cada comunidade.
- ii. Entrar em acordo sobre esses limites e respeitá-los, mesmo quando os moradores da comunidade estiverem ausentes.
- iii. Pedir autorização ao líder para pescar, caçar ou extrair recursos da área de outra comunidade. O líder por sua vez deve comunicar aos demais moradores para ver se esses estão de acordo.
- iv. Acordo entre as comunidades de ambos os lados da fronteira, para poder fazer a pescaria e a caça conforme regras tradicionais.
- v. Os acordos entre as comunidades dos dois lados da fronteira devem ser registrados em documento específico

e ser devidamente reconhecido pelos órgãos competentes de ambos os países.

vi. Ao pernoitar em uma comunidade cujos moradores estão ausentes, proceder com

respeito e deixar um aviso ao sair.

vii. Retribuição para os moradores quando for praticar atividades de pesca e caça na área da outra comunidade.



Quadro 2 – Papuri: **Manejo: problemas e** **estratégias para solução**



PESCA

Problemas

1. Tinguijamento indiscriminado nos igarapés, rios e lagos.
2. Uso excessivo de malhadeiras.
3. Pesca de mergulho com careta.
4. Arrastões com as malhadeiras.
5. Malhadeiras fora de uso largadas na beira do rio.
6. Assopro nos lugares sagrados de peixes.
7. Desrespeito às áreas de pesca tradicionais de cada grupo e comunidade.
8. Mal-entendidos entre famílias e comunidades dos dois lados da fronteira em relação às áreas de pesca.
9. Escassez de peixes.

Acordos e medidas necessárias

- Não tinguijar em lagos e no rio grande.
- Não tinguijar onde há consumo de água.
- Não tinguijar sem benzimento.
- Tinguijamento controlado nos igarapés, apenas de dois em dois anos.

- Proibir totalmente a pesca de mergulho com careta.
- Regular o uso de malhadeiras.
- Controlar a pesca na época da piracema.
- Uso e manejo controlado de daracubi.
- Parar com assopro nos lugares sagrados de peixes.
- Promover encontros para diálogo entre os conhecedores a respeito de boas práticas de benzimento.
- Respeitar as áreas de usufruto tradicionais de pesca de cada grupo étnico, clã e comunidade. E se for fazer pescaria nas áreas dos outros, pedir permissão e entrar em acordo com os “donos” da área.
- Diálogo e acordo entre as comunidades próximas dos lados brasileiro e colombiano a respeito das áreas de pesca, seguindo as regras tradicionais.



CAÇA

Problemas

- Abatimento de fêmeas prenhas e com filhote.

Acordos e medidas necessárias

- Não abater caça prenha ou com cria.



EXTRATIVISMO

Problemas

- Coleta através da derrubada de árvores e palmeiras frutíferas.
- Extração abusiva de caranã, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.
- Derrubada de árvores que abrigam daracubi.
- Falta de diálogo e acordos para extração de recursos da área de outra comunidade e entre comunidades dos dois lados da fronteira.

Acordos e medidas necessárias

- Trepar na árvore ou palmeira para fazer a coleta dos frutos, nunca derrubar.
- Na extração do caranã, sempre deixar ao menos duas folhas para que a palmeira possa se regenerar. Esse ponto deve ser acordado com os colombianos, apontados como principais responsáveis por essa atividade.
- Não derrubar as árvores que abrigam daracubi.
- Respeitar os territórios tradicionais de usufruto de cada grupo étnico, clã e

comunidade e sempre pedir permissão antes de extrair recursos das áreas dos outros, como sempre fizeram os antepassados.

- Que os governos brasileiro e colombiano reconheçam e respeitem esses acordos através de seus órgãos competentes.



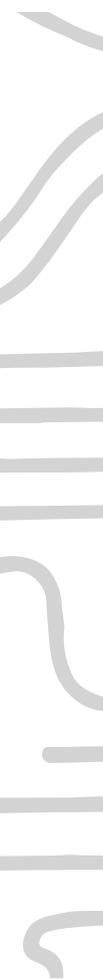
ROÇA

Problemas

- Famílias brasileiras que possuem roças do lado colombiano e vice-versa. Muitas vezes isso gera conflitos, seja entre as comunidades ou por interferência de órgãos governamentais, sobretudo colombianos.

Acordos e medidas necessárias

- Estabelecer os acordos das áreas de roça por escrito, levando em conta as regras tradicionais de uso do território.
- Exigir o reconhecimento e o respeito a esses acordos por parte dos órgãos competentes dos dois países.



Principais problemas, desafios e prioridades para a gestão do território e bem viver das comunidades no Papuri: quadro síntese

Segue abaixo um quadro com os principais problemas, desafios e propostas para o PGTA do Papuri, sintetizando o que foi detalhado ao longo desta seção. Tais propostas e prioridades foram debatidas e encaminhadas pelos moradores e lideranças participantes das oficinas e consultas realizadas entre 2015 e 2017.

Há ainda outros encaminhamentos importantes por temas considerados essenciais para a gestão do território, mas que por serem temas comuns e que apresentam propostas semelhantes em toda a região da COIDI estão apresentados na última parte do PGTA COIDI. Incluem propostas nas áreas de educação, saúde, cultura, governança, fiscalização, lixo, saneamento, comunicação e energia.

Quadro 3 – Síntese dos principais desafios e prioridades específicas da sub-região do Papuri

- ii. Promover campanhas de conscientização; realizar reuniões e assembleias para manutenção e readequação dos acordos; elaborar cartilhas e informativos com os acordos numa linguagem simples e acessível.

A. ACORDOS INTERCOMUNITÁRIOS

Propostas e medidas necessárias

1. Resgate e fortalecimento dos conhecimentos sobre os territórios ancestrais de cada grupo étnico e seus clãs e sobre as regras tradicionais de convivência.
2. Acordos sobre áreas de uso das comunidades e sobre práticas de manejo (pesca, caça, extrativismo, roça), envolvendo também as comunidades do lado colombiano.

Estratégias

- i. Promover encontros de conhecedores; elaborar mapas dos territórios étnicos; registrar narrativas de origem e de ocupação do território por cada grupo étnico.

B. QUESTÃO DE FRONTEIRA

Propostas e medidas necessárias

1. Acordos sobre áreas de uso e práticas de manejo firmados entre as comunidades dos dois lados da fronteira.
2. Registrar esses acordos em documento específico e buscar o reconhecimento pelos órgãos competentes dos dois países.
3. Que os moradores das comunidades do Papuri possam acessar o sistema de educação e saúde de ambos os lados da fronteira, com reconhecimento oficial pelos órgãos competentes.

Estratégias

- i. Articulação entre as lideranças e associações dos dois lados da fronteira; reuniões e assembleias entre as comunidades dos dois lados da fronteira;

- elaboração de cartilhas e informativos binacionais com os acordos firmados.
- ii. Elaboração de documento de cooperação binacional entre os governos; articulação e reuniões com os órgãos competentes dos dois países.



C. PERMANÊNCIA E VOLTA DAS FAMÍLIAS PARA SUAS COMUNIDADES DE ORIGEM

EDUCAÇÃO

Propostas e medidas necessárias

1. Ampliação da oferta de ensino no Papuri: ensino médio e técnico.
2. Melhoria das escolas das comunidades: infraestrutura e qualidade de ensino.
3. Que alunos do lado colombiano possam estudar nas escolas do lado brasileiro e vice-versa, com reconhecimento oficial dos órgãos competentes.

Estratégias

- i. Articulação e reuniões com os órgãos competentes dos dois países; estabelecimento de um acordo de cooperação binacional entre os governos.
- ii. Levantamento de dados sobre os estudantes, para fazer encaminhamentos para a SEDUC.
- iii. Levantamento da estrutura das escolas no Papuri, e encaminhar para SEMEC.

CIDADANIA E ACESSO A SERVIÇOS

Propostas e medidas necessárias

1. Instalação de um “balcão da cidadania” em Iauaretê, para que seja possível retirar documentos (RG, CPF etc.) sem precisar se deslocar até a cidade.
2. Instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal em Iauaretê, para que as famílias possam sacar os benefícios sociais sem precisar se deslocar até a cidade.

Estratégias

- i. Fazer solicitação, via associações, junto as instituições, da instalação do “balcão da cidadania” em Iauaretê.
- ii. Insistir, junto às instituições, para a instalação da agência da Caixa Econômica Federal em Iauaretê.

MOBILIDADE

Propostas e medidas necessárias

1. Melhorar o acesso e deslocamento entre as comunidades do Papuri e o povoado de Iauaretê.
2. Reativar e melhorar a trilha entre a comunidade de Patos/Papuri e Santa Maria/Iauaretê.
3. Propor soluções de engenharia para facilitar a passagem pela cachoeira de Aracapá.

Estratégias

- i. Solicitar atuação da prefeitura, via representante do prefeito em Iauaretê (“prefeito-mirim”) para melhora de vias de desvio das cachoeiras.

SUSTENTABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA

Propostas e medidas necessárias

1. Apoio para iniciativas familiares de piscicultura e criação de animais de pequeno porte.
2. Apoio para o transporte e escoamento de produtos da roça para comercialização em Iauaretê e São Gabriel da Cachoeira.
3. Reativar e readequar programa de merenda regionalizada, com menos burocracia.

Estratégias

- i. Solicitar apoio junto ao IDAM e SEMINPA; para formação, solicitar apoio do IFAM.
- ii. Montar proposta para ser apresentada para o governo.



2. Alto Uaupés

A sub-região do alto Uaupés compreende toda a extensão da margem esquerda do Uaupés desde Itaiçu, um pouco acima de Iauaretê, até a comunidade Querari. De Querari para cima e toda a margem direita do Uaupés é território colombiano. Tanto no território brasileiro como colombiano vivem grupos e famílias dos povos kotiria, kubeo, tukano, desana, piratapuia, Tariano dentre outros. Portanto, como acontece na sub-região do Papuri, as relações sociais e dinâmicas de ocupação e uso do território pelas comunidades dos dois lados da fronteira se baseiam antes nas regras e acordos tradicionais de convivência que na linha geopolítica que hoje separa os dois países, embora tal linha coloque novos problemas.

A região do alto Uaupés, sobretudo a parte mais a montante, também é um elo de ligação entre as bacias do Uaupés e do Içana/Aiari, tanto do ponto de vista geográfico/hidrográfico quanto sociocultural. É uma região de transição e intercâmbios entre a tradição cultural dos povos arawak e a dos povos da família Tukano Oriental.



Instâncias de governança

As associações de base que representam a região do alto Uaupés hoje são a ONIARWA – *Organização Indígena do alto rio Waupés*, fundada no dia 21 de novembro de 2015, com a finalidade de atender demandas das comunidades do trecho mais alto do Uaupés brasileiro (de Querari até Jacaré) por projetos visando melhorias sobretudo na saúde e educação. A ACIRWA – *Associação das Comunidades Indígenas do Alto Rio Waupés Acima*, representando as comunidades do trecho do Uaupés que vai de Matapi-Brasil até Itaiçu, foi fundada no dia 27 de maio de 2015 com propósitos semelhantes a ONIARWA.

Além dessas associações, há também a ASEKK – *Associação da Escola Khumunu Wu'u Kotiria*, criada em 2003, e com nome definitivo estabelecido em assembleia de 2004, que representa as escolas dos povos kotiria e kubeo e que tem sido bastante atuante no alto Uaupés, tanto política quanto culturalmente, tendo inclusive experiências com gestão de projetos. E há ainda as APMCs, como APMC da escola de Querari, fundada em

2003, para facilitar a articulação da diretoria com as comunidades envolvidas; e a *Associação de Pais e Mestres das Escolas Santa Rosa e Periquito* – APMESP, fundada em 2017.

Do lado colombiano, há a ACAZUNIP – *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri*, cujo território de governança abarca as margens colombianas do Papuri e alto Uaupés, até a comunidade San Pedro Islas, e a AZATRIUBVA, antiga ALUBVA – *Animación y Lucha Bajo Vaupés*, que representa as comunidades colombianas do trecho mais alto do Uaupés (região entre Caruru–Cachoeira e Querari), até as proximidades de Mitú.

No alto Uaupés há ainda as lideranças tradicionais, tal como já indicado para o Papuri: irmãos maiores, benzedores, mestres de dança. Pois apesar da adoção do sistema democrático e representativo das associações e capitães que hoje, em muitas circunstâncias, se sobrepõe aos modos tradicionais de governança, os mais velhos, benzedores e conhecedores da cultura exercem ainda um papel fundamental na gestão do território e no manejo do mundo.



Comunidades, população, grupos étnicos

Nessa sub-região, no lado brasileiro, há 16 comunidades e outros 7 sítios onde vivem aproximadamente 154 famílias, totalizando cerca de 850 pessoas. Do lado Colombiano há ainda outras cinco comunidades e alguns assentamentos menores.

No alto Uaupés, o trecho mais a montante, região de Caruru–Cachoeira até Querari, e subindo o Uaupés colombiano, é território tradicional dos povos kotiria e kubeo, cujas relações interétnicas e conexão com esse território remetem aos tempos da origem do mundo. Já o trecho mais baixo, a partir de Periquito até Itaiçu, é uma região de ocupação antiga de alguns clãs e famílias Tariano (*Tariaseri*), Piratapuia (*Waikhana*) e Tukano (*Yepá Mahsã*), oriundos sobretudo do rio Papuri (caso dos Piratapuia e Tukano) e do Aiari (caso dos Tariano).

Cada um desses grupos étnicos e clãs possui a sua história e sua trajetória própria, que inclui grandes feitos dos antepassados, deslocamentos pelo território, alianças e conflitos interétnicos, xamanismo, doenças e epidemias pós-contato, fugas da violência colonial, chegada dos missionários, dentre outros eventos significativos. E são essas histórias e trajetórias que constituem a memória da ocupação e da conexão de cada grupo e de cada comunidade atual com seu território.

Lista das comunidades e sítios do alto Uaupés (lado brasileiro) com nomes em português e na língua própria:

Querari

(*Kuraharia kɥportɥ*)

Etnia Predominante:
Kubeo

População:
37 famílias (192 pessoas)

Situação:
comunidade

Açaí

(*Emimoē pawā*)

Etnia Predominante:
Kubeo

População:
7 famílias (27 pessoas)

Situação:
comunidade

Iauaretê-Ponta

Etnia Predominante:
Kubeo (Betowa)

População:
2 famílias (6 pessoas)

Situação:
sítio

Matapi Brasil

(*Kostida*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
1 família (9 pessoas)

Situação:
comunidade

Carurú-Cachoeira

(*Koama Phoaye*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
28 famílias (167 pessoas)

Situação:
comunidade

Poraquê-Ponta

(*Sā'ama wahpa*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
3 famílias (22 pessoas)

Situação:
comunidade

Ilha de Inambú

(*Khã nɥhkõ*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
7 famílias (36 pessoas)

Situação:
comunidade

Arara-Cachoeira

(*Bo'tea wairo*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
5 famílias (22 pessoas)

Situação:
comunidade

Ilha de Tamancuaré

(*Tupi nɥhkɥro*)

População:
1 família (9 pessoas)

Situação:
sítio

Ilha de Japú

(*Mũ nɥhkõ*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
2 famílias (5 pessoas)

Situação:
sítio

Jacaré-Cachoeira

(*Bɥhkɥ ti mahkã*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
2 famílias (14 pessoas)

Situação:
comunidade

Jutica

(*Ñahpima*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
6 famílias (30 pessoas)

Situação:
comunidade

Taina-Brasil

(*Nihã*)

Etnia Predominante:
Kotiria

População:
3 famílias (14 pessoas)²³

Situação:
comunidade

Cuiubi

(*Khatañoa*)

População:
3 famílias (16 pessoas)

Situação:
comunidade



O PGTA Kotiria e Kubeo

Devido à proximidade territorial e entre tradições narrativas que marcam as relações entre os povos kotiria e kubeo, hoje as suas comunidades mais a montante formam um importante nexu regional dentro da sub-região do alto Uaupés. Esse é um dos motivos pelos quais, nos últimos anos, os Kotiria e Kubeo se empenharam na elaboração de um PGTA específico para seus territórios.

Em 2013, a *Associação da Escola Khumunu Wu'u Kotiria (ASEKK)* foi contemplada na chamada pública para elaboração de *Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)* do Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI). Os Kubeo e Kotiria montaram uma equipe de 10 pesquisadores indígenas da região, acompanhados de 3 assessores antropólogos e 1 linguista, com o objetivo de iniciar a elaboração do PGTA para as comunidades compreendidas entre Querari (comunidade kubeo) e Ilha de Japu (última comunidade kotiria a jusante), num total de 12 comunidades.

Ao longo do ano de 2014 foram feitas, numa primeira etapa, oficinas de sensibilização acerca dos conceitos centrais do PGTA, como “território”, “gestão”, “ambiente” etc., bem como sobre a relevância dessa ferramenta para as comunidades indígenas. Em seguida, teve início a fase de levantamento dos dados, com aplicação de questionários, registros fotográficos, elaboração de etnomapas em oficinas, e registro com GPS de lugares importantes como roças, lugares sagrados, áreas de caça, pesca e extrativismo.

Ao longo de todo o trabalho, dentre as inúmeras questões levantadas, duas receberam destaque: em primeiro lugar, a preocupação com a qualidade da educação e das escolas nas comunidades; em segundo, a questão dos limites de área entre comunidades, e os consequentes conflitos relacionados ao uso não permitido de lugares para caça, pesca, extrativismo etc. Infelizmente, por falta de recursos e tempo, esse primeiro PGTA se limitou ao levantamento e sistematização dos dados. Assim, o novo contexto de elaboração do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro permite avançar nas discussões já iniciadas em 2014 pelos Kotiria e Kubeo, desta vez em escala maior.

Além disso, com o início da elaboração do PGTA da Terra Indígena Alto Rio Negro e das discussões sobre os recortes territoriais, étnicos e políticos que deveriam orientar todo o processo, ficou definido pelas próprias comunidades que o alto Uaupés deveria ser considerado como uma das unidades territoriais de governança da área da COIDI. Desse modo, das oficinas e fóruns de consultas realizadas entre 2015 e 2017 com as comunidades do alto Uaupés, saíram problematizações, propostas e encaminhamentos mais gerais, que contemplam tanto o

território kotiria e kubeo quanto o trecho mais abaixo, onde vivem famílias Tariano, piratapuia e tukano. O que de maneira alguma substitui o PGTA próprio dos Kotiria e Kubeo, que apresenta uma perspectiva muito mais aprofundada sobre a relação que esses povos possuem com o seu território e sobre as especificidades desse nexos regional dentro do alto Uaupés²⁵.



Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos

Assim como nas outras sub-regiões da COIDI, no alto Uaupés um dos problemas e desafios de gestão apontados foi a questão dos conflitos e desentendimentos internos a respeito dos limites das áreas de uso de cada comunidade, grupo étnico, clã ou família que hoje compartilham a vida nesse território.

Na região abaixo de Periquito, onde a ocupação, apesar de muito antiga, é oriunda da chegada de grupos e famílias de outras regiões, sobretudo Papuri e Aiari, em tempos diversos e pertencentes a diferentes grupos étnicos (Tariano, Piratapuia e Tukano), esses desentendimentos foram mais enfatizados. Isso porque as áreas de pesca, caça, roça e extrativismo das comunidades estão baseadas em acordos estabelecidos pelos antepassados dos diferentes grupos que foram chegando pouco a pouco para se fixar na região. Hoje, muitos desses acordos não são mais tão claros para as novas gerações e também para famílias que chegaram a menos tempo, o que tem ocasionado situações de desrespeito às áreas de uso das comunidades e famílias.

Mas a situação que mais tem incomodado os moradores dessa região é a entrada sem controle de parentes que hoje vivem em lauretê, mas que frequentemente sobem o rio para pescar, sobretudo no trecho entre as comunidades de Itaiçu e Santa Rosa. As comunidades reclamam que esses parentes entram sem pedir permissão, se utilizam de práticas predatórias como careta, arrastão e uso excessivo de malhadeiras e ainda capturam peixes em quantidade além do necessário.

Também na área de Querari foram apontados alguns desentendimentos intercomunitários, sobretudo com as comunidades do lado colombiano (Puerto-Playa e Montenegro). Pois como no caso do Papuri, aqui há sempre dois pontos de vista em questão a respeito dos limites territoriais: um legal, ou seja, baseado na linha de fronteira Brasil/Colômbia; e outro indígena, isto é, das áreas tradicionais de uso e livre circulação entre parentes. Essa dualidade de perspectivas, com

²⁵ A previsão de publicação do PGTA Kotiria e Kubeo é para final de 2020.

interferência inclusive dos órgãos governamentais dos dois países, muitas vezes causa conflitos entre as comunidades, pois a depender das circunstâncias e dos interesses em jogo, uma ou outra perspectiva pode ser acionada. Assim, surgem muitos problemas e fica difícil chegar a um acordo a respeito das áreas e direitos de uso de cada comunidade.

Outro problema apontado no alto Uaupés diz respeito a algumas práticas de manejo hoje utilizadas na região que prejudicam o meio ambiente e afetam negativamente os recursos mais importantes dos quais todos dependem. Isso vem acontecendo sobretudo em relação à pesca, mas também na extração de alguns recursos florestais, como madeira, caranã, cipó e arumã; por isso, muitos moradores reclamam hoje de certa escassez de peixes, caça e dos citados recursos.

Tal como no Papuri, também no alto Uaupés a maioria das famílias pesca com frequência:

Tabela 6 – Práticas de pesca no alto Uaupés

Sub-região	Pescam	Não pescam
Alto Uaupés	99 %	1 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

A frequência da pesca, em dias por semana também é alta:

Tabela 7 – Frequência de pesca no alto Uaupés

Sub-região	Uma vez	2 a 3	Mais de 3	Diariamente
Alto Uaupés	13 %	33 %	11 %	44 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

A respeito da disponibilidade de peixe, a maioria dos moradores do alto Uaupés afirma ser a pesca suficiente para a família:

Tabela 8 – Suficiência de pesca no alto Uaupés

Sub-região	Sim	Não
Alto Uaupés	99 %	1 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Contudo, ao mesmo tempo, é relevante destacar, por fim, a acentuada percepção sobre a diminuição da quantidade de peixes no alto Uaupés:

Tabela 9 – Tamanho de peixes no alto Uaupés

Os peixes diminuíram a quantidade, comparando com 5 anos atrás?	Sim (% dos entrevistados)
Alto Uaupés	88

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Já no que diz respeito à caça, 50% das famílias a praticam. Entre os animais mais caçados, a paca ocupa lugar proeminente; em seguida, queixada e cutia; mutum e tatu estão no final da lista, como animais menos caçados. Ainda sobre caça, 26% das famílias do alto Uaupés avaliam que alguns animais deixaram de ser encontrados com facilidade, como a referida paca, seguida de queixada, caititu, anta e por fim mutum.

No caso das roças, as famílias no alto Uaupés têm em média três cada uma, a maioria não muito distante das comunidades (10 a 30 minutos em média que se gasta no percurso até as roças).

De modo geral, as comunidades do alto Uaupés enfatizaram que os desentendimentos que acontecem entre as famílias e comunidades a respeito dos limites dos territórios são em grande medida por falta de conhecimento das novas gerações a respeito dos acordos e regras de manejo estabelecidos pelos antigos, pois entre eles sempre houve respeito mútuo e um sempre podia acessar os recursos da área do outro, desde que houvesse diálogo e reciprocidade. Assim, concordaram que é preciso reforçar e redefinir essas regras e acordos, a partir do resgate e fortalecimento dos conhecimentos tradicionais de cada povo e comunidade acerca do seu território, transmitindo-os para as novas gerações.

Por isso que, no processo de elaboração de seu PGTA, as comunidades kotiria e kubeo fizeram o esforço de mapear os seus territórios tradicionais e as áreas de uso das comunidades. No mapeamento destacaram os limites das áreas de cada comunidade e reafirmaram que cada qual deve ter o conhecimento sobre seu próprio território e o respeito mútuo que os antepassados sempre tiveram, sem precisar colocar “cercas” nos limites territoriais, como fazem os não-indígenas.

Os quadros abaixo apresentam os principais problemas e conflitos apontados pelas comunidades em relação ao uso e manejo do território, bem como as propostas para sua solução.

Quadro 4 – Alto Uaupés: conflitos internos e estratégias para solução

Pontos de conflito

1. Desrespeito aos limites tradicionais das áreas de uso dos grupos étnicos, comunidades e famílias.
2. Falta de conhecimento das novas gerações sobre os limites e acordos tradicionais de uso e ocupação do território.
3. Pesca, caça e extração de recursos na área de outra comunidade sem o devido consentimento.
4. Parentes que vivem em lauaretê entrando para pescar e extrair recursos na área das comunidades entre Itaiapu e Santa Rosa sem o devido consentimento. Muitos ainda praticam pesca predatória, com uso de careta, arrastão, malhadeiras em excesso e capturando peixes acima do permitido.
5. Falta de entendimento e acordos claros a respeito das áreas de uso das comunidades dos dois lados da fronteira Brasil/Colômbia, sobretudo na região de Querari.

Acordos e medidas necessárias

- i. Mapeamento dos territórios tradicionais de cada grupo étnico e de cada

- comunidade, conforme estabelecido pelos antepassados (trecho abaixo de Periquito).
- ii. Respeito aos territórios tradicionais das comunidades kotiria e kubeo, conforme os mapeamentos já realizados e os acordos de respeito mútuo que sempre orientaram o diálogo entre os antepassados.
- iii. Famílias devem repassar aos jovens esses conhecimentos sobre o território; os pais têm responsabilidade sobre a transmissão desses conhecimentos aos filhos.
- iv. Pedir permissão e entrar em diálogo com os moradores tradicionais para poder pescar, caçar ou extrair recursos da área de outra comunidade, sobretudo quando precisar de grandes quantidades de pescado e outros recursos.
- v. Os parentes de lauaretê que forem realizar pescarias e extrair recursos na área das comunidades da ACIRWA devem pedir permissão e entrar em acordo com os moradores da área.
- vi. Estabelecer acordos específicos de uso do território entre as comunidades dos dois lados da fronteira, sobretudo na área de Querari.
- vii. Conscientização e diálogo entre as lideranças e entre os moradores para que os acordos sejam respeitados.

Quadro 5 – Alto Uaupés: Manejo: problemas e estratégias para solução

PESCA

Problemas

1. Uso excessivo de malhadeiras.
2. Pesca de mergulho com careta.
3. Tinguijamento sem controle.
4. Pesca abusiva no período da piracema.
5. Uso de benzimentos inadequados, por falta de conhecimento profundo do benzimento ou mesmo por inveja. Isso causa problemas para o manejo de peixes, pois acaba fechando as casas dos peixes.
6. Desrespeito às áreas de pesca tradicionais de cada grupo e comunidade.
7. Entrada de parentes de Iauaretê para pescar na área das comunidades do alto Uaupés, sem o devido consentimento e acordos de conduta.
8. Escassez de peixes.

Acordos e medidas necessárias

- i. Diminuir o uso de malhadeiras.
- ii. Utilizar malhadeiras apenas nas pescarias para trabalho comunitário, festas e outros eventos que reúnem muita gente.
- iii. Parar com a pesca de mergulho com careta, ela é prejudicial para o manejo de peixes.
- iv. Não pescar no período da piracema.
- v. Não tinguijar na época da seca, nem no rio grande e nem em lugares sagrados.
- vi. Permitir o tinguijamento, com os devidos cuidados, apenas de dois em dois anos e em ocasiões especiais (trabalho comunitário, festas e outros eventos que reúnem muitas pessoas).
- vii. Priorizar as técnicas tradicionais de

pesca, como as armadilhas caiá, matapi, cacuri.

- viii. Parar com assopro nos lugares sagrados de peixes.
- ix. Após a cerimônia de benzimento do banho da criança, o *kumu* precisa desfazer a proteção realizada no ato da cerimônia.

CAÇA

Problemas

1. Diminuição de certos animais de caça.
2. Uso de benzimentos que afugentam a caça ou fecham a casa dos animais, para prejudicar outros caçadores por inveja.
3. Caça na área dos outros sem a devida comunicação e consentimento.

Acordos e medidas necessárias

- i. Não caçar mais do que o necessário.
- ii. Não se utilizar de benzimentos prejudiciais para atacar outra comunidade ou família. Isso acaba prejudicando todo o meio ambiente e as futuras gerações.
- iii. Apenas caçar no território de outra comunidade com o conhecimento e consentimento do líder e moradores tradicionais.

EXTRATIVISMO

Problemas

1. Coleta através da derrubada de árvores e palmeiras frutíferas.
2. Extração abusiva de caranã e madeira.
3. Falta de diálogo e acordos para extração de recursos da área de outra comunidade.

Acordos e medidas necessárias

- i. Coletar os frutos sem derrubar as árvores e palmeiras, sobretudo quando for tirar fruta da área de outra família. É preciso

- respeitar e pensar nas gerações futuras.
- ii. Na extração do caranã, sempre deixar ao menos uma ou duas folhas para que a palmeira possa se regenerar.
 - iii. Quando derrubar árvore para uso da madeira, evitar desperdício, usar tudo o que foi retirado.
 - iv. Entrar em acordo com os moradores tradicionais e lideranças para poder extrair recursos da área de outra

comunidade, sobretudo quando se tratar de grandes quantidades.



ROÇA

- No caso da roça não há conflitos significativos, pois cada família possui suas áreas de roçado e terras suficientes para garantir o próprio sustento, com respeito mútuo entre todos.

Migrações e abandono das comunidades pelas famílias



Outro desafio apontado pelas comunidades do alto Uaupés diz respeito às migrações que ocorreram nas últimas décadas, com famílias deixando suas comunidades para viver em centros urbanos como São Gabriel da Cachoeira e Mitú (Colômbia), e mesmo no povoado de Iauaretê. É claro que sempre há famílias retornando para suas comunidades depois de um tempo passado fora, ou famílias que alternam entre a cidade e a comunidade, tal como se verifica em outras sub-regiões da COIDI, pois a mobilidade chega a ser mesmo uma característica cultural dos povos do Uaupés e do Alto Rio Negro como um todo. Ao mesmo tempo, o senso de pertencimento à um rio, trecho de rio ou comunidade é algo tão forte que mesmo depois de décadas passadas fora, as pessoas ainda se sentem moradores daquele lugar de origem.

Mas o fato é que nas últimas décadas houve um fluxo migratório muito maior em todo o Alto Rio Negro de famílias saindo de suas comunidades para se fixar nas cidades, o que acarretou um significativo esvaziamento de algumas comunidades. No alto Uaupés não foi diferente. As comunidades mais a jusante viram muitas famílias saírem para viver em Iauaretê e em São Gabriel da Cachoeira, sobretudo. Enquanto as comunidades mais próximas à Colômbia sofreram uma diminuição de sua população com a mudança de famílias, sobretudo para a cidade de Mitú. Dentre as comunidades mais afetadas por essa onda migratória, na percepção dos moradores da região, estão Açaí, Arara, Jacaré, Jutica, Umari-Cachoeira e Cuiubi.

Diante desse quadro, os moradores da região acharam importante discutir estratégias e medidas que poderiam contribuir para a permanência das famílias nas comunidades, e para o retorno daquelas que saíram, pois

é enfaticamente expresso o desejo e projeto de muitas famílias de retornarem às suas comunidades. Em primeiro lugar, destaca-se a questão da educação, já que o principal motivo apontado para a saída das famílias é a busca de educação escolar. Também foi destacada a questão da necessidade de existência de alternativas para geração de renda nas comunidades, uma vez que a busca por emprego e renda se coloca como o segundo motivo mais citado. Por fim, enfatizaram ainda a importância de campanhas, projetos e programas de incentivo e apoio ao retorno das famílias para suas comunidades e da conscientização a respeito da permanência nos territórios tradicionais. No Quadro 6, essas estratégias e propostas estão mais bem detalhadas.



Outros problemas e desafios para a gestão territorial e ambiental no alto Uaupés: presença militar e fronteira

No caso de Querari, é preciso discutir com mais atenção a questão da convivência entre moradores da comunidade e militares do 2 PEF.

Tema da fronteira: situação de colombianos no lado brasileiro da fronteira precisa ser discutida, pois muitos são alunos nas escolas brasileiras, mas não têm documentação de brasileiros, por conta, sobretudo, da dificuldade para viajar até São Gabriel da Cachoeira e da burocracia para fazer os documentos no Brasil. Essa questão a ser enfrentada com os desdobramentos do PGTA pode ser formulada em termos mais gerais da seguinte maneira: como ficam as comunidades indígenas do lado colombiano da fronteira que mantêm relações muito estreitas com as comunidades do lado brasileiro?



Principais problemas, desafios e prioridades para a gestão do território e bem viver das comunidades no alto Uaupés: quadro síntese

Segue abaixo um quadro com os principais problemas, desafios e propostas para o PGTA alto Uaupés, sintetizando o que foi detalhado ao longo desta seção. Tais propostas e prioridades foram debatidas e encaminhadas pelos moradores e lideranças participantes das oficinas e consultas realizadas entre 2015 e 2018.

Há ainda outros encaminhamentos importantes por temas considerados essenciais para a gestão do território, mas que por serem temas

comuns e que apresentam propostas semelhantes em toda a região da COIDI estão apresentados na última parte do PGTA COIDI, e incluem propostas nas áreas de educação, saúde, cultura, governança, fiscalização, lixo e saneamento, comunicação, energia e mobilidade.

Quadro 6 – Síntese dos principais desafios e prioridades da sub-região do alto Uaupés



A. ACORDOS INTERCOMUNITÁRIOS

Propostas e medidas necessárias

1. Resgate e fortalecimento dos conhecimentos sobre os territórios tradicionais de cada grupo étnico e de cada comunidade, com a transmissão desses conhecimentos às novas gerações.
2. Acordos sobre áreas de uso das comunidades e sobre práticas de manejo (pesca, caça, extrativismo, roça).

Estratégias

- i. Promover encontros de conhecedores, sob responsabilidade das associações locais, escolas e lideranças; elaborar mapas dos territórios étnicos; registrar narrativas de origem e de ocupação do território por cada grupo étnico; repassar esses conhecimentos para os jovens nas escolas e dentro da família.
- ii. Promover campanhas de conscientização; realizar reuniões e assembleias para manutenção e readequação dos acordos; elaborar cartilhas e informativos com os acordos numa linguagem simples e acessível.



B. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS E DAS FUTURAS GERAÇÕES NO TERRITÓRIO

EDUCAÇÃO

Propostas e medidas necessárias

1. Ampliação da oferta de ensino no alto Uaupés, com implantação de ensino médio no trecho abaixo de Ibacaba, onde ainda não há, e oferta de ensino técnico em áreas de interesse das comunidades e dos jovens.
2. Melhoria das escolas das comunidades, tanto em relação à infraestrutura quanto em qualidade de ensino.
3. Prioridade para a construção da escola de Querari, pois a situação precária da escola tem sido motivo da mudança de muitas famílias para a cidade.
4. Programa de moradia, alimentação e bolsas estudantis para alunos das comunidades poderem estudar nas escolas de Iauaretê sem que as famílias precisem se mudar para acompanhar os filhos.
5. Que alunos do lado colombiano possam estudar nas escolas do lado brasileiro e vice-versa, com reconhecimento oficial dos órgãos competentes.

Estratégias

- i. Articulação e reuniões com os órgãos competentes dos dois países; estabelecimento de um acordo de cooperação binacional entre governos.
- ii. Levantamento de dados sobre os estudantes, para fazer encaminhamentos

para a SEDUC, para resolver problemas sobre documentação.

- iii. Levantamento da estrutura das escolas no alto Uaupés (quantas escolas estão funcionando, quais os problemas etc.), e encaminhar para SEMEC, para fazer cobrança, que deve ser feita pelas associações de base, FOIRN e escolas.

SUSTENTABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA

Propostas e medidas necessárias

1. Apoio para iniciativas familiares e comunitárias de piscicultura e criação de animais de pequeno porte.
2. Apoio para o transporte e escoamento de produtos da roça para comercialização em Iauaretê e São Gabriel da Cachoeira.
3. Reativar e readequar programa de merenda regionalizada, com menos burocracia.
4. Criar projetos e programas de incentivo e apoio ao retorno das famílias para suas comunidades.

Estratégias

- i. Solicitar apoio junto ao IDAM e SEMINPA; para formação, solicitar apoio do IFAM.
- ii. Montar proposta para ser apresentada ao governo.
- iii. Associação deve discutir com a comunidade formas de incentivar o retorno das famílias para a comunidade.

CIDADANIA E ACESSO A SERVIÇOS

Propostas e medidas necessárias

1. Instalação de um “balcão da cidadania” em Iauaretê, para que seja possível retirar documentos (RG, CPF etc.) sem precisar se deslocar até a cidade.
2. Instalação de uma agência da Caixa Econômica Federal em Iauaretê, para que as famílias possam sacar os benefícios sociais sem precisar se deslocar até a cidade.

Estratégias

- i. Fazer solicitação, via associações, junto as instituições, da instalação do “balcão da cidadania” em Iauaretê.
- ii. Insistir, junto às instituições, para a instalação da agência da Caixa Econômica Federal em Iauaretê.



C. QUESTÃO DE FRONTEIRA E RELAÇÃO COM MILITARES

Propostas e medidas necessárias

1. Firmar acordos sobre áreas de uso e práticas de manejo entre as comunidades dos dois lados da fronteira, com base nas territorialidades tradicionais.
2. Acordo de livre trânsito entre indígenas na fronteira e facilitar a retirada de dupla nacionalidade pelos moradores das comunidades de ambos os lados.
3. Que os moradores das comunidades do alto Uaupés possam acessar o sistema de educação e saúde de ambos os lados da fronteira, com reconhecimento oficial pelos órgãos competentes.
4. Em Querari, devido à presença do PEF, é preciso discutir e estabelecer acordos de convivência entre os moradores e os militares.

Estratégias

- i. Articulação entre as lideranças e associações dos dois lados da fronteira, que pode ser feita pela COIDI; reuniões e assembleias entre as comunidades dos dois lados da fronteira; elaboração de cartilhas e informativos binacionais com os acordos firmados.
- ii. Elaborar documento para aprovação em Iauaretê, com demandas de Querari, apresentar para comandante do 2 PEF, e encaminhar ao comandante do CMA durante assembleia em São Gabriel da Cachoeira.



3. Médio Uaupés

A sub-região do médio Uaupés abrange o trecho do Uaupés que vai da comunidade Urubuquara – acima da cachoeira de Ipanoré – até Ilha São João, um pouco abaixo de Iauaretê. Inclui também a região do igarapé Japu (afluente do Uaupés), cujos moradores são do povo tukano e, em sua grande maioria, do povo Hupd'äh, os quais, por suas especificidades socioculturais e sua condição enquanto povo de mais recente contato, optaram por elaborar um capítulo próprio do PGTA da terra indígena Alto Rio Negro, apresentando propostas e encaminhamentos próprios.



Instâncias de governança

A principal associação de base atuante no médio Uaupés até 2018 era a UNIDI – *União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê*. Em 2019 o nome da associação foi alterado para ACIMERVA – *Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Uaupés*. Há também a ACIRJA – *Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu*, que representa comunidades e sítios do igarapé Japu (Jacaré Banco, Jacaré Banquinho, sítio Tukano, Boca do Traíra, Água Viva e Santo Atanásio) e igarapé Cabari (Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santo Exedito, Santo Antônio e Santa Rosa).

Além disso, tal como indicado para o Papuri e alto Uaupés, há as formas mais tradicionais de governança exercidas pelos irmãos maiores, os mais velhos, benzedores, mestre de danças e pajés. Esses são reconhecidos por todos e têm papel fundamental na governança do território, orientando sobre o manejo tradicional, os lugares sagrados, as histórias de origem dos grupos, o cuidado com a saúde e outros assuntos importantes para a gestão ambiental e territorial.



Comunidades, população e grupos étnicos

Na sub-região do médio Uaupés vivem hoje aproximadamente 153 famílias, totalizando cerca de 590 pessoas. São 13 comunidades e outros 6 sítios menores distribuídos ao longo das duas margens do Uaupés. No igarapé

Japu são 4 comunidades (Jacaré Banco, Boca do Traíra, Água Viva, Santo Atanásio), 3 sítios (Vila Nova, Jacaré Banquinho e Tukano); já no igarapé Cabari encontramos 5 comunidades (Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santo Expedito, Santo Antônio e Santa Rosa), totalizando 642 pessoas, sendo que 615 são do povo Hupd'äh e 28 Tukano (esses moradores da comunidade Jacaré Banco e sítio Tukano).

Esse trecho do Uaupés é uma região de ocupação tradicional do povo Arapasso e de ocupação antiga de outros grupos, clãs e famílias oriundos, sobretudo, do rio Papuri (caso dos Piratapuia, Tukano e Desana), lauaretê (caso de alguns clãs e famílias Tariano) e mesmo do rio Aiari, na bacia do Içana (caso dos Tariano também). Já pelo curso do igarapé Japu, no interflúvio do médio Uaupés com o médio Tiquié e o baixo Papuri, estão territórios ancestrais de vários subgrupos do povo Hupd'äh.

Lista de comunidades do médio Uaupés com nomes na língua:



Urubuquara

(*Yuhka pe*)

Limites:

Wa'imã yuhti a Igarapé Jararaca

População:

15 famílias (63 pessoas)

Etnia predominante:

Tariano



São Brás

(*Ña pa'mo*)

Limites:

Wa'imã yuhti a igarapé Jararaca.

População:

4 famílias (15 pessoas)

Etnia predominante:

Tariano



Nova Esperança

(*Utika puri ya pito*)

Limites:

igarapé Jararaca a igarapé Campina (margem direita), e de Mihsi so'ã ña a l'a wi'i (margem esquerda)

População:

11 famílias (47 pessoas)

Etnia predominante:

Tariano



São Francisco

(*Pirõ kuhtiro wi'i*)

Limites:

l'a wi'i a Mihsi so'ã ña (margem esquerda); Wahso pahka ya a We'e ya (margem direita)

População:

3 famílias (18 pessoas)

Etnias predominantes:

Waikhana, Tukano



Marabitana

(*Wehta ñoa*)

Limites:

Baari ñoa a Uhu ya (margem esquerda); igarapé We'e ya (margem direita)

População:

54 pessoas e 11 famílias (53 pessoas)

Etnias predominantes: T

ariano, Waikhana, Tukano



São José

(*Wirõ ñoa*)

Limites:

igarapé We'e ya a igarapé Wuhu ya

População:

7 famílias (33 pessoas)

Etnias predominantes:

Arapaço, Tukano



Lista de comunidades do igarapé Japú²⁷

Jacaré Banco/Vila Nova / Jacaré Banquinho/sítio Tukano²⁸

População:
94 pessoas (66 Hupd'äh e 28 Tukano)

Água Viva

População:
62

Boca do Traíra

População:
31

Santo Atanásio

População:
204

Lista de comunidades do igarapé Cabari²⁹

Santa Cruz do Cabari

População:
144

Piracema

População:
47

Santo Expedito

População:
25

Santo Antônio

Santa Rosa

População:
36

26 Dado de 2015.
27 Dados fornecidos por Bruno Marques.
28 O censo, aqui, corresponde a soma da população dos lugares citados.
29 Dados fornecidos por Bruno Marques.

Território e manejo ambiental: conflitos e acordos internos



São as histórias de origem e deslocamentos pela região que ajudam a compreender a formação atual das comunidades, as formas de convivência entre os diversos grupos que hoje coexistem nesse território, bem como alguns dos problemas e desafios internos apontados pelos moradores do médio Uaupés em relação à gestão territorial.

Dentre os pontos que foram bastante destacados nas oficinas e consultas realizadas destaca-se a questão dos conflitos internos envolvendo áreas de pesca, caça e coleta das comunidades, bem como práticas inadequadas e predatórias de pesca, caça e extrativismo. Pois hoje as regras e os acordos tradicionais estabelecidos pelos antepassados que ocuparam a região não são mais tão conhecidas diante de todas as transformações socioculturais e das mudanças geracionais que marcaram sobretudo o último século. Assim, reforçar e readequar esses acordos no contexto atual de discussão do PGTA foi apontado pelas comunidades do médio Uaupés como uma das prioridades, assim como em todas as outras sub-regiões da COIDI.

Os moradores do médio Uaupés também percebem hoje certas mudanças ambientais que têm afetado a vida das famílias e comunidades que dependem sobretudo da pesca, da roça e do extrativismo para viver. Sobre a pesca, temos o seguinte quadro:

Tabela 10 – Práticas de pesca no médio Uaupés

Sub-região	Pescam	Não pescam
Médio Uaupés	99 %	1 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

A frequência de pesca das famílias, em dias por semana é a seguinte:

Tabela 11 – Frequência de pesca no médio Uaupés

Sub-região	Uma vez	2 a 3	Mais de 3	Diariamente
Médio Uaupés	6	28	9	56

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

A principal queixa é em relação à escassez crescente de peixes, mais intensa no trecho entre Ilha de São João e Loiro, por conta do uso de caretas, malhadeiras e aumento da entrada de pessoas sem autorização para praticar a pesca. Seguem os dados relativos a percepção dos moradores da diminuição de peixes:

Tabela 12 – Tamanho de peixes no médio Uaupés

Os peixes diminuiram a quantidade, comparando com 5 anos atrás?	Sim (% dos entrevistados)
Médio Uaupés	80

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Acerca da caça, 51% das famílias a praticam. Entre os animais mais caçados, a paca ocupa o primeiro lugar, seguida por cutia, queixada, tatu e mutum. Ainda sobre caça, 68% das famílias do médio Uaupés avaliam que alguns animais deixaram de ser encontrados com facilidade, sobretudo queixada e anta, seguidos de caititu e, os menos citados, mutum e paca. Tal prática é uma das fontes de conflitos na região, sobretudo por conta da entrada de pessoas sem consentimento das comunidades, algo que acontece também em relação a recursos extrativistas, como no caso do caranã e cipó.

No que diz respeito às roças, as famílias no médio Uaupés têm em média seis cada uma, variando entre uma maioria não muito distante das

comunidades, isto é, 30 minutos em média de percurso até as roças (52%) e um número expressivo de roças distantes, com mais de uma hora de percurso (29%).

O quadro abaixo apresenta os principais problemas e conflitos apontados pelas comunidades em relação ao uso e manejo do território, bem como as propostas para sua solução.

Quadro 7 – Médio

Uaupés: conflitos internos e estratégias para solução

Pontos de conflito

1. Desrespeito aos limites tradicionais das áreas de uso das comunidades.
2. Falta de conhecimento sobre os limites e acordos tradicionais de uso e ocupação do território.
3. Pesca e caça na área de outra comunidade sem a devida permissão.
4. Retirada de madeira, caranã, cipó, seixo e outros recursos da área de outra comunidade sem a devida permissão.
5. Pescadores de lauaretê entrando na área das comunidades do médio Uaupés sem o devido acordo com os moradores tradicionais da área.
6. Famílias de lauaretê abrindo roças nas áreas das comunidades entre Ilha São João e Aracu-Ponta sem o devido acordo com os moradores tradicionais da área.

Acordos e medidas necessárias

- i. Mapeamento e registro dos limites do território tradicional de cada grupo étnico e de cada comunidade, conforme estabelecido pelos antepassados.
- ii. Entrar em acordo sobre esses limites e respeitá-los.
- iii. Fazer trabalho com os jovens a respeito desses acordos, através das famílias e da escola.
- iv. Sempre pedir autorização e entrar em acordo com os moradores tradicionais para poder pescar, caçar ou extrair recursos da área de outra comunidade.
- v. Retribuir os moradores tradicionais e “donos” da área quando for praticar atividades de pesca, caça e extrativismo na área da outra comunidade, oferecendo gêneros alimentícios industrializados ou regionais.
- vi. Conscientização e diálogo entre as lideranças e entre os moradores para que os acordos sejam cumpridos.
- vii. Que os parentes de lauaretê e outras regiões que forem realizar pescarias na área das comunidades do médio Uaupés peçam permissão e entrem em acordo com os moradores tradicionais da área.
- viii. Que as famílias de lauaretê que precisarem de terra para abrir roçados na área das comunidades do médio Uaupés entrem em acordo com os moradores tradicionais da área.

Quadro 8 – Médio

Uaupés: Manejo: problemas e estratégias para solução



PESCA

Problemas

1. Uso excessivo de malhadeiras.
2. Pesca de mergulho com careta.
3. Pesca no período da piracema.
4. Tinguijamento sem controle e sem benzimento.
5. Benzimento do primeiro banho da criança não desfeito.
6. Assopro nos lugares sagrados de peixes.
7. Desrespeito às áreas de pesca tradicionais de cada grupo e comunidade.
8. Entrada de parentes de outras regiões para pescar na área das comunidades do médio Uaupés, sem o devido consentimento.

Acordos e medidas necessárias

- i. Diminuir o uso de malhadeiras.
- ii. Parar com a pesca de mergulho com careta.
- iii. Evitar pescar no período da piracema, preservar os lugares de piracema.
- iv. Tinguijar apenas de quatro em quatro anos, seguindo os procedimentos tradicionais da cultura indígena.
- v. Após a cerimônia de benzimento do banho da criança o kumu precisa desfazer a proteção realizada no ato da cerimônia.
- vi. Parar com assopro nos lugares sagrados de peixes.
- vii. Promover encontros para diálogo entre os conhecedores a respeito de boas práticas de benzimento.

- viii. Sempre pedir permissão e entrar em acordo com os moradores tradicionais para poder pescar na área dos outros.
- ix. Elaborar Plano de Manejo de peixes no médio Uaupés que deverá ser respeitado tanto pelos moradores locais quanto pelos parentes de outras regiões (Iauaretê, alto Uaupés e Papuri).



CAÇA

Problemas

1. Abatimento de fêmeas prenhas e com filhote.

Acordos e medidas necessárias

- i. Não abater caça prenha ou com cria.



EXTRATIVISMO

Problemas

1. Coleta através da derrubada de árvores e palmeiras frutíferas.
2. Extração abusiva de caranã, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.
3. Coleta de daracubi através da derrubada das árvores que são seus *hábitats*.
4. Falta de diálogo e acordos para extração de recursos da área de outra comunidade.

Acordos e medidas necessárias

- i. Fazer a coleta sem derrubar, usando técnicas para subir até os frutos.
- ii. Na extração do caranã, sempre deixar ao menos uma ou duas folhas para que a palmeira possa se regenerar.
- iii. Não derrubar as árvores que abrigam daracubi e fazer a coleta de forma não abusiva.
- iv. Sempre pedir permissão e entrar em acordo com os moradores tradicionais e lideranças para poder extrair recursos da

área de outra comunidade.



ROÇA

Problemas

1. Desertificação e esterilização do solo devido ao uso de uma mesma área por longo período de tempo.
2. Predadores e pragas invadindo os roçados.

Acordos e medidas necessárias

- i. Procurar áreas adequadas de mata virgem para abrir novos roçados e deixar que as áreas usadas atualmente possam se regenerar.
- ii. Fazer pesquisa para entender o que tem causado o aumento de predadores e pragas que comem as roças. A partir disso, definir medidas para amenizar esse problema.



Rio Uaupés. Beto Ricardo/ISA, 1999.



Migrações e abandono das comunidades pelas famílias

Outro tema considerado prioridade pelos moradores do médio Uaupés se relaciona às migrações que ocorreram nas últimas décadas de famílias do médio Uaupés para o povoado de Iauaretê e, hoje em dia, da saída de famílias rumo à cidade, sobretudo São Gabriel da Cachoeira. O que se discutiu são as estratégias e medidas que seriam necessárias para evitar a saída das famílias e garantir a permanência das futuras gerações nesse território. Esse é um tema geral da Terra Indígena Alto Rio Negro, mas em algumas regiões, como Papuri e médio Uaupés, essas migrações foram mais intensas e continuam nos dias de hoje, mesmo que numa escala menor.

As propostas que foram levantadas pelas comunidades incluem medidas e ações nos temas de educação, sustentabilidade e comunicação, sobretudo, que estão detalhadas no quadro 9.



Outros problemas que têm afetado o território

A entrada de pessoas de fora sem consulta prévia e sem a devida autorização dos moradores e lideranças constitui outro problema que foi bastante enfatizado e discutido pelas comunidades do médio Uaupés. São pesquisadores, empresários, políticos, missionários etc., e há até mesmo denúncias sobre não-indígenas entrando na área para retirar madeira, seixo, minérios, dentre outros recursos.

As comunidades estão descontentes com essa situação e exigem serem consultadas sobre a entrada de qualquer pessoa de fora, com autonomia para autorizar ou não o ingresso, mesmo que a autorização já tenha sido dada pela FOIRN e Funai. As propostas para esse problema estão detalhadas no quadro 9 abaixo.



Problemas, desafios e prioridades específicas para a gestão do território no médio Uaupés: quadro síntese

Segue abaixo um quadro com os principais problemas, desafios e propostas para a gestão territorial e ambiental no médio Uaupés, sintetizando o que foi detalhado ao longo dessa seção. Tais propostas e prioridades foram debatidas e encaminhadas pelos moradores e lideranças participan-

tes das oficinas e consultas realizadas entre 2015 e 2018. Outros encaminhamentos importantes de temas considerados essenciais para a gestão do território e bem viver das comunidades, mas que por serem comuns a toda região da COIDI e para os quais foram levantadas propostas semelhantes em todas as sub-regiões, estão apresentados na última parte do PGTA COIDI. Incluem propostas nas áreas de educação, saúde, cultura, fiscalização, governança, lixo, saneamento, comunicação e energia.

Quadro 9 – Síntese dos principais desafios e prioridades específicas para a gestão territorial no médio Uaupés



A. ACORDOS INTERCOMUNITÁRIOS

Propostas e medidas necessárias

- i) Resgate e fortalecimento dos conhecimentos sobre os territórios tradicionais e história de ocupação do médio Uaupés pelos diversos grupos étnicos e pelas comunidades atuais.
- ii) Acordos sobre áreas de uso das comunidades e sobre práticas de manejo (pesca, caça, extrativismo, roça), incluindo um plano de manejo pesqueiro do médio Uaupés.
- iii) Acordar melhor forma de utilização da estrada que liga Ipanoré e Urubuquara.
- iv) Os acordos devem ser reconhecidos também pelos parentes das outras sub-regiões da COIDI (Iauaretê, Papuri e alto Uaupés), já que o médio Uaupés é rota de passagem das famílias que estão em trânsito entre suas comunidades e a cidade.

Estratégias

- Promover encontros de conhecedores; elaborar etnomapeamentos; registrar narrativas de origem e de ocupação do

território pelos grupos étnicos.

- Promover campanhas de conscientização; realizar reuniões e assembleias para manutenção e readequação dos acordos; elaborar cartilhas e informativos com os acordos numa linguagem simples e acessível; elaborar plano de manejo pesqueiro do médio Uaupés.
- Proposta de cobrança de taxas no trecho Ipanoré – Urubuquara, gerenciada pela COIDI.
- Fazer encontros e assembleias gerais da COIDI para discutir e reforçar os acordos; elaborar informativo com os acordos, que deverão ser distribuídos em todas as sub-regiões da COIDI.



B. PERMANÊNCIA DAS FAMÍLIAS E DAS FUTURAS GERAÇÕES NO TERRITÓRIO

EDUCAÇÃO

Propostas e medidas necessárias

- i) Ampliação da oferta de ensino no médio Uaupés, com ensino médio e técnico.
- ii) Melhoria das escolas das comunidades: infraestrutura, qualidade de ensino e proposta pedagógica adequada à realidade local.

Estratégias

- Fazer solicitação de ampliação do ensino junto a SEDUC.

- Levantamento da estrutura das escolas no médio Uaupés (quantas escolas estão funcionando, quais os problemas etc.), e encaminhar para SEMEC, para fazer cobrança, que deve ser feita pelas associações de base, FOIRN e escolas.

COMUNICAÇÃO

Propostas e medidas necessárias

- i) Instalar pontos de internet nas escolas e comunidades estratégicas para facilitar a comunicação, permitir desenvolvimento de pesquisas escolares e acesso a material como editais etc.
- ii) Instalar antena de telefonia móvel para que haja sinal de celular nas comunidades.
- iii) Manutenção regular de orelhões e ampliar instalação de orelhões nas comunidades.

Estratégias

- Fazer solicitação de instalação de internet por meio da SEDUC.
- Solicitação de antena de telefonia móvel para instituições competentes e empresas de telefonia.

SUSTENTABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA

Propostas e medidas necessárias

- i) Apoio a projetos comunitários de piscicultura, avicultura, agricultura,

artesanato e mineração em pequena escala.

Estratégias

- Encaminhar solicitações de projetos junto ao IDAM, SEMINPA, IFAM, FEI, SEPROR.



C. CONSULTA PRÉVIA ÀS COMUNIDADES PARA A ENTRADA DE PESSOAS DE FORA

Propostas e medidas necessárias

- i) Que as comunidades e lideranças sejam sempre consultadas sobre a entrada de pessoas de fora no médio Uaupés, sejam pesquisadores, empresários, políticos, missionários etc.
- ii) Que as comunidades e associações do médio Uaupés, através de diálogo e consenso interno, tenham autonomia para autorizar ou não a entrada de pessoas de fora.
- iii) Que todas as pessoas de fora sigam as regras de conduta estabelecidas pelas comunidades do médio Uaupés.

Estratégias

- Estabelecer procedimentos para consulta: solicitação feita na FOIRN; FOIRN encaminha para COIDI; COIDI consulta comunidade, e resposta retorna a FOIRN.
- Estabelecimento de critérios e regras para entrada de pessoas de fora.





4. Iauaretê

O povoado de Iauaretê se destaca hoje como o maior núcleo populacional da Terra Indígena Alto Rio Negro. Localizado no Uaupés, próximo à foz do rio Papuri, é local de passagem e de paragem de famílias do alto Uaupés e do Papuri que estão constantemente se deslocando entre suas comunidades e a cidade de São Gabriel da Cachoeira. É também um centro de serviços para as famílias da região da COIDI, com comércio, escolas de ensino fundamental e médio, hospital, banco postal, correios, dentre outros.

Até a década de 1920 o local era habitado por malocas do povo Tariano, localizadas dos dois lados do rio Uaupés, onde hoje estão os bairros Santa Maria e São Pedro, na margem direita, e Dom Bosco, São Miguel e Domingos Sávio, na margem esquerda. Com a implantação da missão salesiana em 1929 e a abertura de um internato, Iauaretê começou a crescer e a ocupar uma posição cada vez mais central na geopolítica regional. Desde então, muitas transformações ocorreram, alterando significativamente a paisagem local e o modo de vida das famílias.

Um importante marco deste crescimento foi a década de 1980, período em que o internato salesiano foi desativado dando lugar ao atual Colégio Estadual São Miguel. Com o intuito de manter os filhos na escola, e não podendo mais contar com a estrutura do internato, muitas famílias das calhas do Uaupés e Papuri começaram a deixar suas comunidades para viver em Iauaretê. Assim, o que era um lugar de ocupação tradicional com uma população relativamente pequena se transformou num povoado populoso e multiétnico, de feições cada vez mais urbanas³⁰.

Isso criou novos problemas, desafios e prioridades para os moradores antigos e também para os recém-chegados. Criou também a necessidade de reorganização da vida social e da gestão territorial e ambiental no povoado, bem como uma demanda maior por investimentos e políticas públicas em diversas áreas.

³⁰ No livro "Cidade do Índio" (2006), do antropólogo Geraldo Andreello, há uma análise aprofundada da história de Iauaretê.



Instâncias de governança

A associação de base que representa os bairros de lauretê e comunidades do entorno imediato é a OCII – *Organização das Comunidades Indígenas de lauretê*. Em lauretê também ficam as sedes da COIDI e da AMIDI, organizações representativas de todo o Distrito de lauretê.

Há ainda um Conselho de Líderes, composto pelas lideranças das principais associações e organizações atuantes em lauretê (incluindo OCII, COIDI, AMIDI e outras) e pelas lideranças das 10 comunidades/bairros³¹. As deliberações importantes no povoado precisam ser comunicadas e discutidas nessa instância maior de decisão, envolvendo todas as lideranças.

A proposta dos moradores de lauretê, já aprovada em assembleia, mas ainda não implementada, é que a OCII funcione por meio de secretarias setorializadas: *sustentabilidade e agricultura, educação, saúde, cultura, manejo ambiental (pesca e extrativismo), esporte e juventude*. Seria um modelo de governança para o PGTA, a partir dos temas estratégicos para a gestão do território.

Por fim, também foi um tema muito destacado em relação à governança do território, – tal como sublinhado para o Papuri, alto e médio Uaupés – a necessidade de valorizar os conhecedores e detentores dos conhecimentos tradicionais, as lideranças antigas. Eles são fundamentais para a gestão dos territórios étnicos e devem ter o papel de conselheiros na elaboração e implementação do PGTA.

Comunidades/bairros, população e grupos étnicos



Atualmente, a população de lauretê é de cerca de 2.570 pessoas³², aproximadamente 570 famílias pertencentes a diversos grupos étnicos e oriundas de diversas comunidades, sobretudo Uaupés e Papuri. O povoado é formado por 10 bairros. Com exceção de Vila Fátima, comunidade Hupd'äh, e de três das comunidades mais antigas que formam o povoado – São Pedro, Santa Maria e Dom Bosco – que são de ocupação tradicional Tariano, o restante das comunidades não tem uma identidade étnica marcada. Nesses outros bairros – Domingos Sávio, São Miguel (que também é indicado como de ocupação tradicional Tariano), Cruzeiro, Sagrado Coração de Jesus, São José, Aparecida I e Aparecida II – vivem famílias de várias etnias e que chegaram em lauretê em tempos distintos. Além dos Tariano, os grupos

31 Em lauretê, há uma comunidade designada Novo Horizonte que tenta se afirmar como bairro/vila. Sua situação ainda era discutida entre os moradores até o ano de 2019; caso seja oficializada, lauretê passará a ter 11 bairros/vilas.

32 Na realização do censo para o PGTA em lauretê, em 2016, os pesquisadores tiveram dificuldade para acessar os dados do caderno da agente de saúde de Aparecida II, um dos bairros mais populosos desse distrito, o que trouxe consequências para o cálculo final do número de moradores de lauretê.

com maior presença no povoado hoje são os Tukano, os Piratapuia e os Desana, seguido dos Kotiria, Hupd'äh e Arapasso, e uma presença mais discreta de outros grupos, conforme se pode ver abaixo:

Tabela 13 – Grupos étnicos em Iauaretê

Etnias	Pessoas	%	Grupos domésticos	%
Tariano	812	33,17	132	33,75
Tukano	590	24,10	104	26,59
Piratapuia	372	15,20	57	14,57
Desana	186	7,6	27	6,9
Wanano	117	4,78	19	4,85
Arapasso	78	3,19	16	4,09
Hupd'äh	123	5,02	14	3,58
Baré	52	2,12	9	2,3
Tuyuka	36	1,47	4	1,02
Kubeo	15	0,61	1	0,25
Caboclo	32	1,31	3	0,76
Miriti-Tapuia	9	0,37	1	0,25
Carapanã	6	0,25	1	0,25
Curipaco	5	0,2	1	0,25
Baniwa	2	0,08	0	0,00
Siriana	2	0,08	0	0,00
Yanomami	2	0,08	1	0,25
Não-indígena	3	0,12	1	0,25
Não-declarado	5	0,2	0	0,00
Total	2.448*	100%	391*	100%

Fonte: Scolfaro (2017)³³

Migrações, crescimento populacional e transformações socioambientais

Quando comparamos os dados de população de Iauaretê dos últimos quarenta anos, vemos claramente que entre as décadas de 1980 e 1990 a população mais que triplicou, saltando de menos 500 para mais de 2 mil pessoas. Vemos também, nesse mesmo período, o surgimento de novos bairros/comunidades, como Aparecida, Cruzeiro, Sagrado Coração de Jesus e São José. São bairros que foram formados pelas famílias oriundas de comunidades do Papuri, Uaupés e outras regiões e que chegavam para se fixar no povoado.

³³ SCOLFARO, Aline (org.). **Povoado Indígena de Iauaretê: Perfil socioeconômico e atividade pesqueira**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017, p. 29.

Tabela 14 – Evolução da população de Iauaretê nas últimas quatro décadas³⁴

Bairros	1977	1982	1988	1992	1997	2000	2002	2009	2015	2016
Aparecida	0	0	129	120	355	371	482	567	750	297*
Cruzeiro	0	0	135	174	280	323	377	360	325	265
Dom Bosco	105	132	181	155	280	320	317	325	322	334
S. Coração	0	0	0	168	300	193	241	182	228	208
D. Sávio	44	51	73	59	174	190	234	190	235	192
Fátima	0	25	41	57	**	98	95	140	130	173
Sta. Maria	241	210	196	188	251	227	280	245	295	250
São José	0	0	0	0	***	170	168	265	240	234
São Miguel	87	124	188	146	235	330	345	310	353	498
São Pedro	*	*	68	80	****	102	107	165	150	119
Total	477	542	1.011	1.147	1.875	2.324	2.659	2.749	3.028	2.570

* Aqui estamos considerando apenas Aparecida I, pois o levantamento do bairro de Aparecida II, por conta de dificuldade de acesso a informações no momento do levantamento, ficou incompleto **Inclusos em Santa Maria ***Incluso em Sagrado Coração (antigo Dom Pedro Massa) ****Sem informações

Fontes: 1977 FUNAI/PI Iauaretê; 1982 Levantamento Missão Salesiana; 1988 GTI/FUNAI (identificação); 1992 Censo FOIRN; 1997 Levantamento demarcação ISA/FOIRN; 2000a Saúde Sem Limites; 2002 Levantamento ISA; 2009 Média entre Censo CEPI/ISA e Cadastro DSEI RN; 2015 lideranças de Iauaretê; 2016 Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017).

Os dados de migração relativos à Iauaretê (levantamento 2017) mostram o seguinte quadro:

Tabela 15 – Famílias saindo/chegando em Iauaretê

Sub-região	Famílias saindo da comunidade	Famílias que mudaram para a comunidade
Iauaretê	56	3934

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Os dados mostram que o povoado cresceu, as relações sociais e interétnicas se complexaram e a ocupação do território e uso de recursos passaram a sofrer maior pressão, o que começou pouco a pouco a gerar conflitos. As famílias recém-chegadas precisavam de terrenos para fazer suas moradias, bem como para trabalhar e abrir seus roçados. Necessitavam também de áreas para coleta e extrativismo, e de acesso às áreas de pesca para obter um pouco de pescado. Então os recém-chegados começaram a negociar espaços com os moradores tradicionais de Iauaretê, tanto para construção

34 Não tem informação da Vila São Miguel.

de suas casas, quanto para a abertura dos roçados. No início, essa negociação era feita sem conflitos, porque os Tariano de lauaretê se casavam (como ainda se casam) com mulheres de outras etnias. Assim as negociações eram feitas com os cunhados, que tinham prioridade na aquisição de terrenos. Mas aos poucos o crescimento da população e a chegada das famílias foram saindo do controle, pois os cunhados dos Tariano foram trazendo mais gente e cedendo espaço para seus próprios parentes e cunhados.

Um fato recente, que tem trazido muita preocupação e ocasionado conflitos entre os moradores de lauaretê diz respeito à venda de terras, tanto para abertura de roças quanto para moradias. Com isso, a demanda por terras e recursos como pescado, caranã, madeira, açai, buriti, dentre outros, aumentou muito e o manejo foi se tornando desordenado e sem controle. Nos últimos anos, isso tem sido motivo de muita inquietação por parte dos moradores tradicionais de lauaretê, assim como das comunidades do entorno, que também passaram a sofrer com essa pressão. O que se diz é que inicialmente, como alguns poucos grupos vivendo em lauaretê, as atividades sociais e econômicas aconteciam de forma mais organizada e a gestão e governança dos territórios de cada comunidade se dava através do diálogo, do consenso e dos acordos e regras tradicionais de manejo. Com o crescimento desordenado da população e chegada de muitas famílias de outras regiões, isso se fragilizou e uma das grandes preocupações hoje é reestabelecer o diálogo entre os moradores e as comunidades, através da determinação de regras e acordos internos.

Além disso, os moradores do povoado de lauaretê percebem hoje certas mudanças ambientais que têm afetado a vida das famílias e comunidades que dependem sobretudo da pesca, da roça e do extrativismo para viver. Sobre a pesca, temos o seguinte quadro referente à frequência de pesca das famílias, em dias por semana (levantamento 2017):

Tabela 16 – Frequência de pesca em lauaretê

Sub-região	Uma vez	2 a 3	Mais de 3	Diariamente
lauaretê	50%	36%	5%	9%

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

A principal queixa é em relação à escassez crescente de peixes por conta, sobretudo, da concentração demográfica. Em lauaretê, 34% das famílias consideram a pesca insuficiente, o que está relacionado ao fato de um número pequeno de famílias (9%) praticarem a pesca diariamente, como indicado acima.

Acerca da caça, é praticada por apenas 31% das famílias do povoado. Entre os animais mais caçados, a paca ocupa o primeiro lugar, seguida por cutia, queixada, tatu e mutum. Ainda sobre caça, 48% das famílias de

lauaretê avaliam que alguns animais deixaram de ser encontrados com facilidade, sobretudo paca e queixada, seguida por anta, caititu e mutum.

No caso das roças, as famílias de lauaretê têm em média quatro roças cada uma, grande parte delas bastante distantes das comunidades, ou seja, 45% das roças ficam mais de uma hora de deslocamento desde lauaretê.



Desafios para a gestão territorial e ambiental em lauaretê: conflitos e acordos internos

A discussão sobre acordos internos foi indicada como uma das prioridades para o PGTA em lauaretê e comunidades do entorno mais imediato desse povoado. O assunto foi destacado em todas as oficinas, assembleias e fóruns de consulta que aconteceram entre 2015 e 2018, sendo mesmo o tema principal da última oficina de PGTA realizada em lauaretê, no ano de 2018.

No quadro abaixo, apresentamos os principais pontos destacados e encaminhados pelos moradores das comunidades de lauaretê e entorno, no que se refere aos conflitos atuais e às estratégias para a sua solução.

Quadro 10 – lauaretê: conflitos internos e estratégias para solução



PONTOS DE CONFLITO

- 1. Conflitos relacionados à práticas e lugares de pescaria: pesca sem o conhecimento das famílias tradicionais nos lugares de usufruto dos moradores tradicionais.
- 2. Conflitos relacionados a terrenos de roças: invasão do limite de outra família sem pedir autorização; casos de furtos e roubo de produtos da roça de outras famílias.
- 3. Desrespeito em relação à coleta de produtos da mata: muitas pessoas causam danos irreversíveis ao coletar produtos da mata, chegam e derrubam, sem respeitar, sem pensar no outro, nem querem saber a quem pertence.

- 4. Desrespeito com os lugares sagrados: como o caso de pedras que não podem ser tocadas, pois trazem consequências para o corpo, doenças, e as pessoas não respeitam mais. Esse desrespeito se dá inclusive por parte de instituições que atuam em lauaretê, como Exército e Comara – Comissão de Aeroportos da Região Amazônica.



ACORDOS E MEDIDAS NECESSÁRIAS

- i) É preciso mapear e registrar as áreas de usufruto dos moradores tradicionais (pesca, roça, caça, coleta, lugares sagrados), bem como as áreas de uso de cada comunidade para que as novas gerações tenham acesso a essas informações.
- ii) É necessário que haja respeito, permissão e autorização dos donos tradicionais da área para fazer pescaria, abrir roçado, fazer moradias e coleta de

produtos do mato.

- iii) É preciso fazer documentos claros com essas regras e acordos e manter essas informações nas instituições que atuam em lauaretê, como COIDI, OCII e a comunidade eclesiástica.
- iv) É preciso distribuir informativos com as regras e acordos de lauaretê para todas as famílias do povoado e também para as comunidades das calhas da COIDI.
- v) Os moradores de lauaretê também devem respeitar as áreas, as regras e os acordos das comunidades do entorno e calhas da COIDI (alto Uaupés, médio Uaupés e Papuri). Por isso as regras criadas pelas comunidades das calhas também devem circular em lauaretê, para que todos estejam cientes.
- vi) Implementar projetos e programas de incentivo e apoio à volta das famílias para suas comunidades de origem; esses projetos e programas de incentivo devem ser encaminhados a instâncias do governo como Fundação Estadual do Índio – FEI, Secretaria de Estado da Produção Rural – SEPROR, Secretaria

Municipal de Interior, Produção e Abastecimento – SEMINPA.



CAMINHOS PARA A MEDIAÇÃO E RESOLUÇÃO DOS CONFLITOS

- Os próprios envolvidos poderão resolver os conflitos através de diálogo.
- Caso não haja acordo, os envolvidos levarão os fatos aos representantes/líderes da comunidade a qual pertencem.
- Caso o conflito ainda não se resolva, o caso pode ser levado à diretoria da OCII e COIDI.
- Não tendo nenhuma solução, o assunto poderá ser encaminhado às autoridades competentes como Funai, Exército e autoridades policiais.
- Nos pontos **1, 2 e 3** o diálogo terá como base as regras tradicionais étnicas. Já no ponto **4** deverão ser observadas as leis nacionais.



Quadro 11 – Iauaretê:

Manejo: problemas e estratégias para solução



PESCA

Problemas

1. Pesca de mergulho com careta.
2. Tinguijamento sem controle, sem benzimento e em lugares inapropriados.
3. Uso excessivo de malhadeiras.
4. Pesca abusiva no período da piracema.
5. Captura de peixes além da quantidade necessária.
6. Assopro e pesca sem controle nos lugares sagrados de peixes.
7. Benzimento do primeiro banho da criança não desfeito.
8. Pesca sem permissão na área de outras famílias e nos lugares de uso dos moradores tradicionais.
9. Escassez de peixes.

Acordos e medidas necessárias

- i. Proibir a pesca de mergulho com careta em toda área de abrangência da COIDI.
- ii. Evitar ao máximo a prática do tinguijamento e fazer apenas com o uso dos benzimentos apropriados para amenizar os efeitos negativos do timbó no meio ambiente.
- iii. Tinguijar somente nos lugares específicos e tradicionais indicados pelos conhecedores da comunidade.
- iv. Após o tinguijamento, destinar o bagaço do timbó no local de terra firme para não causar problemas de contaminação do rio.
- v. Ter responsabilidade na hora da pesca. Não abusar, não pescar além do necessário.
- vi. A pesca na época de piracema só deverá ser realizada de dois em dois

anos e apenas na primeira piracema. Na segunda piracema não se deve pescar, principalmente o aracu riscado e arari pirá.

- vii. Diminuir uso de malhadeiras e dar preferência para as técnicas tradicionais de pesca, como as armadilhas caiá, cacuri, matapi.
- viii. Proibir pescaria nos lugares sagrados com restrições.
- ix. Fazer palestras e rodas de conversa com benzedores para falar sobre o impacto dos “malzimentos” para a escassez de peixes nessa região.
- x. Que os benzedores se unam para reverter essa situação através dos benzimentos.
- xi. Respeitar as áreas de pesca delimitadas por cada comunidade e moradores tradicionais e, se for pescar, entrar antes em acordo com os moradores da área, informando os dias que irá permanecer na pescaria.
- xii. Se uma pessoa moradora de Iauaretê for originária de uma comunidade da calha de rio, deve comunicar antecipadamente ao líder para poder pescar com o objetivo de que os comunitários tenham conhecimento.
- xiii. Lideranças das comunidades devem conscientizar os comunitários para não pescarem nos lagos de criação de peixes das famílias que desenvolvem atividade de piscicultura.
- xiv. Respeitar os lugares de pesca, de iscas e de outras espécies para continuar utilizando esses recursos e assim fortalecer a prática do manejo pelos moradores das comunidades.
- xv. Lideranças e comunitários devem chamar atenção e conscientizar as pessoas que praticam a pesca predatória.



CAÇA

Problemas

1. Escassez de caça.
2. Caça na área de uso dos moradores tradicionais ou na área de outra comunidade sem a devida comunicação e consentimento.

Acordos e medidas necessárias

- i. Fazer um mapeamento e registro dos locais de caça, com finalidade de criar áreas de reservas para a reprodução dos animais. Assim no futuro podemos voltar a ter alguma caça.
- ii. No caso de conflito, a solução é o diálogo, sempre pedir permissão para a liderança ou dono do lugar onde se vai caçar e não se beneficiar sozinho. Depois da caçada, oferecer alguma contrapartida para a comunidade ou donos do local.



EXTRATIVISMO

Problemas

1. Coleta através da derrubada de árvores e palmeiras frutíferas.
2. Extração abusiva de caranã, através da derrubada ou retirada de todas as folhas.
3. Desrespeito às áreas tradicionais de coleta e extrativismo dos moradores antigos.
4. Falta de diálogo e acordos sobre as áreas de recursos de cada comunidade.
5. Extração de recursos das áreas de usufruto das famílias e comunidades sem o devido consentimento e contrapartida por instituições que atuam em lauaretê, como o Exército, Comara, Igreja e outros.
6. Escassez de certos recursos essenciais como caranã, madeira de lei, cipó e tucum.

Acordos e medidas necessárias

- i. Fazer a coleta sem derrubar, subindo na árvore e palmeira para tirar os frutos.
- ii. Na extração do caranã, nunca tirar todas as folhas, deixar ao menos uma ou duas para que a palmeira possa se regenerar.
- iii. Pedir permissão aos moradores tradicionais, líderes da comunidade e/ou donos do terreno para adquirir madeira, cipó, tucum, caranã etc. que estão no território dos outros. Acordar de onde (que local) se pode tirar o recurso e se se deve pagar algo ou dar alguma contrapartida.
- iv. Cada comunidade deve criar suas regras internas sobre áreas para extração de recursos e depois apresentar a todas as famílias moradoras (antigas e recém-chegadas) para que estas cumpram o que foi definido.
- v. As regras de cada comunidade devem circular também entre todas as comunidades, para que as famílias de comunidades vizinhas respeitem as áreas e regras uma das outras.
- vi. Criar uma cartilha sobre boas práticas de manejo dos recursos como caranã, açaí, bacaba, buriti, cipó, tucum, madeira etc., e distribuir para todos os moradores e alunos nas escolas, fazendo palestras e campanhas de conscientização.
- vii. As instituições que atuam em lauaretê devem comunicar e consultar a COIDI, OCII, lideranças das comunidades, moradores tradicionais e donos dos terrenos, sobre a retirada de qualquer recurso nesse território, seja madeira, palha, seixo, pedra etc. Só será permitida a retirada com o consentimento das lideranças e donos do terreno e mediante contrapartida previamente acordada.





ROÇA E TERRENOS

Problemas

1. Desrespeito às áreas de uso das famílias e moradores antigos.
2. Desrespeito aos limites estabelecidos quando da cessão de terrenos às famílias recém-chegadas.
3. Abertura de roçados sem o conhecimento e consentimento dos donos da área.
4. Roubo e furtos nas roças dos outros.
5. Falta de acordo claro com Exército e Aeronáutica sobre sobreposição das áreas que eles ocuparam (Pelotão Especial de Fronteira – PEF, pista de pouso e área de segurança) com áreas de roçados das famílias de Iauaretê, sobretudo da comunidade Domingos Sávio.
6. Conflitos com representantes do *corregimiento de Yauareté* (Colômbia), que querem impedir que famílias das comunidades do lado brasileiro trabalhem suas roças do lado colombiano, mesmo quando estas possuem o direito tradicional de uso da área.
7. Falta de terra fértil para abrir novos roçados.
8. Falta de terra para moradores recém-chegados poderem trabalhar e ter o seu sustento.

Acordos e medidas necessárias

- i. Aquele que vai abrir roça e construir casa deve primeiro procurar saber se aquele território pertence a alguma família. A par dessa informação deverá pedir licença ao dono do território ou falar com o líder da comunidade para que intermedeie o acordo.
- ii. No caso de terreno cedido, não ultrapassar o limite definido pela família

que o cedeu. Isso provoca muitas desavenças entre as famílias.

- iii. Realizar mapeamento das áreas de roçado em Iauaretê e fazer registro e documentação das roças e de seus donos para o conhecimento da COIDI, FOIRN e Funai. Pois cada família possui uma área determinada para o plantio.
- iv. Ter respeito com as roças dos outros, ao passarem próximos aos roçados as pessoas não devem roubar nem invadir a área do roçado.
- v. No caso de roubo ou de alguém flagrar um roubo na roça, o ladrão deve ser denunciado para a liderança da comunidade que deve informar o dono da roça e entrar em diálogo com a pessoa que roubou.
- vi. Estabelecer acordo com o Exército e Aeronáutica para continuar trabalhando as roças no terreno ocupado por eles, pois são áreas tradicionais de roçados dos moradores de Iauaretê. É de lá que retiram o sustento.
- vii. Fazer acordo com Exército para abertura de um portão que dê acesso à comunidade Vila Vicêncio.
- viii. Dialogar e estabelecer acordos com as autoridades colombianas para continuar desenvolvendo atividades de cultivo no lado colombiano e pelo motivo destas terras fazerem parte da ocupação tradicional dos povos indígenas do lado brasileiro.
- ix. Entrar em diálogo e estabelecer acordos com as lideranças e famílias da comunidade colombiana para a abertura de roçados pelas famílias do lado brasileiro.
- x. Que esses acordos binacionais sejam reconhecidos e respeitados pelos órgãos competentes dos dois países.
- xi. Estabelecer acordo para minimizar os

problemas de ocupação do terreno do antigo rádio farol.

- xii. Formar um grupo de trabalho para fazer levantamento das famílias que não possuem terrenos para abertura de roçados e também de terrenos para loteamento.
- xiii. Abrir uma trilha (depois da pista de pouso) para identificar terrenos cultiváveis e identificar que tipo de plantação   adequada ao terreno (p. ex. abacaxi em terreno de areia etc.), e verificar se não há donos para poder dividir terrenos aos que necessitam trabalhar. Aquela ou aquela família que receber terreno deverá assinar um compromisso de que irá produzir no terreno recebido.
- xiv. As famílias tradicionais serão responsáveis pela cessão de terrenos às famílias recém-chegadas. Essa cessão de terreno se dará mediante conversa e

orienta es de como o terreno deverá ser utilizado e de como a pessoa beneficiária deverá proceder assim que sair de Iauaretê, pois o terreno deverá ser devolvido para a pessoa que o cedeu.

- xv. Não vender terrenos que são cedidos de graça e por estarem dentro da terra demarcada.
- xvi. Protocolar e documentar acordos para utiliza o de terrenos perante a COIDI e OCII. Ali estarão descritos como a pessoa deverá proceder quando utilizar o terreno cedido por outras pessoas e como deverá proceder assim que sair da comunidade ou não.
- xvii. As lideranças de cada comunidade serão responsáveis por orientar os comunitários, sobretudo os recém-chegados, para que tenham respeito uns dos outros e para que respeitem esses acordos, no sentido de minimizar as brigas e os conflitos entre os povos.



Encaminhamentos e acordos específicos entre as comunidades Santa Maria e São Pedro (do povo Tariano) e a comunidade Vila Fátima (do povo Hupd'äh).

Quadro 12 – Acordos entre as comunidades Santa Maria/São Pedro e Vila Fátima



ACORDOS E MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

1. Fazer o levantamento das famílias de Vila Fátima que não possuem terrenos para abertura de roçados e que têm interesse em trabalhar na terra.
2. Disponibilizar uma área para loteamento e abertura de terrenos que deverão ser cedidos a essas famílias para que possam desenvolver as suas atividades de cultivo sem a dependência dos outros e também para prevenir os furtos que vêm acontecendo eventualmente nos roçados das famílias de Santa Maria e São Pedro.
3. As lideranças da comunidade Fátima deverão orientar as famílias Hupd'äh recém-chegadas, oriundas da comunidade Santo Atanásio e outras, e solicitar que informem o motivo de sua saída da comunidade de origem, para que se constate se não há histórico de conflitos graves e furtos envolvendo essas famílias. Caso haja algum histórico, essas famílias não deverão ser aceitas como moradoras de Fátima.
4. As lideranças das comunidades Santa Maria e São Pedro serão responsáveis pela cessão de terrenos para que as famílias Hupd'äh de Fátima possam abrir seus roçados. Os terrenos cedidos deverão ser indicados e usados especificamente para essa finalidade, para que não haja conflitos posteriormente.
5. As lideranças das três comunidades orientarão os seus comunitários para que tenham respeito uns com os outros no sentido de minimizar as brigas e os conflitos que têm surgido nos últimos anos.
6. As lideranças de Santa Maria e São Pedro orientarão as famílias da comunidade para que haja respeito às famílias Hupd'äh, sem exploração, sem humilhação e sem generalizar os casos de roubo das roças como se fossem praticados por todas as famílias de Fátima. Do mesmo modo, os pais devem também orientar os seus filhos para que tenham esse respeito pelos Hupd'äh.
7. As lideranças de Fátima orientarão as famílias da comunidade, tanto as antigas quanto as recém-chegadas, para que tenham respeito às roças e fruteiras dos moradores de Santa Maria e São Pedro e para que não retirem nada sem permissão dos donos das roças e fruteiras. Também orientarão para que não derrubem árvores e palmeiras frutíferas. Do mesmo modo, os pais devem orientar os seus filhos para respeitarem as coisas dos outros e não praticarem furtos.

Outros problemas, desafios e demandas específicas para a gestão territorial da região de Iauaretê



Em Iauaretê há ainda outros problemas que interferem na gestão dos territórios. Em primeiro lugar, aqueles relacionados à presença dos militares. Por ser área de fronteira e ter uma localização estratégica entre os rios Uaupés e Papuri, Iauaretê tem uma forte presença militar. Entre 1988 e 1989 foi instalado o Primeiro Pelotão Especial de Fronteira (1. PEF) de Iauaretê, com a chegada de um contingente de militares que passaram a viver em Iauaretê. Em seguida, a Aeronáutica construiu uma pista de pouso numa área onde muitas famílias de Iauaretê tinham seus roçados, e a Comara (Comissão de Aeroportos da Região Amazônica) se instalou no povoado com o objetivo de reformar e ampliar a pista de pouso, levando muitos trabalhadores para o lugar.

Com a ampliação da pista de pouso, a área de segurança militar avançou ainda mais sobre as áreas de roçado, causando muitos problemas para as famílias. Além disso, também passaram a explorar recursos, como areia, seixo e brita, inclusive em alguns lugares sagrados, sem a devida consulta prévia e contrapartida para as comunidades afetadas. Some-se a isso o fato de que a presença de militares e trabalhadores de fora em Iauaretê também acaba trazendo problemas e desentendimentos, sobretudo quando envolve consumo de álcool (brigas, casos de assédio de meninas, desrespeito com os moradores etc.). Outro problema relacionado a convivência com militares diz respeito a continuidade de acordos estabelecidos entre PEF e comunidades quando há troca de comandantes do PEF, pois o novo comandante não recebe do anterior as informações sobre acordos estabelecidos. É preciso a garantia do repasse ao novo comandante de regras e acordos estabelecidos, e que o PEF se comprometa a consultar a comunidade caso discorde de algum acordo estabelecido. Diante desse quadro, é impositivo ter regras e acordos claros de convivência e que as instituições militares e indivíduos ligados a essas instituições conheçam e respeitem as regras e acordos internos das comunidades de Iauaretê.

Outro problema sério que temos hoje é a questão do lixo e saneamento. Em Iauaretê há apenas um caminhão que faz a coleta regular de lixo; no caso de Santa Maria e São Pedro, não há caminhão, e a prática é enterrar o lixo, ou levar parte do lixo para ser coletado pelo caminhão do outro lado do rio. Apesar da existência de caminhão que faz a coleta em parte do povoado, o lixo continua sendo um problema, pois muitas pessoas sujam o rio, e o lugar de depósito do lixo também fica próximo de igarapés, o que pode causar contaminações e doenças.

Em Iauaretê não há qualquer sistema de esgoto. Também não há dis-

tribuição de água encanada e a água potável é limitada, pois provém de poços artesianos construídos e controlados pela missão, com algumas bicas espalhadas apenas pelos bairros mais centrais (atendem atualmente as escolas), e há outras bicas que são fruto da própria organização da comunidade, como Cruzeiro e Sagrado Coração. Num povoado de cerca de 2.570 pessoas, isso se torna um problema bastante grave.

A respeito do tema do lixo, para a pergunta “Lixo é considerado um problema na comunidade/sítio/bairro?”, em Iauaretê obtivemos as seguintes respostas (levantamento 2017):

Tabela 17 – Lixo é considerado problema?

Região	Localidades que responderam	Sim	Em %	Não	Em %
Iauaretê	10	7	70	3	30

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Sobre o que é feito com pilhas e baterias, para a questão de se há coleta, as respostas foram as seguintes:

Tabela 18 – Há coleta de pilhas e baterias?

Região	Localidades que responderam	Sim	Em %	Não	Em %
Iauaretê	10	3	30	7	70

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Sobre o destino do lixo, os moradores do povoado de Iauaretê deram as seguintes respostas:

Tabela 19 – Destino do lixo

Região	Localidades que responderam	Tipo	Coleta	Deposita	Enterra	Queima	Reapro-veita	Jogo no rio	Sem destino
Iauaretê	10	Plástico	3	1	0	8	0	1	1
		Lataria	5	1	0	0	0	3	2

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Quanto ao saneamento, fica ainda mais complicado, dado que resolver a questão do esgoto, distribuição de água e alternativas para acesso à água potável no povoado exige responsabilidade, comprometimento e investimento do poder público. Assim, esse tema é uma das prioridades de Iauaretê em relação às políticas públicas.

Problemas, desafios e prioridades específicas para a gestão do território em Iauaretê: quadro síntese

Segue abaixo um quadro com os principais problemas, desafios e propostas para a gestão territorial e ambiental na região de Iauaretê, sintetizando o que foi detalhado ao longo dessa seção. Tais propostas e prioridades foram debatidas e encaminhadas pelos moradores e lideranças participantes das oficinas e consultas realizadas entre 2015 e 2018. Outros encaminhamentos importantes de temas considerados essenciais para a gestão do território e bem viver das famílias, mas que por serem temas comuns a toda região da COIDI e para os quais foram levantadas propostas semelhantes em todas as sub-regiões, estão apresentados na última parte do PGTA COIDI.

Quadro 13 – Síntese dos principais desafios e prioridades específicas para a gestão territorial em Iauaretê



A. ACORDOS INTERCOMUNITÁRIOS

Propostas e medidas necessárias

1. Mapear e registrar as áreas de uso dos moradores tradicionais (pesca, roça, caça, coleta, lugares sagrados e históricos), bem como as áreas de uso de cada comunidade para que as novas gerações tenham acesso a essas informações.
2. Acordos sobre áreas de uso dos moradores tradicionais e áreas de uso das comunidades e acordos sobre práticas de manejo (pesca, caça, extrativismo, roça).
3. Acordos específicos entre as comunidades Tariano de Santa Maria/ São Pedro e a comunidade Hupd'äh de Vila Fátima: territórios, terrenos para

roçados, práticas de manejo e regras de convivência.

4. Os acordos devem ser reconhecidos também pelas famílias das outras sub-regiões da COIDI (Papuri, médio e alto Uaupés), para que qualquer família que tenha vínculo com Iauaretê ou venha a se mudar para o povoado esteja ciente das regras.

Estratégias

- i. Elaborar mapas com as áreas e limites; aprofundar e registrar as histórias de ocupação da região por cada grupo étnico, comunidade e famílias.
- ii. Promover campanhas de conscientização, incluindo as escolas; realizar reuniões e assembleias para manutenção e readequação dos acordos; elaborar cartilhas e informativos com os acordos numa linguagem simples e acessível.
- iii. Promover reuniões periódicas entre as lideranças das três comunidades para avaliar o cumprimento dos acordos; promover reuniões periódicas das lideranças das comunidades com as

- famílias para reforçar e orientar sobre o cumprimento dos acordos.
- iv. Fazer encontros e assembleias gerais para discutir e reforçar os acordos; elaborar informativo com os acordos, que deverão ser distribuídos em todas as sub-regiões da COIDI.



B. CRESCIMENTO POPULACIONAL E ORDENAMENTO TERRITORIAL E URBANO

Propostas e medidas necessárias

1. Melhorar toda a parte de infraestrutura no povoado de Iauaretê, com investimento e comprometimento do poder público.
2. Implantação de sistema de saneamento básico em Iauaretê (rede e tratamento de esgoto e distribuição de água potável).
3. Apoio para melhoria das habitações.
4. Apoio para abertura de vicinal e loteamento de terrenos que serão destinados à abertura de novos roçados, conforme orientação dos moradores tradicionais.
5. Apoio para iniciativas produtivas familiares (avicultura, piscicultura, meliponicultura, artesanato, dentre outras).
6. implementação de projetos e programas de apoio e incentivo ao retorno de famílias para suas comunidades de origem.

Estratégias

- i. Solicitar da prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e do governo do estado do Amazonas a pavimentação de Iauaretê; essa solicitação seria feita pela COIDI para o prefeito mirim de Iauaretê, que levará o pedido a prefeitura.
- ii. Fazer parceria entre Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI Rio Negro/ SESAI, prefeitura. Essa iniciativa partiria do conselho local de saúde; comunidade

- deve encaminhar solicitação de instalação de banheiros ao prefeito, que solicitará a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA (isso já foi acordado; aguarda envio da solicitação).
- iii. Consultar viabilidade de obter financiamento via programas do governo de habitação, como “Minha Casa Minha Vida”, Prosamim – Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus.
 - iv. Comunidade trabalhará na abertura de vicinal, com recursos a serem solicitados para deputado estadual do Amazonas. Solicitação será feita pela ATIDI, OCII e COIDI.
 - v. AMIDI deve fazer solicitação de recursos para artesanato para Fundação Estadual do Índio – FEI. Para avicultura, piscicultura e meliponicultura, solicitação deve ser encaminhada para FEI, Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas – IDAM e Secretaria Municipal de Interior, Produção e Abastecimento – SEMINPA.
 - vi. Associações de base devem elaborar projetos para discutir questão do retorno de famílias, e encaminhar projeto ao governo para ser aprovado.



C. FRONTEIRA E PRESENÇA MILITAR

Propostas e medidas necessárias

1. Discutir e formalizar um documento com acordos e regras de convivência com os militares.
2. Nesse documento deve constar definições sobre: a sobreposição entre áreas de roçado das famílias e área militar; as condições para extração de recursos naturais e minerais por parte dos militares, mediante consulta prévia e contrapartida; regras de convivência e de

conduta a serem seguidas por todos os militares e trabalhadores das instituições militares em Iauaretê.

3. Estabelecer acordo específico sobre a desinstalação da base e equipamentos da Comara em Iauaretê, com o término da pista de pouso, especificando que estrutura e material devem ficar com a comunidade.
4. Estabelecer acordo formal com as autoridades colombianas para que as famílias possam continuar a desenvolver atividades de cultivo no lado colombiano, pelo motivo destas terras fazerem parte da ocupação tradicional de alguns grupos do lado brasileiro.

Estratégias

- i. Necessidade de validar e efetivar documento de convivência com militares. COIDI e OCII ficam responsáveis de efetivar esse documento de convivência.
- ii. OCII e COIDI, a partir do documento do PGTA, reforçariam conversas já em andamento com a Comara.
- iii. Formular documento sobre território tradicional, e encaminhar discussão entre COIDI e ACAZUNIP e AZATRIBVA (organizações do lado colombiano). Após acordo entre associações indígenas do Brasil e Colômbia, encaminhar documento as autoridades competentes de cada país (governo).



D. ENTRADA DE PESSOAS DE FORA SEM O CONHECIMENTO E DEVIDA AUTORIZAÇÃO DAS LIDERANÇAS DE IAUARETÊ.

Propostas e medidas necessárias

1. Que a COIDI, OCII e Conselho de Líderes sejam sempre consultados sobre a entrada de pessoas de fora em Iauaretê: militares, empresários, políticos, pesquisadores, missionários, prestadores de serviços etc.
2. Que as lideranças de Iauaretê, através de diálogo e consenso, possam autorizar ou não a entrada de pessoas de fora.
3. Que todas as pessoas de fora sigam as regras de conduta estabelecidas pelos moradores de Iauaretê.

Estratégias

- i. Procedimento de solicitação: encaminhar carta para FOIRN, essa manda para COIDI, que envia para associações de base, que discute com lideranças da comunidade para formalizar carta de anuência. Essa carta volta através das mesmas instâncias até FOIRN, que encaminhará autorização a Funai. Solicitação deve ser apresentada com muita antecedência, dado as dificuldades de comunicação vigentes na região.



III. COIDI: Temas prioritários para ações e políticas públicas

Nas seções anteriores foram apresentadas as especificidades de cada uma das sub-regiões da COIDI. Falamos das principais problemáticas e das prioridades locais para a gestão desses territórios. Vimos que, apesar de muitos pontos em comum, cada sub-região tem os seus próprios problemas e desafios, muitos dos quais só poderão ser superados por meio de ações que dependem em grande medida do diálogo e de acordos entre as próprias comunidades, entre os diferentes povos que compartilham esses territórios e destes com alguns dos atores externos que hoje atuam dentro dos territórios indígenas.

Contudo, há ainda outros encaminhamentos importantes que foram destacados pelas comunidades da área da COIDI como prioridade no que diz respeito ao bem viver dos povos e comunidades indígenas. São propostas e demandas comuns nas áreas de educação, saúde, cultura, sustentabilidade e geração de renda, lixo e saneamento, comunicação, energia e mobilidade. Grande parte delas depende de ações do poder público, seja municipal, estadual ou federal, e de investimentos em políticas públicas adequadas para as terras indígenas. Apresentamos abaixo os principais pontos discutidos e encaminhados para cada uma dessas áreas, juntamente com informações relevantes do levantamento socioambiental realizado em 2017 no âmbito das ações para elaboração dos PGTAs das terras indígenas do alto e médio Rio Negro.

Educação

A educação escolar, e também mais recentemente universitária, deve-se destacar, constitui um dos interesses principais dos moradores da região da COIDI, apresentando-se como um dos principais motivos dos deslocamentos entre comunidades na referida região e também para a cidade.

Uma das grandes expectativas relacionadas à educação é a formação técnica dos alunos para que possam trabalhar na própria comunidade. Em Iauaretê, foi criada uma comissão técnica em junho de 2018 para con-

versar com Universidade Estadual do Amazonas – UEA, Universidade Federal do Amazonas – UFAM e Instituto Federal do Amazonas – IFAM sobre formação técnica e de nível superior. Nessa reunião, UFAM apontou que poderia oferecer os cursos de Administração, Gestão Pública, Educação Física, Artes Visuais e Pedagogia em Iauaretê, pois não demanda equipamentos ou estrutura cara. Esse curso seria oferecido via departamento de ensino à distância da UFAM. Já a UEA falou sobre oferta de curso de Enfermagem, Gestão de Projetos e Empreendedorismo em Iauaretê. No caso do IFAM, ainda não teve apontamento de cursos. O Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM poderia oferecer curso de Enfermagem indígena. O próximo passo será fazer acordo entre instituições de ensino, prefeitura, exército e a comunidade local, incluindo as escolas de Iauaretê, que já possuem estrutura.

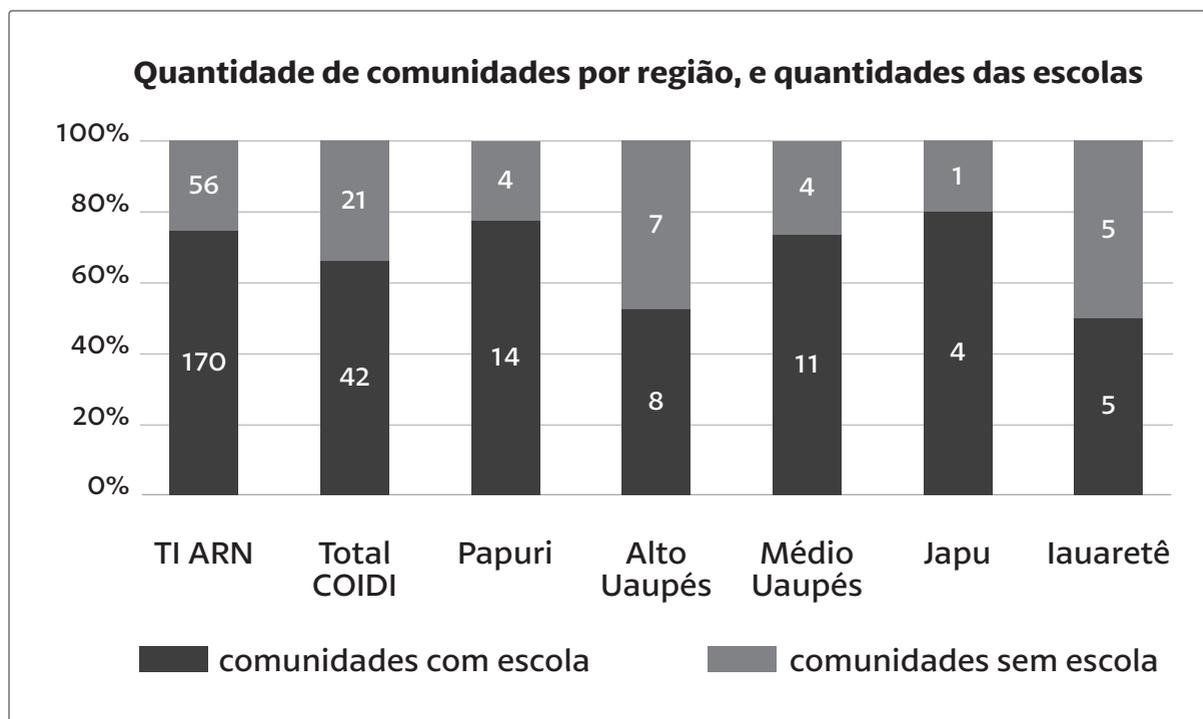
No caso da educação fundamental e média há grande preocupação com a valorização cultural e também com a formação dos alunos, entendida tanto em sentido amplo das várias áreas do saber, como político, pois é manifesto que muitos não conhecem nem mesmo a história das conquistas políticas dos movimentos indígenas, o que acarreta uma fragilização da educação e desinteresse dos alunos em participar e contribuir para o movimento e suas comunidades.



Mulheres estudando, Iauaretê, São Gabriel da Cachoeira. Pedro Martinelli/ISA, 2002.

Seguem dados do levantamento socioambiental (2017) sobre educação:

Gráfico 3 – Número de comunidades e escolas por região



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

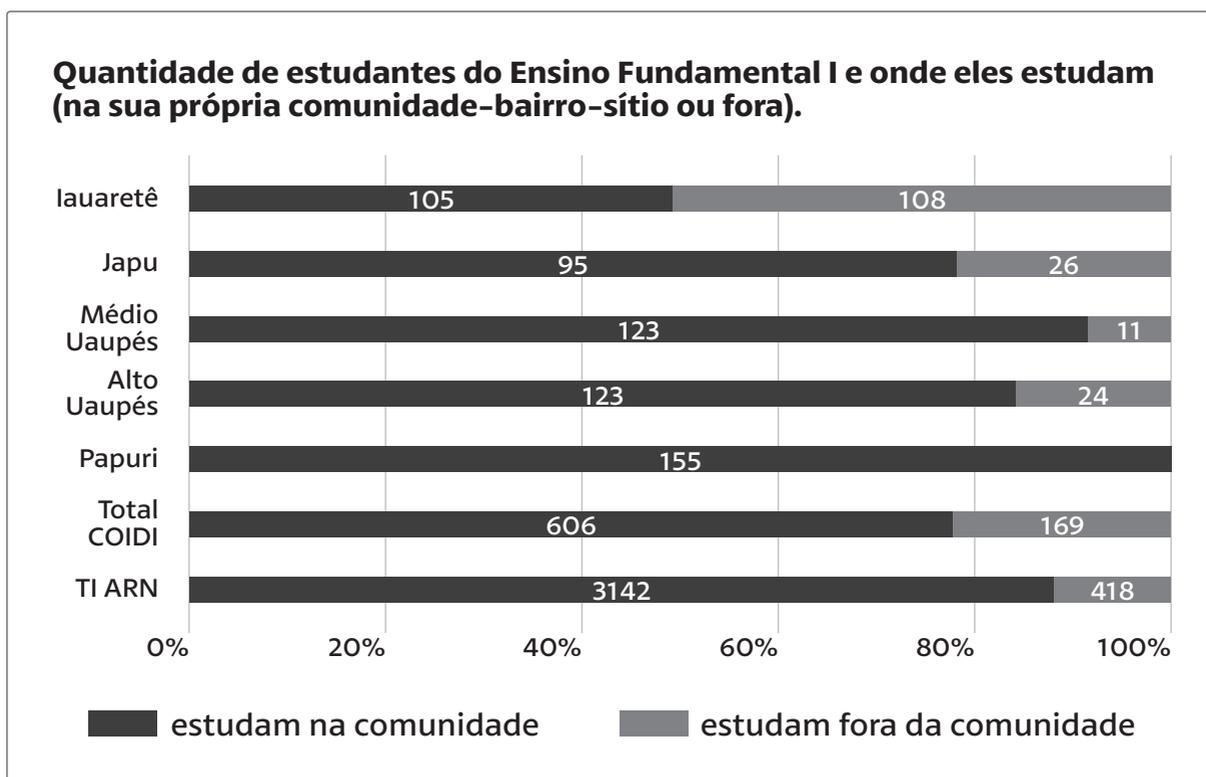
Tabela 20 – Número de comunidades e escolas por região

Região	Comunidades/ Bairros	Comunidades com escola	Em %
TI ARN	226	170	75
Total COIDI	63	42	67
Papuri	18	14	78
Alto Uaupés	15	8	53
Médio Uaupés	15	11	73
Japu	5	4	80
Iauaretê	10	5	50

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Pessoas formadas e pessoas cursando em cada nível³⁵:

Gráfico 4 – Quantidade de estudantes Ensino Fundamental I



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

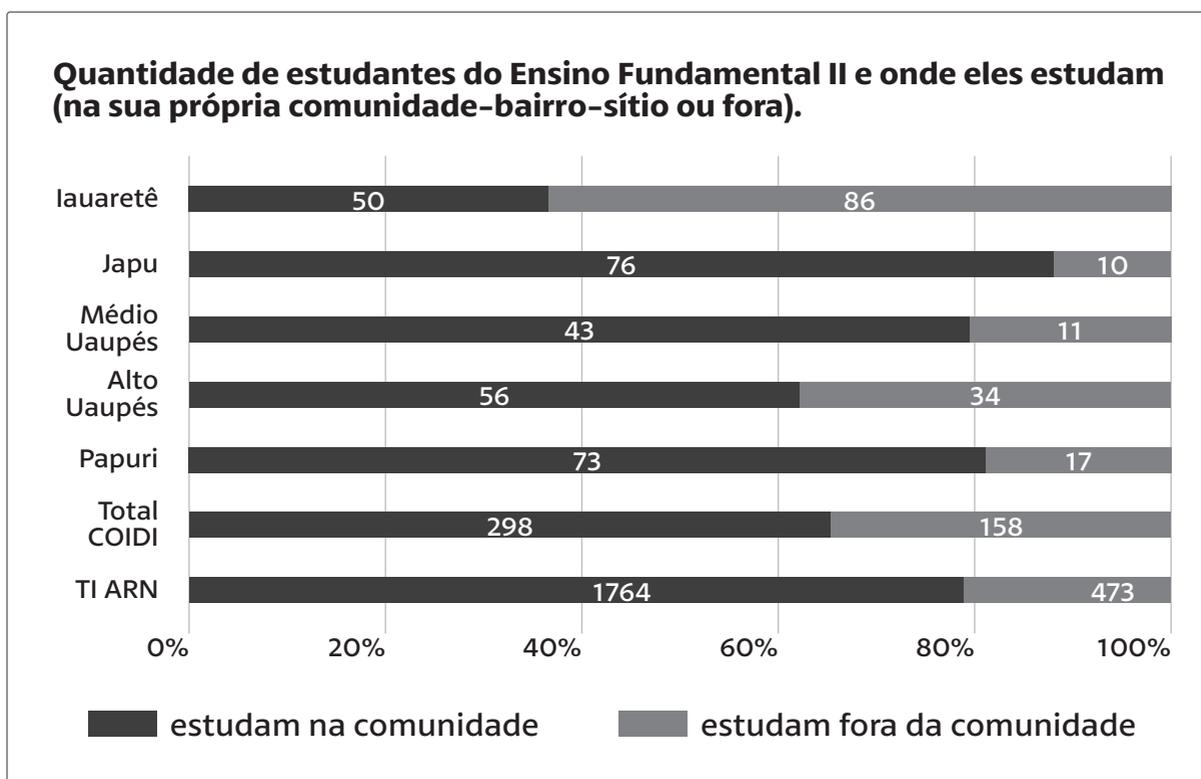
Tabela 21 – Quantidade de estudantes Ensino Fundamental I

Região	Estudam na comunidade	Estudam fora da comunidade	Total estudantes E. F. I
TI ARN	3142	418	3560
Total COIDI	606	169	775
Papuri	155	0	155
Alto Uaupés	128	24	152
Médio Uaupés	123	11	134
Japu	95	26	121
Iauaretê	105	108	213

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

³⁵ Vale ressaltar que nem todas as comunidades e bairros responderam à pergunta. Os números nos oferecem uma ideia aproximada da realidade.

Gráfico 5 – Quantidade de estudantes Ensino Fundamental II



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 22 – Quantidade de estudantes do Ensino Fundamental II

Região	Estudam na comunidade	Estudam fora da comunidade	Total estudantes E. F. II
TI ARN	1764	473	2237
Total COIDI	298	158	456
Papuri	73	17	90
Alto Uaupés	56	34	90
Médio Uaupés	43	11	54
Japu	76	10	86
Iauaretê	50	86	136

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

³⁶ Vale ressaltar que nem todas as comunidades responderam à pergunta. Os números nos oferecem uma ideia aproximada da realidade.

EJA e Formação superior: Pessoas se formando no Educação de Jovens e Adultos

Tabela 23 – Pessoas no EJA

Região	Pessoas no EJA	Em % da população
TI ARN	512	2,9
Total COIDI	64	1,4
Papuri	3	0,4
Alto Uaupés	1	0,1
Médio Uaupés	0	0
Japu	13	2,7
Iauaretê	47	2,4

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Formação superior

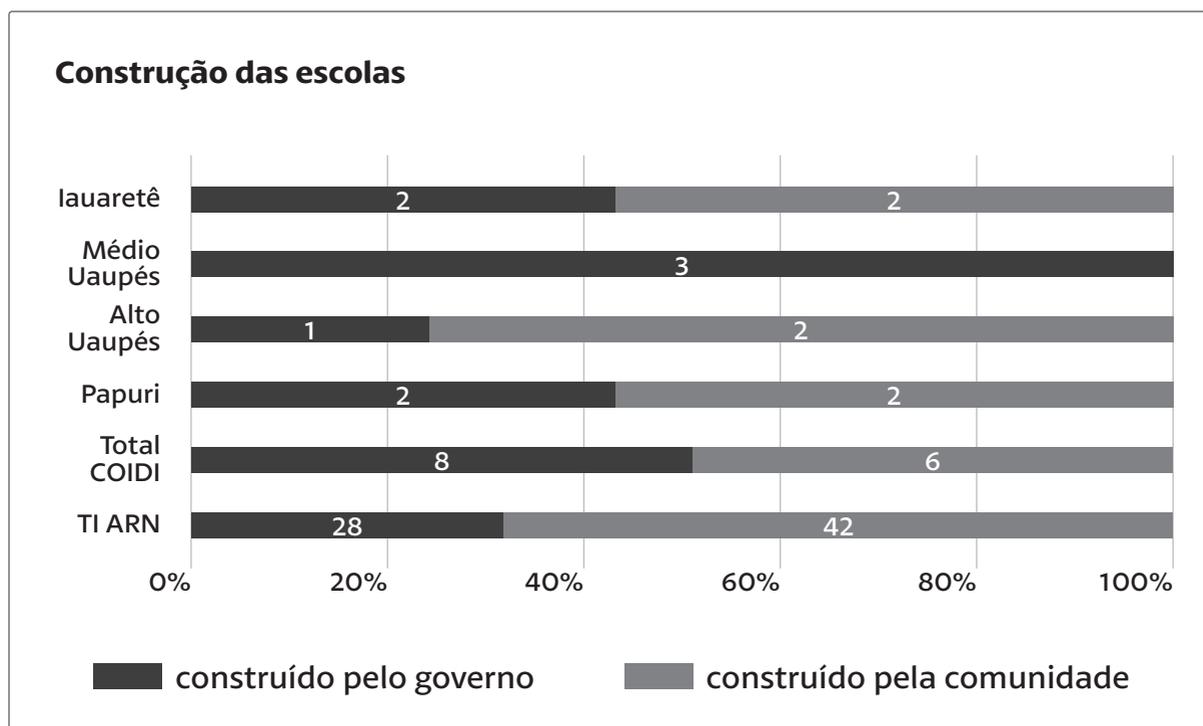
Tabela 24 – Pessoas na formação superior

Região	Pessoas na formação superior	Em % da população
TI ARN	239	1,3
Total COIDI	66	1,4
Papuri	7	0,9
Alto Uaupés	18	2,2
Médio Uaupés	3	0,4
Japu	0	0
Iauaretê	39	2,0

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Estrutura física das escolas (própria e improvisada):

Gráfico 6 – Escolas construídas pelo governo/pela comunidade



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

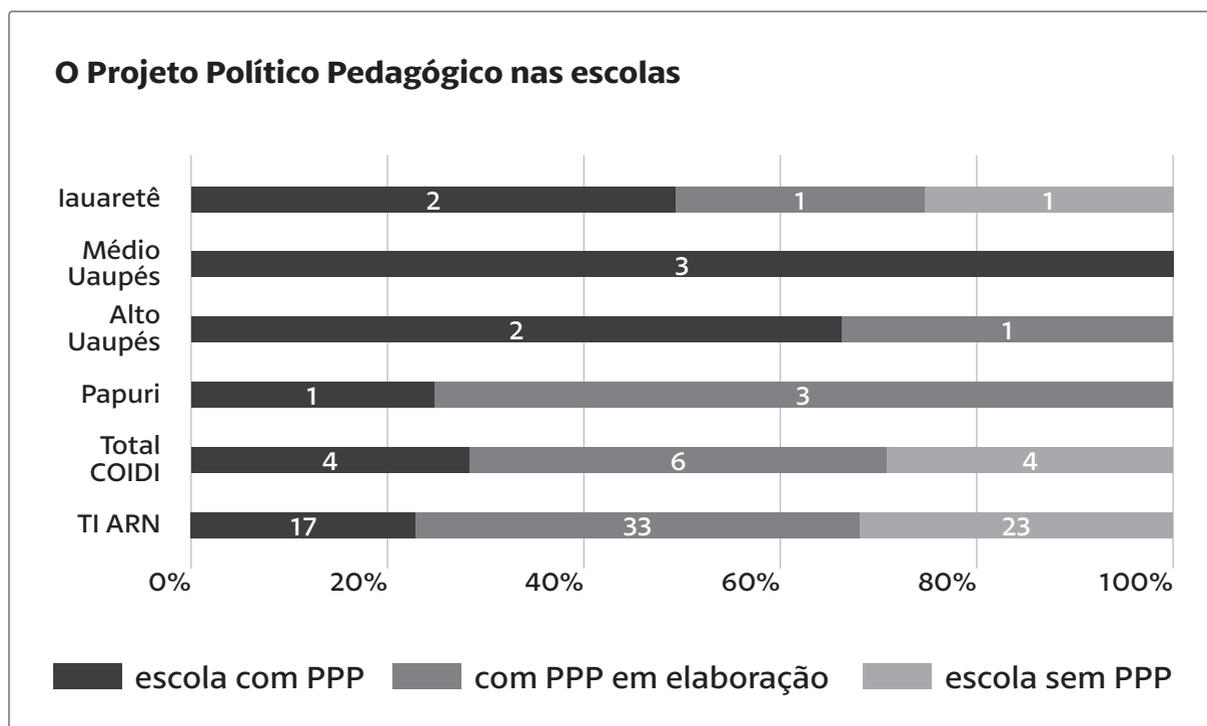
Tabela 25 – Escolas construídas pelo governo/pela comunidade

Região	Escolas que responderam à pergunta	Construído pelo governo	Em %	Construído pela comunidade	Em %
TI ARN	70	28	40	42	60
Total COIDI	14	8	57	6	43
Papuri	4	2	50	2	50
Alto Uaupés	3	1	33	2	67
Médio Uaupés	3	3	100	0	0
Japu	0	-	-	-	-
Iauaretê	4	2	50	2	50

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Sobre a disponibilidade de Projetos Políticos Pedagógicos:

Gráfico 7 – Situação do Projeto Político Pedagógico



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 26 – Situação do Projeto Político Pedagógico

Região	Escolas que responderam à pergunta	Escola com PPP	Em %	PPP em elaboração	Em %	Escola sem PPP	Em %
TI ARN	73	17	23	33	45	23	32
Total COIDI	14	4	29	6	43	4	29
Papuri	4	0	0	1	25	3	75
Alto Uaupés	3	2	67	1	33	0	0
Médio Uaupés	3	0	0	3	100	0	0
Japu	0	-	-	-	-	-	-
Iauaretê	4	2	50	1	25	1	25

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Quadro 14 – Educação: encaminhamentos COIDI

Problemas

1. Falta de apoio, de assessoria e de reconhecimento por parte do município e do estado à educação escolar indígena diferenciada.
2. Falta de aceitação da educação escolar indígena por parte de alguns pais e alunos que já tiveram sua mentalidade mudada pela influência não-indígena.
3. Falta de preparo e formação adequada dos professores para trabalhar conteúdos diferenciados.
4. Falta organização do currículo diferenciado nas escolas da nossa região, através de uma base curricular comum e multiétnica.
5. Falta de estrutura adequada das escolas. Muitas escolas nas comunidades funcionam em locais improvisados, sem as condições mínimas necessárias para o processo de ensino-aprendizagem.
6. Merenda escolar é insuficiente, chega sempre atrasada e muitas vezes com prazos de validade vencidos.
7. Falta de material didático adequado e adaptado à realidade indígena e amazônica.
8. Falta de apoio à elaboração de material didático próprio, nas línguas indígenas.
9. Professores com formação em uma área dando aulas em outra área devido à falta de professores.
10. Muitas escolas não possuem Projeto Político Pedagógico Indígena – PPPI por não ter assessoria para a sua elaboração.
11. Há muitas escolas que já elaboraram seus PPPIs, mas estes se encontram engavetados na secretaria de educação do município.
12. Falta a oferta de ensino técnico nas escolas da área da COIDI.
13. Falta uma maior presença das instituições de ensino superior em Iauaretê.
14. Falta de creches em Iauaretê.
15. Os alunos que vivem do lado colombiano e estudam nas escolas do lado brasileiro não têm o reconhecimento do governo desse país.
16. Número reduzido de vagas ofertadas na licenciatura indígena.
17. Favorecimento de parentes nas seleções para licenciatura indígena que incluem fase de entrevista.
18. Desconhecimento por parte de alunos e professores das conquistas na área de educação do movimento indígena; não há retorno ou colaboração dos formados com o movimento indígena ou fortalecimento da comunidade. Isso fragiliza a educação.
19. Oferta reduzida de trabalho para os formados.
20. Questão da licenciatura intercultural: não se sabe qual a área de atuação de alguém formado nessa licenciatura.

Medidas necessárias

- i. Pressionar e dialogar com os órgãos de educação municipal e estadual no sentido de fazer valer a legislação federal que garante o direito dos povos indígenas a uma educação escolar diferenciada, tanto na forma quanto no conteúdo, inclusive com adaptação do calendário escolar à nossa realidade.
- ii. Conscientizar os parentes, pais e alunos, sobre a importância da educação diferenciada para a consolidação de nossos direitos culturais e nossa identidade étnica.
- iii. Melhor preparo dos professores para atuar tanto em sua área de formação (disciplinas convencionais), quanto no ensino diferenciado, fazendo dialogar os dois tipos de conhecimento, o convencional/científico e o tradicional.
- iv. Definir um conteúdo base para o currículo

- diferenciado e intercultural das escolas da área da COIDI e triângulo tukano, levando em conta as especificidades étnicas e a diversidade linguística.
- v. Apoio à elaboração e publicação de materiais didáticos diferenciados, nas diferentes línguas, por meio de oficinas e pesquisa de extensão com os professores.
 - vi. Fortalecer o ensino de línguas e criar material comum para cada etnia, evitando confusões ou variações na escrita.
 - vii. Criar e reconhecer formas e espaços alternativos de ensino-aprendizagem além da sala de aula, lousa e livros didáticos. Levar os alunos para fora da escola, para pesquisar espécies animais e botânicas e ter aula-pesquisa com os conhecedores.
 - viii. Valorização dos conhecedores tradicionais e inclusão destes no sistema de ensino como profissional de notório saber, com remuneração.
 - ix. Apoio e assessoria para a elaboração dos PPPs e aprovação dos PPPs já elaborados e enviados à secretaria de educação.
 - x. Reforma e construção adequada de “prédios” para as escolas que já existem, mas que funcionam em locais improvisados.
 - xi. Merenda escolar deve chegar no tempo certo, dentro do prazo de validade e em quantidade suficiente, conforme número de alunos.
 - xii. Criação de um Conselho Fiscal com transparência para acompanhar o processo licitatório de merenda escolar e material didático. Implantar cronograma de abertura de licitação principalmente para aquisição de merenda escolar e material didático e divulgar para possível fiscalização do Conselho Fiscal.
 - xiii. Reativar programa de merenda regionalizada, facilitando a burocracia.
 - xiv. Implantação de ensino técnico em algumas escolas estratégicas de lauaretê e calhas do médio e alto Uaupés e Papuri, com cursos voltados para a realidade e sustentabilidade das comunidades (avicultura, piscicultura, agroflorestal, mecânica de motores, marcenaria, informática etc.).
 - xv. Mais investimentos no ensino superior, com polos universitários e mais cursos em lauaretê, beneficiando toda a população da área da COIDI. Os cursos devem ser pensados conforme as demandas e a realidade da região.
 - xvi. Transporte adequado para os alunos que precisam se deslocar para estudar na escola de outra comunidade.
 - xvii. Programas de moradia, alimentação e bolsas estudantis para alunos das comunidades das calhas da COIDI poderem estudar nas escolas de lauaretê sem que as famílias precisem abandonar suas comunidades para acompanhar os filhos.
 - xviii. Reconhecimento formal por parte do município, do estado e do Ministério da Educação – MEC dos alunos colombianos (nossos parentes) que estudam nas escolas do lado brasileiro.
 - xix. Encaminhar proposta de aumento de vagas na licenciatura indígena e criação de outro polo tukano em lauaretê. Essa proposta pode partir da consulta em lauaretê, segue para comissão da FOIRN, e segue para UFAM, e da UFAM para MEC.
 - xx. Elaborar regra para entrevistas de seleção para licenciatura indígena, trazendo entrevistadores de outra região, para evitar o favorecimento. FOIRN, através de departamento de educação, encaminharia para reitoria de extensão da UFAM.

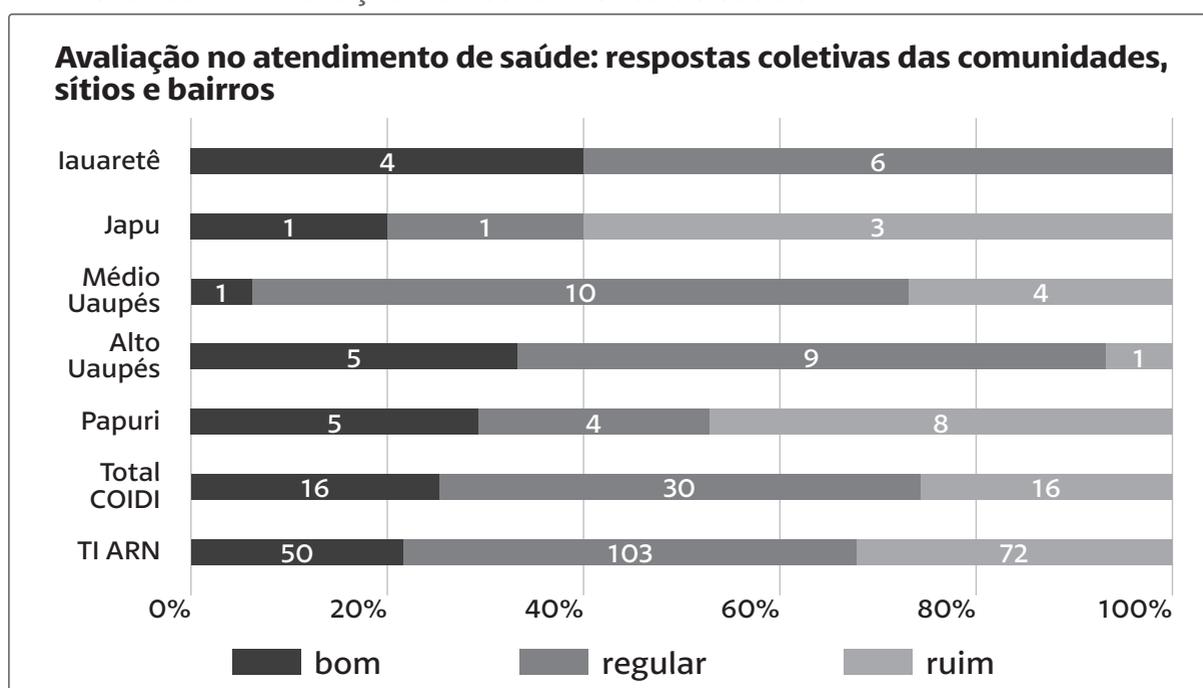
Saúde

O sistema de saúde se apresenta como outra área prioritária para a região da COIDI. Quando se fala em saúde, deve-se ter no horizonte tanto o sistema de atendimento fornecido pelo Estado por meio do Distrito Sanitário Especial Indígena – DSEI e equipamento médico-hospitalar como o sistema de conhecimentos da população indígena da COIDI. Acerca desse último, o benzedor/pajé é muito importante na comunidade, porque ele é o maior conhecedor das doenças indígenas como sopro e estragos nas comunidades; há certas doenças que apenas o benzedor/pajé pode resolver. Diante desse quadro, ressaltamos a importância do diálogo entre os dois sistemas de saúde.

Seguem os dados relativos à saúde do levantamento socioambiental (2017):

Avaliação no atendimento de saúde:

Gráfico 8 – Avaliação no atendimento de saúde



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 27 – Avaliação no atendimento de saúde

Região	Bom	Em %	Regular	Em %	Ruim	Em %	Total respostas
TI ARN	50	22	103	46	72	32	225
Total COIDI	16	26	30	48	16	26	62
Papuri	5	29	4	24	8	47	17
Alto Uaupés	5	33	9	60	1	7	15
Médio Uaupés	1	7	10	67	4	27	15
Japu	1	20	1	20	3	60	5
Iauaretê	4	40	6	60	0	0	10

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Frequência no atendimento nos últimos 12 meses:

Tabela 28 – Atendimento de saúde

Região	Auxiliar de enfermagem	Enfermeiro	Médico	Dentista	Total comunidades que responderam
TI ARN	306	520	306	253	295
Total COIDI	56	69	29	36	58
Papuri	6	15	1	0	14
Alto Uaupés	21	22	6	13	15
Médio Uaupés	12	12	11	12	14
Japu	5	5	3	4	4
Iauaretê	13	13	8	7	8

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Média de visita por ano às comunidades:

Tabela 29 – Atendimento de saúde

Região	Auxiliar de enfermagem	Enfermeiro	Médico	Dentista
TI ARN	1,0	1,8	1,0	0,9
Total COIDI	1,0	1,2	0,5	0,6
Papuri	0,4	1,1	0,1	0
Alto Uaupés	1,4	1,5	0,4	0,9
Médio Uaupés	0,9	0,9	0,8	0,9
Japu	1,3	1,3	0,8	1,0
Iauaretê	1,6	1,6	1,0	0,9

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Comunidades com Agentes de Saúde:

Tabela 30 – Comunidades com Agentes de saúde

Região	Comunidades	Agentes indígenas de saúde	Razão AIS/comunidade
TI ARN	303	251	0,8
Total COIDI	63	52	0,8
Alto Uaupés	15	12	0,8
Iauaretê	10	12	1,2
Médio Uaupés, incluindo Japu	20	15	0,8
Papuri	18	13	0,7

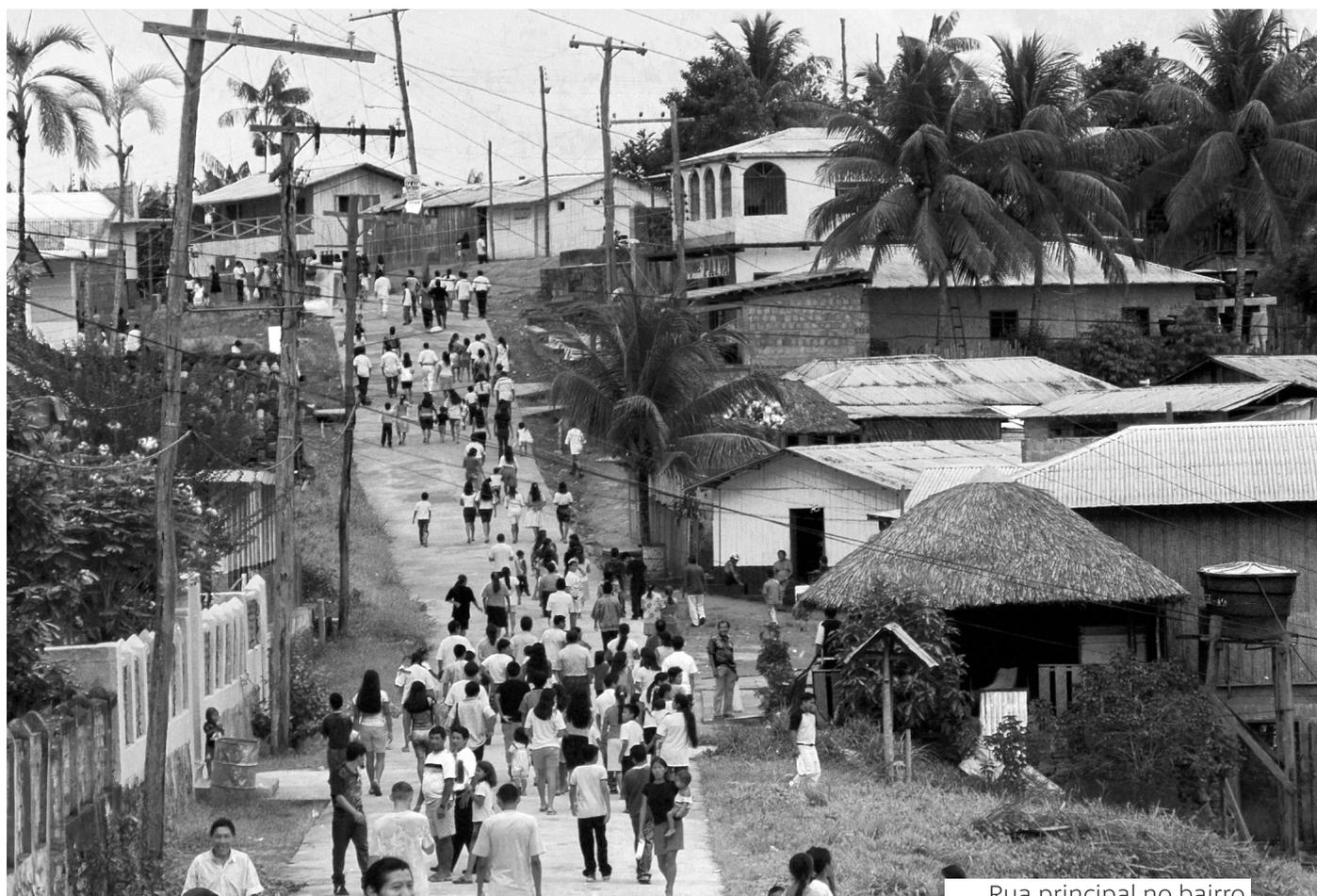
Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Mordidas de cobra:

Tabela 31 – Mordidas de cobra em 2 anos

Região	Mordidas de cobra em 2 anos	Moradores	Média acidente por pessoa (em %)
TI ARN	208	17727	1,2
Total COIDI	74	4735	1,6
Papuri	12	857	1,4
Alto Uaupés	4	809	0,5
Médio Uaupés	17	559	3,0
Japu	19	537	3,5
Iauaretê	22	1973	1,1

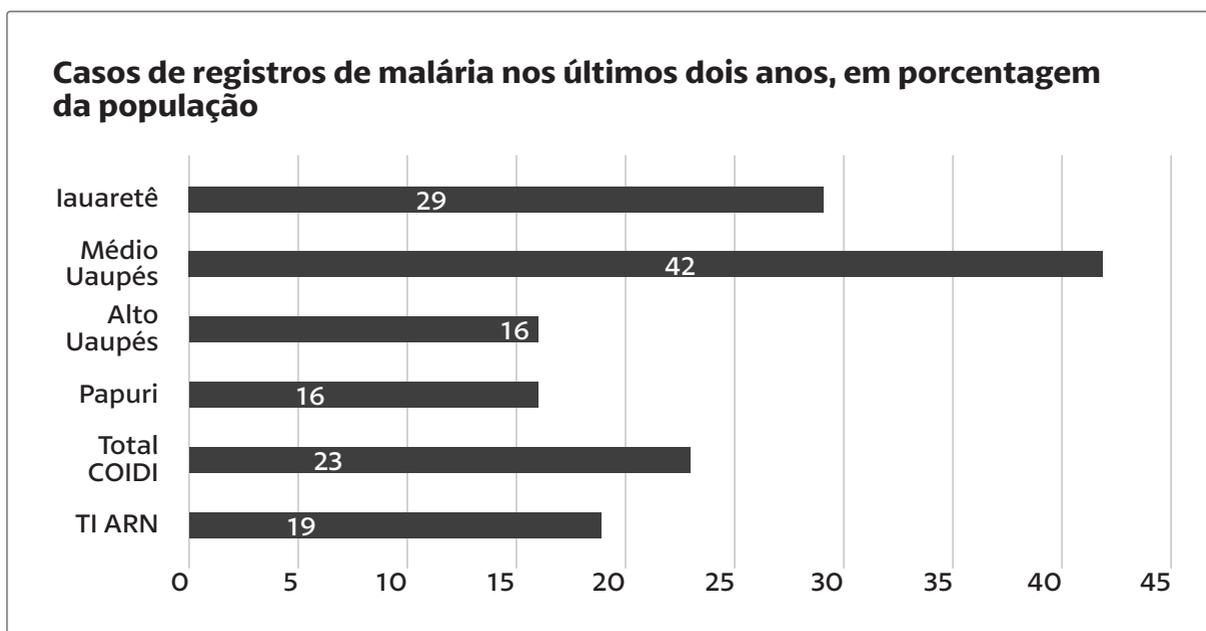
Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)



Rua principal no bairro
Cruzeiro, em Iauaretê.
Pedro Martinelli/ISA, 2002

Casos de malária, por sub-região e etnia³⁷:

Gráfico 9 – Casos de malária nos últimos 2 anos



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 31 – Casos de malária nos últimos 2 anos

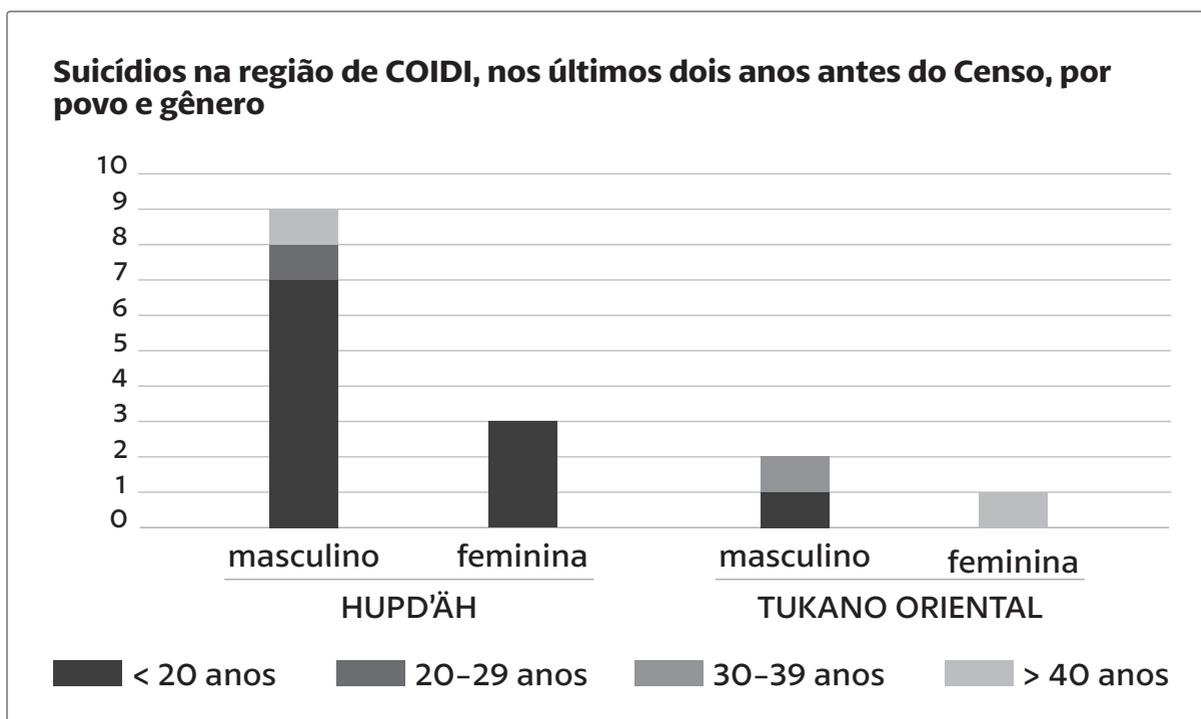
Região	Casos de malária nos últimos 2 anos	Moradores	Média casos/pessoa (em %)
TI ARN	3319	17727	19
Total COIDI	1101	4735	23
Papuri	134	857	16
Alto Uaupés	126	809	16
Médio Uaupés	232	559	42
Iauaretê	582	±1973	Mais que 29

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

³⁷ Não temos informação sobre os casos de malária em 3 das 5 comunidades de Japu, então não podemos tirar conclusões. No caso de Iauaretê, falta informação de alguns bairros e a porcentagem é maior que o 29% calculado.

Suicídios, por sub-região e etnia

Gráfico 10 – Suicídio na região da COIDI



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 32 – Suicídios na região da COIDI

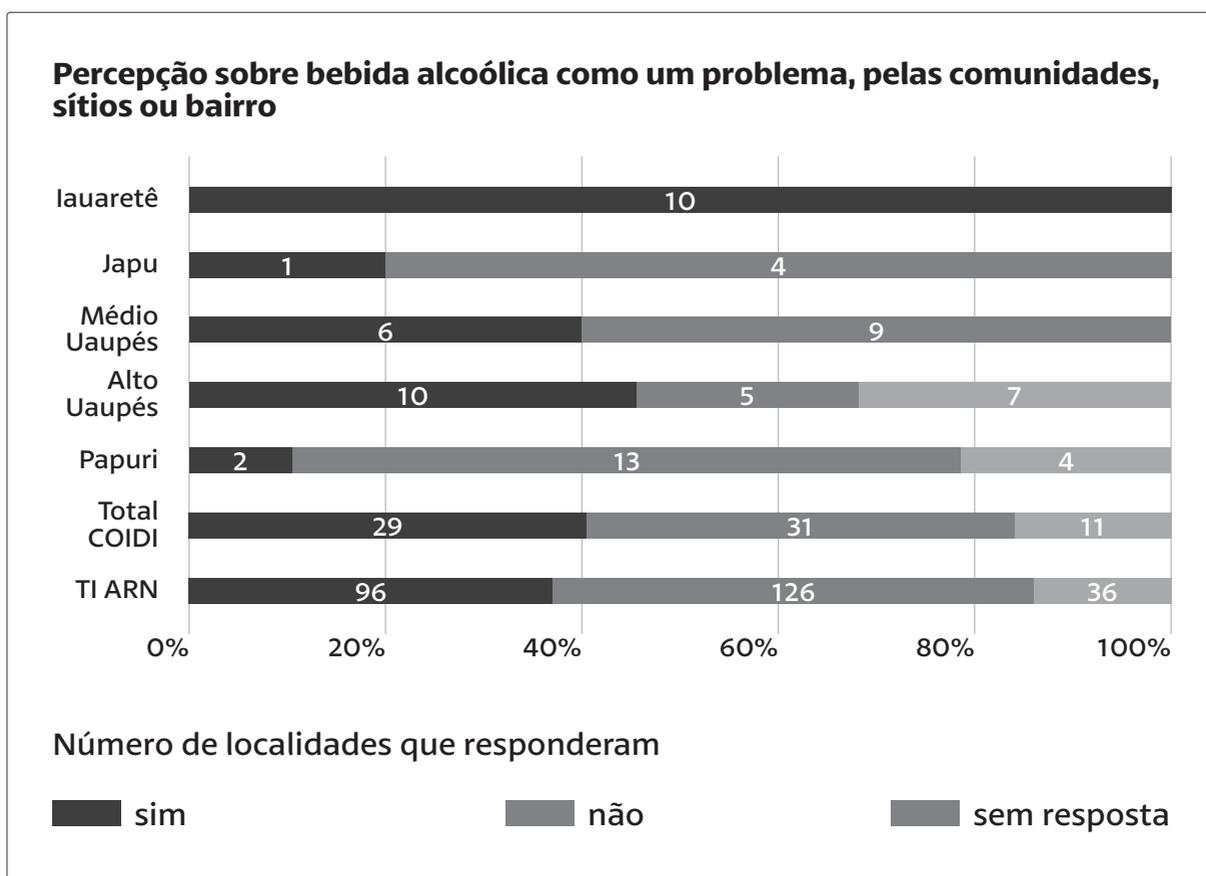
Povo	Hupd'äh		Tukano Oriental	
	Masculino	Feminina	Masculino	Feminina
< 20 anos	7	3	1	0
20-29 anos	3	0	0	0
30-39 anos	0	0	1	0
>40 anos	1	0	0	1
Total	11	3	2	1

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Os dados indicam 14 suicídios entre o povo Hupd'äh, nos últimos 2 anos antes do censo: 2 no médio Uaupés, 2 em Iauaretê e 10 no Japu. Isso corresponde a mais ou menos 0,9 % da população. Também aponta três suicídios entre os povos falantes tukano orientais (2 Piratapua e 1 Tariano), os três em Iauaretê. Isso é 0,08 % da população tukano oriental.

Problemas com álcool – percepção da bebida alcoólica como um problema na comunidade, sítio ou bairro:

Gráfico 11 – Percepção da bebida alcoólica como problema



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 33 – Percepção da bebida alcoólica como problema

Região	Sim	Não	Sem resposta
TI ARN	96	126	36
Total COIDI	29	31	11
Papuri	2	13	4
Alto Uaupés	10	5	7
Médio Uaupés	6	9	0
Japu	1	4	0
lauaretê	10	0	0

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Benzedores

Tabela 34 – Comunidades com benzedores

Região	Comunidades	Comunidades com benzedores	Comunidades com Benzedor, em %
Alto Uaupés	15	14	93
Iauaretê	10	9	90
Médio Uaupés, incluindo Japu	20	18	90
Papuri	18	18	100

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Quadro 15 – Saúde: encaminhamento COIDI

Problemas

1. Falta de médicos/enfermeiros e baixíssima frequência de atendimento das equipes de saúde nas comunidades.
2. Estado de abandono dos Polos Base do DSEI.
3. Falta de atendimento multidisciplinar nas comunidades e permanência de equipe nos Polos Base.
4. Falta de medicamentos básicos nos Polos Base e no hospital de Iauaretê.
5. Falta de combustível e de transporte fluvial e terrestre adequados para resgate de pacientes. Os pacientes muitas vezes são transportados em voadeiras sem banco e sem capota, tomando sol e chuva por horas e dias até chegar ao hospital.
6. Dificuldade de comunicação dos pacientes indígenas com os profissionais não indígenas, devido à incompreensão cultural e linguística e falta de tradutores.
7. Falta de conhecedores tradicionais (pajés, benzedores, parteiras) nas equipes multidisciplinares.

Medidas necessárias

- i. Assistência contínua e regular de equipes multidisciplinares de saúde nas nossas comunidades. A equipe deve sempre trabalhar em parceria com Técnicos em Agentes Comunitários de Saúde Indígena – TACIS, Agente Indígena de Saúde – AIS e benzedores de cada região/comunidade.
- ii. Reforma, reativação e reestruturação completa dos Polos Base, com infraestrutura permanente e em funcionamento: estrutura física adequada; gerador e radiofonia; equipamentos para atendimentos e exames básicos, inclusive raio-X, ultrassonografia e laboratoriais (malária, hemograma etc.); transporte fluvial adequado para resgate de pacientes e fixo no Polo Base;
- iii. Garantir a permanência de equipe fixa em todos os Polos Base.
- iv. Assegurar a permanência de microscopistas e agentes de endemias nos Polos Base.
- v. Ampliação do sistema de comunicação para as comunidades estratégicas, por meio de radiofonia.

Cultura

A cultura é dimensão transversal a todos os outros temas e o que orienta a gestão dos territórios indígenas. Com as transformações advindas da história do contato (colonização, missões, catequização, escolarização etc.) e repressão às práticas culturais tradicionais, hoje há uma desvalorização dos conhecimentos tradicionais e falta de interesse dos mais jovens pelos saberes dos pais e avôs; isso gera tristeza e desmotivação por parte dos conhecedores (*kumua*) e mestres de dança (*baya*) que não se empenham mais em transmitir aquilo que ainda sabem, por isso há perda de conhecimentos sobre as histórias de origem dos grupos, sobre os cantos, danças e cerimônias, sobre práticas e técnicas de manejo e artesanato, dentro outros.

Quadro 16 – Cultura: encaminhamentos COIDI

Problemas

1. Enfraquecimento cultural, com perda de parte dos conhecimentos e práticas tradicionais, como as histórias de origem dos grupos étnicos, benzimentos, cantos e danças, cerimônias, instrumentos musicais, ornamentos de dança, dentre outros.
2. Desconhecimento por parte das novas gerações a respeito de sua própria origem e identidade étnica.
3. Falta de interesse das novas gerações pelos conhecimentos e práticas tradicionais, tanto da cosmologia, cantos e danças, artesanato, agricultura, pesca etc.
4. Enfraquecimento e mesmo perda de algumas das línguas faladas pelos grupos étnicos da região da COIDI: Arapasso (língua perdida); Tariano (apenas alguns poucos falantes); Piratapuia (ainda se fala, mas enfraquecida); Desana (ainda se fala, mas também enfraquecida).
5. Educação escolar diferenciada, em geral, não está funcionando e a escola acaba contribuindo para o enfraquecimento da cultura, das línguas e para o desinteresse dos jovens.
6. Muitos pais também não incentivam os seus filhos no aprendizado dos conhecimentos e práticas culturais. Valorizam apenas o estudo, o conhecimento e a cultura dos não-indígenas.
7. Muitos dos velhos, por desgosto, não querem mais falar sobre cultura e se sentem desmotivados em transmitir o que sabem para os jovens.
8. Alguns conhecedores também sovinam os seus conhecimentos.

Medidas necessárias

- i. Valorização e fortalecimento dos benzedores, *bayaroa* e de todos que ainda detêm os conhecimentos sobre benzimentos, narrativas de origem, cantos e danças, remédios do mato, artesanato e diversidade agrícola de cada povo.
- ii. Incentivo à transmissão de conhecimentos entre as gerações: benzimentos, danças/cantos, narrativas de origem e lugares sagrados, conhecimentos sobre remédio do mato e práticas agrícolas, conhecimentos sobre calendário ecológico-ritual, por meio da realização de rodas de conversa.
- iii. Para envolver os jovens no mundo dos conhecimentos tradicionais é preciso

- trabalhar na comunidade escolar, através de ensino via-pesquisa, realizando com os estudantes atividades de pesquisa, vivências e entrevistas com conhecedores, a respeito das histórias dos grupos étnicos, dos benzimentos, das dietas alimentares e dos resguardos, dos lugares sagrados, entre outros; isso inclui também a preparação de material didático específico para ser usado nas escolas.
- iv. Reativar e fortalecer o Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê (CERCI), para que a juventude da região tenha um espaço de referência onde possam frequentar e aprender sobre os conhecimentos e práticas da nossa cultura.
 - v. Realizar cursos intensivos e palestras sobre os conhecimentos indígenas, proferidos pelos conhecedores de cada etnia, tanto dentro das escolas quanto em outros espaços apropriados (centros culturais, malocas de saber etc.).
 - vi. Por meio de projetos, do empenho das comunidades e colaboração dos conhecedores, criar espaços apropriados para o ensino-aprendizagem e vivências da cultura tradicional: centros culturais, malocas/casa do saber, centros de medicina tradicional etc.
 - vii. Garantir recursos para promoção de encontros regulares entre conhecedores e benzedores da região da COIDI.
 - viii. Implementar projetos e programas de apoio à documentação e registro de conhecimentos, das línguas e das práticas culturais dos povos indígenas das calhas do Uaupés e Papuri, por meio da produção de livros, inventários, cartilhas, material audiovisual.
 - ix. Retomar projetos de fortalecimento linguístico das línguas piratapuaia, desana e Tariano, com oficinas para professores e alunos e produção de material didático.
 - x. Que as escolas das comunidades tenham professores falantes das línguas próprias dos moradores e que as aulas sejam proferidas na língua.
 - xi. Inclusão de benzedores, pajés e parteiras no sistema de atendimento à saúde indígena, com reconhecimento oficial e devidamente remunerados.
 - xii. Inclusão de conhecedores no sistema de educação escolar indígena, reconhecidos como profissionais de notório saber e devidamente remunerados.
 - xiii. Continuidade e ampliação das iniciativas de mapeamento, registro, valorização e divulgação dos lugares sagrados e conhecimentos associados.
 - xiv. Valorização cultural e dos lugares sagrados através de iniciativas de turismo (roteiro dos lugares sagrados da área da COIDI, desde Ipanoré até Papuri e alto Uaupés).





Sustentabilidade e geração de renda

A geração de renda aliada a sustentabilidade é um dos principais desafios no horizonte dos moradores da região da COIDI. O diagnóstico do levantamento socioambiental aponta tanto para problemas atuais de escassez de certos recursos como a necessidade crescente de dinheiro para ter acesso a itens básicos como gasolina, roupas e alguns produtos industrializados como sal, açúcar etc. Ao mesmo tempo, nota-se a necessidade de iniciativas que promovam a valorização dos produtos indígenas, tanto na região da COIDI e Alto Rio Negro quanto em outros lugares.

Nesse sentido, as oficinas foram pródigas em ressaltar algumas das potencialidades da região:

Roça:

- **Farinha, banana, abacaxi e pimenta.**

Extrativismo:

- **Arumã, tucum, madeira (fabricação de canoas), cipó.**
- **Patauá, açai e buriti.**

Artesanato:

- **Cumatá, tipiti, peneira, balaio de arumã, abano, artesanato com tucum, cerâmica.**

No que diz respeito às principais fontes de renda (assalariado, aposentados, outros benefícios sociais), os dados apontam a seguinte composição:

Fixo

Tabela 35 – Moradores aposentados e assalariados

Região	Moradores	Aposentados	Em %	Assalariados	Em %
TI ARN	17727	1555	9	857	5
Total COIDI	4735	452	10	250	5
Papuri	857	101	12	115	13
Alto Uaupés	809	127	16	80	10
Médio Uaupés	559	82	15	29	5
Japu	537	22	4	23	4
Iauaretê ³⁸	1973	120	6	3	0

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

³⁸ Há inconsistências para os dados, provenientes do Levantamento Socioambiental, sobre assalariados e aposentadorias de Iauaretê. São três assalariados registrados e para a quase totalidade dos bairros não há registro de mulheres aposentadas.

Temporário

Número de mulheres que receberam salário-maternidade nos últimos 12 meses:

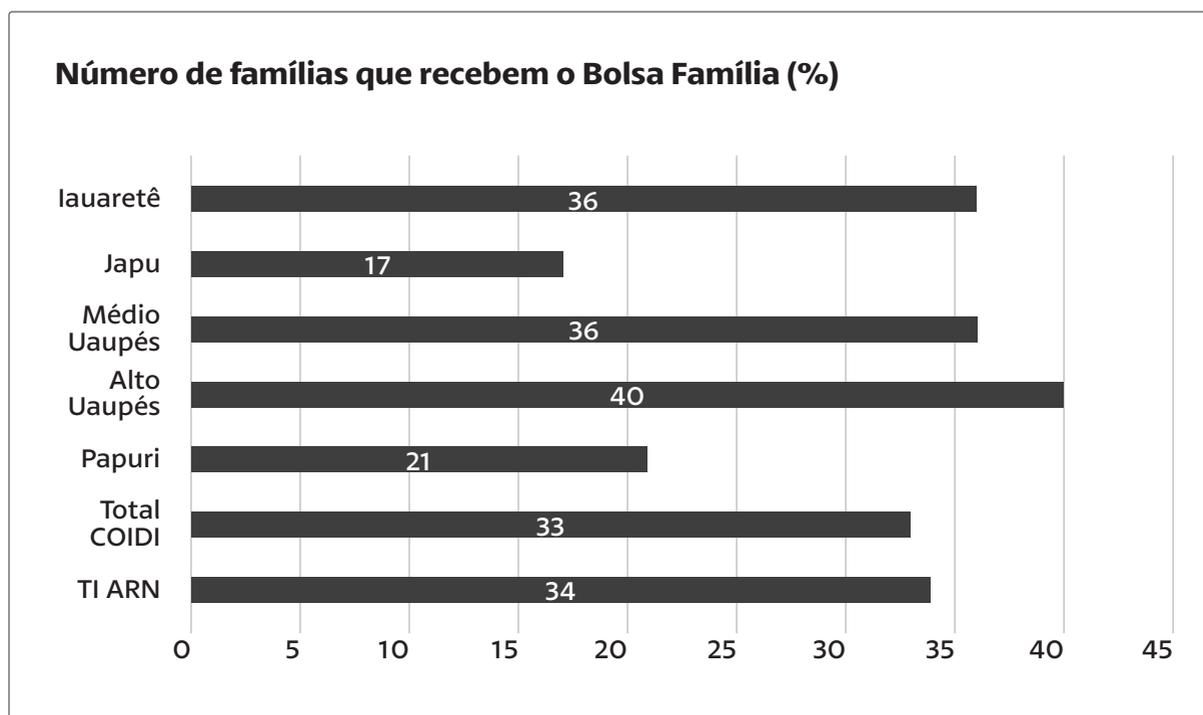
Tabela 36 – Mulheres que receberam salário-maternidade

Região	Moradores	Salário-maternidade	Em %
TI ARN	17727	477	3
Total COIDI	4735	147	3
Papuri	857	15	2
Alto Uaupés	809	37	5
Médio Uaupés	559	25	4
Japu	537	8	1
Iauaretê	1973	62	3

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Famílias que recebem o Bolsa Família

Gráfico 12 – Famílias que recebem Bolsa Família



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

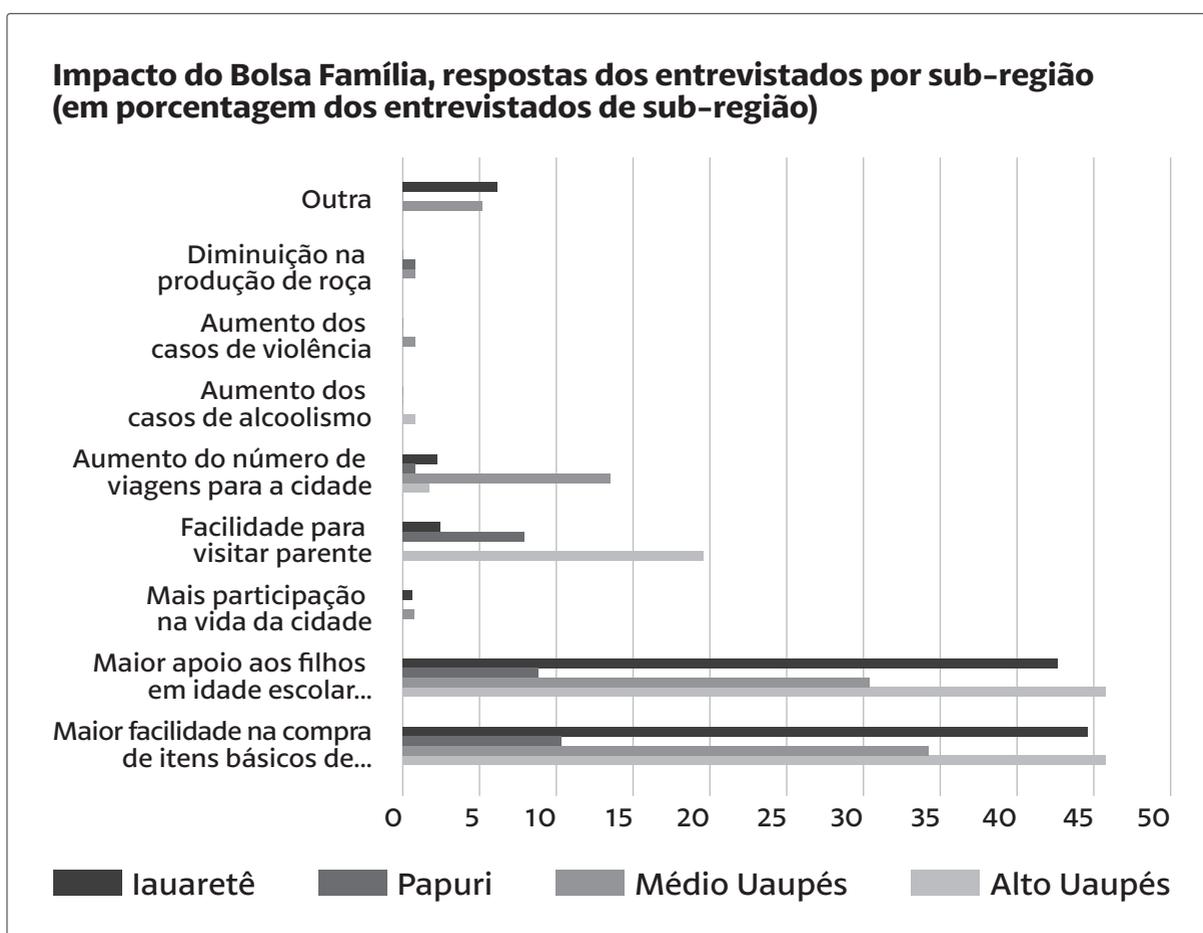
Tabela 37 – Famílias que recebem Bolsa Família

Região	Famílias	Bolsa Família	Em %
TI ARN	4640	1576	34
Total COIDI	1070	348	33
Papuri	158	33	21
Alto Uaupés	147	59	40
Médio Uaupés	125	45	36
Japu	100	17	17
Iauaretê	540	194	36

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Percepção sobre o impacto do Bolsa Família

Gráfico 13 – Impacto do Bolsa Família



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 38 – Impacto do Bolsa Família

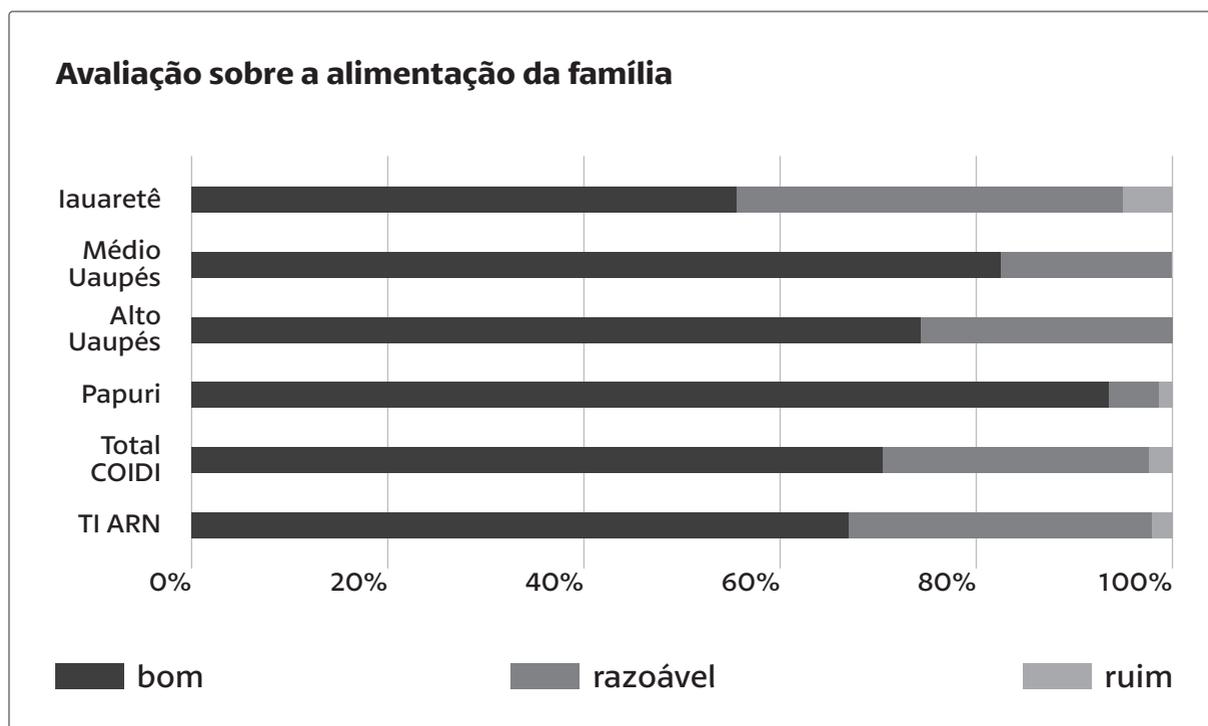
Sub-regiões	Alto Uaupés	Médio Uaupés ³⁹	Papuri	Iauaretê
No. entrevistadas	111	125	125	340
Maior facilidade na compra de itens básicos de alimentação	46 %	34 %	10 %	45 %
Melhor apoio aos filhos em idade escolar (transporte etc.)	46 %	30 %	9 %	43 %
Mais participação na vida da cidade	0 %	1 %	0 %	1 %
Facilidade para visitar parente	20 %	0 %	8 %	3 %
Aumento do número de viagens para a cidade	2 %	14 %	1 %	2 %
Aumento dos casos de alcoolismo	1 %	0 %	0 %	0 %
Aumento dos casos de violência	0 %	1 %	0 %	0 %
Diminuição na produção de roça	1 %	1 %	0 %	0 %
Outra	5 %	0 %	0 %	6 %

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

³⁹ No Japu, poucas famílias responderam, por isso a região não foi considerada nessa análise.

Avaliação sobre a alimentação da família

Gráfico 14 – Avaliação sobre alimentação familiar



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Motivo da avaliação negativa sobre alimentação

Somente 16 famílias classificaram sua alimentação como ruim; 15 famílias de Iauaretê e uma do Papuri. Dessas 15 famílias de Iauaretê, todas mencionaram o álcool como motivo de ter uma alimentação ruim, 13 mencionaram a falta de peixe e 12 a falta de caça. Ninguém mencionou a falta de roça.

Consumo: itens mais consumidos por sub-região

Alto Uaupés:

- Açúcar, Café, Arroz, Sabão, Bolacha, Sal, Combustível, Pilhas, Fósforo.

Médio Uaupés:

- Açúcar, Café, Arroz, Sabão, Bolacha, Sal, Combustível, Macarrão, Pilhas, Leite em Pó, Fósforo.

Iauaretê:

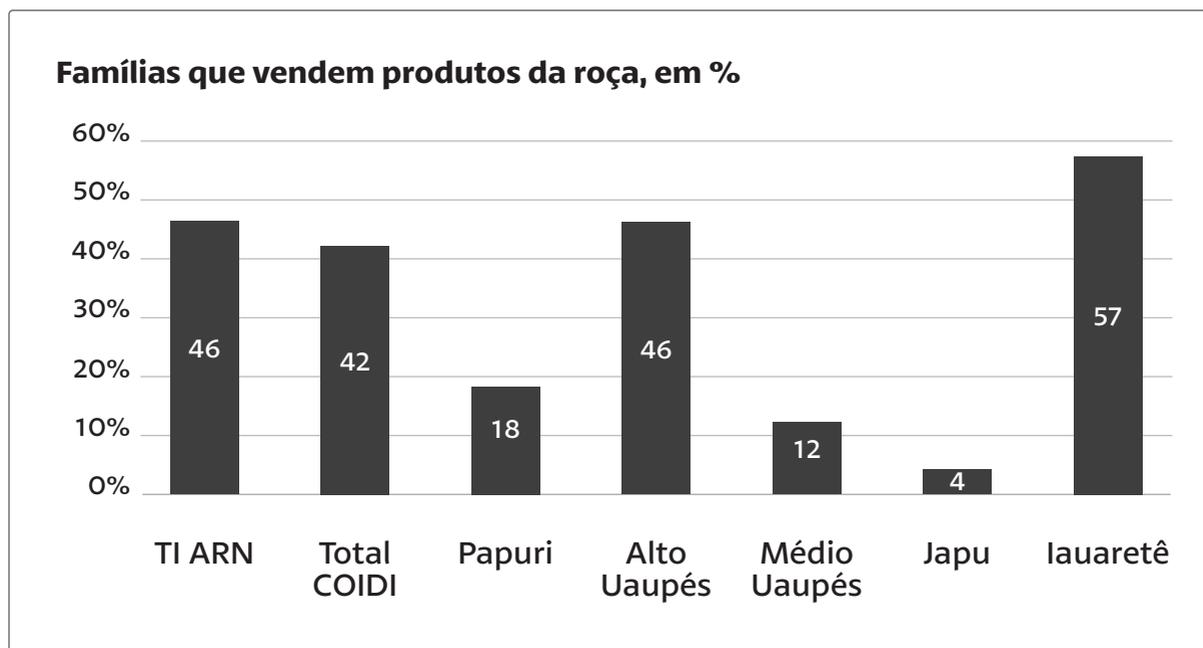
- Arroz e Açúcar no primeiro lugar, Feijão e Macarrão no segunda lugar.

Papuri:

- Açúcar, Arroz, Sabão, Bolacha, Sal, Combustível, Macarrão, Pilhas, Látex, Leite em Pó, Tabaco.

Famílias que vendem produtos da roça e quais produtos são mais vendidos

Gráfico 15 – Famílias que vendem produtos da roça



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Produtos mais vendidos em todas as sub-regiões: farinha, banana, abacaxi e beiju.

Famílias que vendem peixe e frequência⁴⁰

Tabela 39 – Famílias que vendem peixe com frequência

Região	Porcentagem das famílias que vendem peixe	Porcentagem das famílias que vendem peixe frequente
TI ARN	46	1,5
Total COIDI	42	2,1

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

⁴⁰ A grande maioria responde que vende peixe de vez em quando.

Famílias que vendem produtos do extrativismo e quais produtos são mais vendidos

Tabela 40 – Famílias que vendem produtos do extrativismo

Região	Famílias que vendem	Em %
TI ARN	336	100
Total COIDI	96	29
Papuri	3	1
Alto Uaupés	17	5
Médio Uaupés	31	9
Iauaretê	45	13

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Os principais produtos do extrativismo citados como mais vendidos são madeira, tucum e cipó.



Roça recém-derrubada, rio Papuri. Fonte: Aline Scolfaro/ISA, 2010.

Quadro 17 – Sustentabilidade e geração de renda: encaminhamentos COIDI

Problemas

1. Peixes estão ficando cada vez mais escassos em nossa região.
2. Caça é difícil de encontrar em algumas regiões.
3. Há recursos muito importantes para nós que já estão ficando difíceis de encontrar, como caranã, cipó e madeira de lei.
4. Hoje é muito difícil viver sem alguma fonte de renda, pois para vivermos bem temos necessidade de certos produtos como gasolina, roupas, sabão, sal, açúcar, dentre outros.
5. Nossas roças são produtivas, mas temos dificuldade em comercializar nossos produtos, pelos obstáculos de escoamento e também pelos preços baixos pagos pelos compradores/comerciantes.
6. Falta de apoio do governo e falta de políticas públicas voltadas à sustentabilidade das comunidades indígenas em áreas mais remotas.
7. Falta acordo para estabelecimento de preços para venda de produtos da roça, caça e pesca.
8. Escassez de daracubi.

Medidas necessárias

- i. Apoio para comercialização e escoamento dos produtos da roça e extrativismo das famílias.
- ii. Estruturação de cadeia de comércio justo para os produtos da roça no distrito de lauaretê através da definição e tabelamento dos preços dos produtos da roça.
- iii. Reativar cooperativa de produtores familiares da área da COIDI, pois unidos

- ficamos mais fortes.
- iv. Valorizar os produtos da agricultura tradicional por meio da criação de selo de origem e qualidade dos produtos do sistema agrícola tradicional indígena do Uaupés.
 - v. Apoio para o escoamento de produtos do Papuri e alto Uaupés para lauaretê; e de lauaretê para São Gabriel da Cachoeira.
 - vi. Formação técnica e criação de um programa de incentivo para que técnicos indígenas formados possam desenvolver projetos em suas comunidades.
 - vii. Linha de crédito específica para técnicos agrícolas indígenas poderem empreender iniciativas em suas comunidades.
 - viii. Iniciativas familiares para criação de animais de pequeno porte: piscicultura, avicultura, suínos, dentre outros.
 - ix. Reativar programa de merenda regionalizada, propondo readequações e desburocratização para facilitar a venda e compra direta.
 - x. Construção de uma central para beneficiamento de frutas e outros produtos da roça em lauaretê.
 - xi. Implantação de projeto piloto de turismo comunitário na área da COIDI, visando a geração de renda e a valorização dos lugares sagrados e das manifestações culturais.
 - xii. Infraestrutura e formação de recursos humanos para o trabalho com turismo.
 - xiii. Criação de programas de incentivo para retorno das famílias para suas comunidades de origem.
 - xiv. Elaboração de plano de manejo de recursos como caranã, cipó e arumã.
 - xv. Elaborar programa para troca de peixes da região de Barcelos por farinha da região do Uaupés.
 - xvi. Elaborar programa de manejo do daracubi.
 - xvii. Reativar e seguir com programas de piscicultura na região.



Lixo e Saneamento

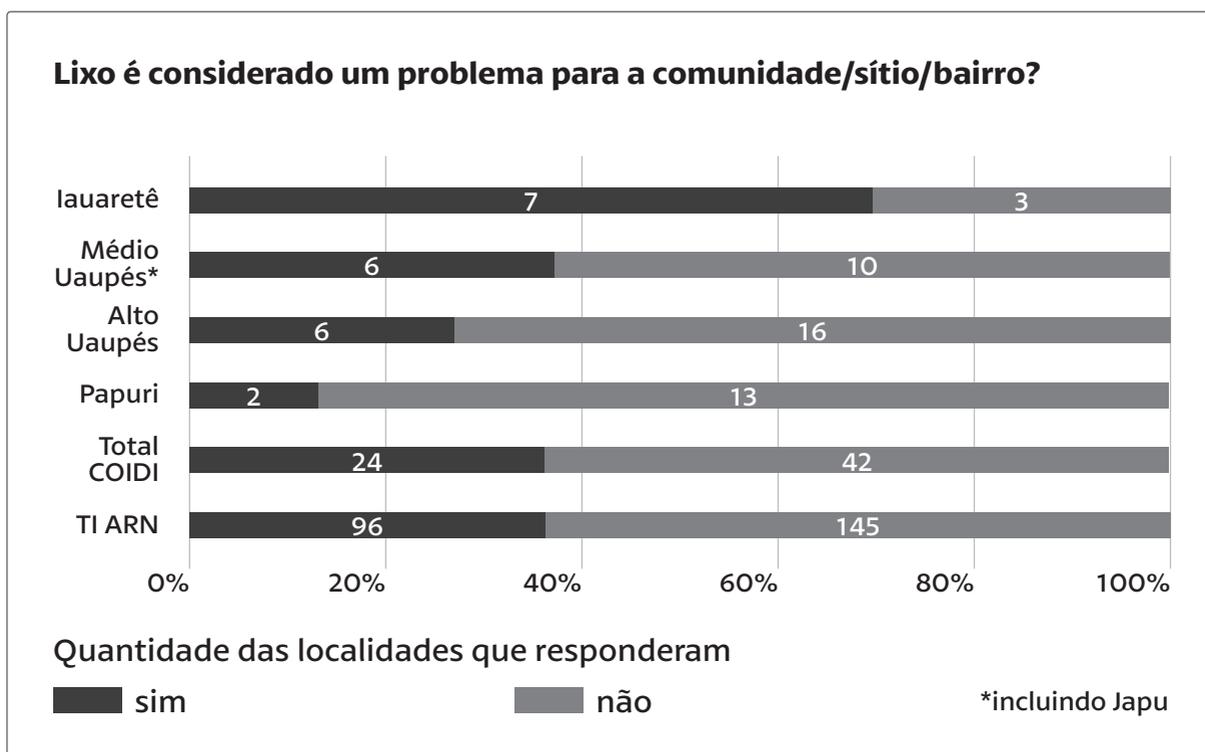
O lixo tem se apresentado como dificuldade nas comunidades, e sobretudo em Iauaretê, dada sua grande concentração demográfica. Abaixo, seguem os dados do levantamento sobre lixo e acesso à água:

Dados do levantamento sobre lixo

Percepção sobre o problema do lixo

Lixo é considerado um problema na comunidade/sítio/bairro?

Gráfico 16 – Lixo como problema



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 41 – Lixo como problema

Região	Localidades que responderam	Sim	Em %	Não	Em %
TI ARN	241	96	40	145	60
Total COIDI	66	24	36	42	64
Papuri	15	2	13	13	87
Alto Uaupés	22	6	27	16	73
Médio Uaupés	14	6	43	8	57
Japu	2	0	0	2	100
Iauaretê	10	7	70	3	30

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

O que é feito com pilhas e baterias: porcentagem das comunidades onde há coleta de pilhas e baterias

Tem coleta?

Tabela 42 – Coleta de lixo

Região	Localidades que responderam	Sim	Em %	Não	Em %
TI ARN	258	40	16	218	84
Total COIDI	71	5	7	66	93
Papuri	19	0	0	19	100
Alto Uaupés	22	1	5	21	95
Médio Uaupés	15	1	7	14	93
Japu	5	0	0	5	100
Iauaretê	10	3	30	7	70

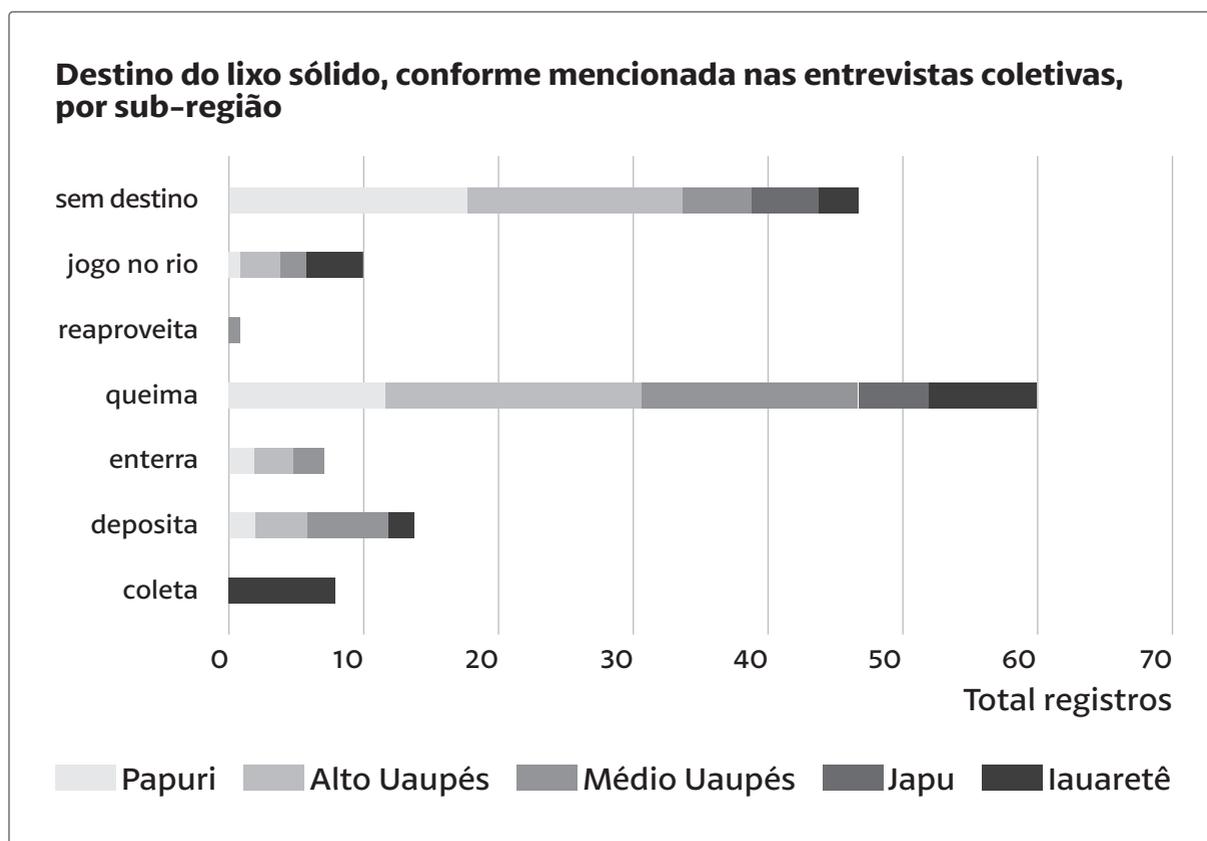
Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)



Vista aérea de Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2013.

Qual o destino do lixo?

Gráfico 17 – Destino do lixo



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 43 – Destino do lixo

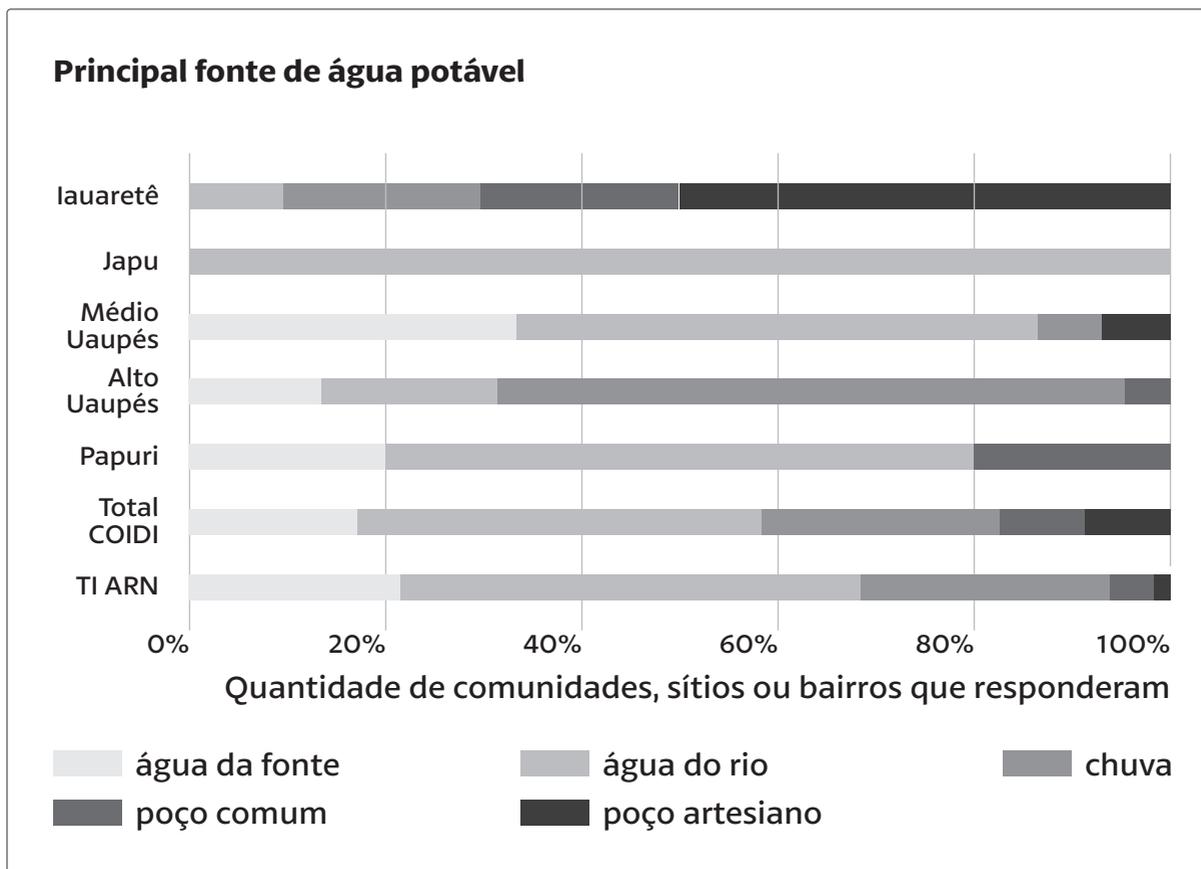
Região	Localidades que responderam	Tipo	Coleta	Deposita	Enterra	Queima	Reaproveita	Jogo no rio	Sem destino
TI ARN	258	Plástico	4	32	13	206	6	4	26
		Latária	9	99	38	27	1	12	86
Total COIDI	71	Plástico	3	3	1	56	1	2	10
		Latária	5	11	6	4	0	8	37
Papuri	19	Plástico	0	0	0	12	0	0	6
		Latária	0	2	2	0	0	1	12
Alto Uaupés	22	Plástico	0	1	1	17	0	1	3
		Latária	0	3	2	2	0	2	13
Médio Uaupés	15	Plástico	0	1	0	14	1	0	0
		Latária	0	5	2	2	0	2	5
Japu	5	Plástico	0	0	0	5	0	0	0
		Latária	0	0	0	0	0	0	5
Iauaretê	10	Plástico	3	1	0	8	0	1	1
		Latária	5	1	0	0	0	3	2

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Dados do levantamento sobre água e saneamento

i) *Principal fonte de água potável*

Gráfico 18 – Principal fonte de água potável



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 44 – Principal fonte de água potável

Região	Comunidades que responderam	Água de Fonte em %	Água do rio em %	Chuva em %	Poço Co-mum em %	Poço artesiano em %					
TI ARN	255	55	22	118	46	65	25	11	4	4	2
Total COIDI	70	12	17	29	41	17	24	6	9	6	9
Papuri	15	3	20	9	60	0	0	3	20	0	0
Alto Uaupés	22	3	14	4	18	14	64	1	5	0	0
Médio Uaupés	15	5	33	8	53	1	7	0	0	1	7
Japu	5	0	0	5	100	0	0	0	0	0	0
Iauaretê	10	0	0	1	10	2	20	2	20	5	50

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Comunidades com poço

Comunidades com poço comum:

- Alto Uaupés: Ilha de Inambu
- Papuri: Santa Luzia, São José de Anchieta, São Miguel
- Iauaretê: Vila São José, Vila São Miguel

Comunidades e bairros com poço artesiano:

- Médio Uaupés: Marabitana
- Iauaretê: Nossa Senhora de Fátima, Urumutum Lago, Vila Sagrado Coração de Jesus, Vila Santa Maria, Vila São Domingos Sávio

Comunidades onde há água de fonte

- Alto Uaupés: Jacaré, Taracué, Umari Cachoeira
- Médio Uaupés: Aracú Ponta, Loiro Poço, Nova Esperança, Paraná Jucá, Urubucuará
- Papuri: Melo Franco, Tucunaré Bu'u poewa, Uirapixuna



Quadro 18 – Lixo

e saneamento:

encaminhamentos COIDI

Problemas

1. As comunidades estão consumindo muitos produtos industrializados, sobretudo as famílias assalariadas, e assim geram mais lixo.
2. Na maioria das comunidades não há destinação organizada do lixo, sobretudo do lixo inorgânico (papel, plástico, vidro, latas) e lixo como pilhas e baterias, que são jogadas em qualquer lugar, muitas vezes no rio. Com isso, há contaminação da água, dos peixes e de nós mesmos que comemos o peixe.
3. Muita sujeira nos portos, sobretudo das comunidades maiores como Iauaretê e em Urubuquara, onde param muitos passageiros e embarcações grandes que carregam todo tipo de produto e também combustíveis.
4. Falta de coleta regular e correta destinação de lixo em Santa Maria e São Pedro.
5. Falta de sistema de esgoto e distribuição de água encanada em Iauaretê.

Medidas necessárias

- i. É preciso organizar a coleta e destinação do lixo nas comunidades.
- ii. Cada comunidade, com apoio do capitão, animadores, agente de saúde e instituições parceiras, deve estabelecer regras para o manejo do lixo pelas famílias, com a separação do lixo orgânico (casca de frutas, casca de mandioca, resto de comida), lixo inorgânico (vidro, latas, plástico etc.) e lixo tóxico (pilhas/baterias). É preciso definir o que deve ser enterrado e em qual local, uma vez escolhido o lugar pode-se fazer a compostagem do lixo; o

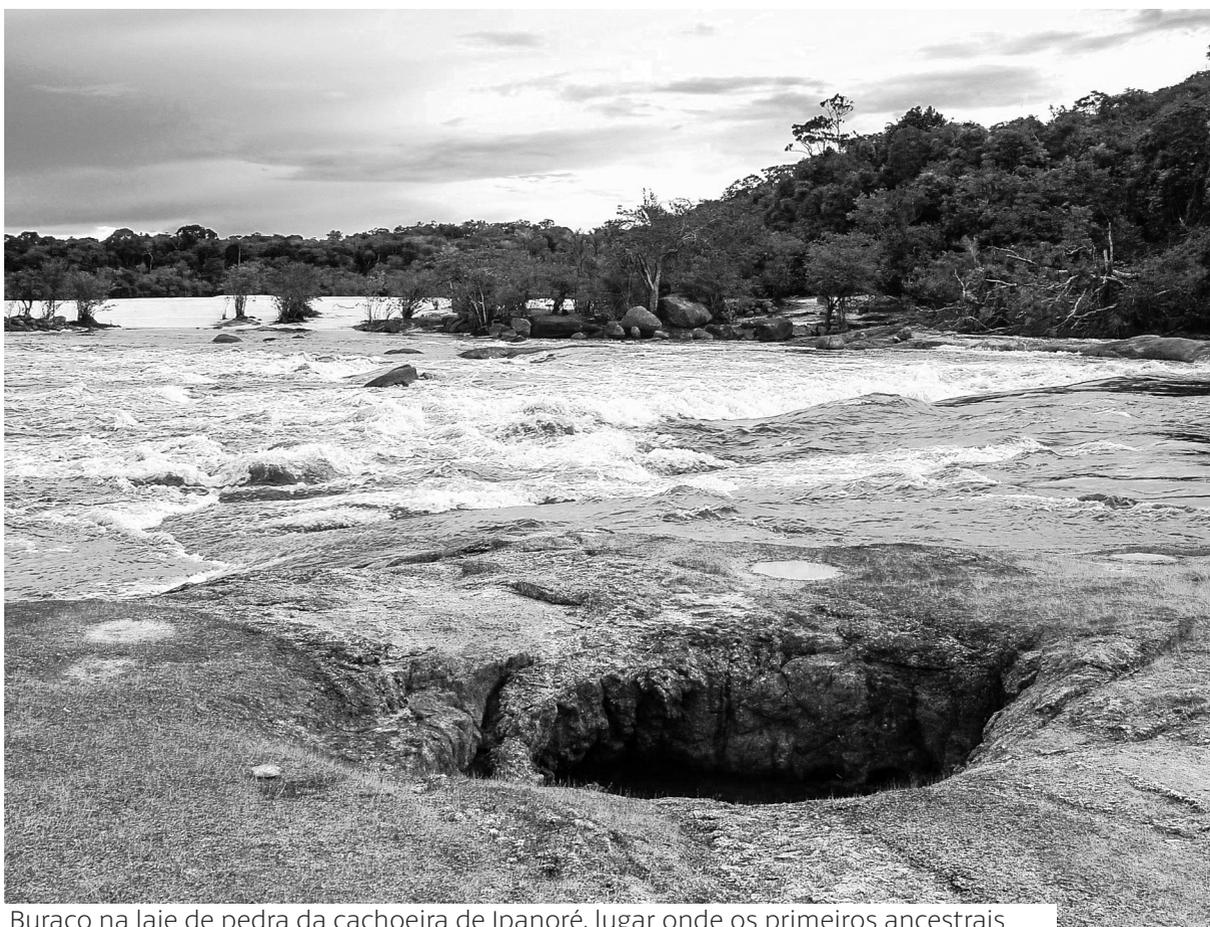
que deve ser queimado e em qual local e o que deve ser enviado para pontos especializados de coleta, como as pilhas e baterias.

- iii. No caso de pilhas e baterias usadas, cada comunidade deve se organizar para selecionar e separar as pilhas e baterias usadas, armazenando-as em local adequado. E as associações e agentes de saúde, por meio de parcerias com órgãos competentes, ficariam responsáveis por organizar a retirada desse material das comunidades e envio aos pontos de coleta.
- iv. Implementar programa de saneamento urbano em Iauaretê (lixo, esgoto e água encanada/potável), conforme previsto no Plano Diretor do município (2006).
- v. Fortalecimento e expansão da rede de AISAMs – Agentes Indígenas de Saneamento.
- vi. Implementar uma política pública de recolhimento de pilhas e baterias nas comunidades (Prefeitura/DSEI/Funai).
- vii. As escolas, os agentes indígenas de saneamento e os agentes de saúde devem conscientizar sobre a destinação correta do lixo e promover a educação ambiental para os estudantes e moradores, especialmente em Iauaretê.
- viii. Construir uma central de reciclagem em Iauaretê, onde as famílias e comunidades pudessem entregar/vender os materiais como plástico, latas, vidros e papel. Seria a um só tempo uma alternativa para o problema do lixo e uma fonte de renda.
- ix. Implementar programa de acesso à água potável nas comunidades: captação de água de chuva e perfuração de poços artesianos onde há viabilidade.

Comunicação e Energia

Uma estrutura de comunicação adequada em regiões de difícil acesso como Uaupés e Papuri é fundamental, pois um sistema de comunicação interna entre as comunidades permite, para citar algumas de suas funções, ajudar na fiscalização do território; notificar as equipes de saúde em casos de doença e sobretudo de acidentes, que demandam assistência imediata; receber notícias, como abertura de editais, convites para eventos, mudanças de ordem política no cenário local e nacional etc. Como foi destacado nas oficinas e consultas, “hoje já estamos em outros tempos, precisamos ter acesso à informação e precisamos nos comunicar, tanto internamente quanto com o mundo externo”.

Também há necessidade de energia elétrica, pois a energia é fundamental nos dias atuais. Precisa-se de energia para iluminar casas, escolas, centros comunitários; para conservar alimentos; para fazer funcionar aparelhos eletrônicos como computadores, celulares, rádios.

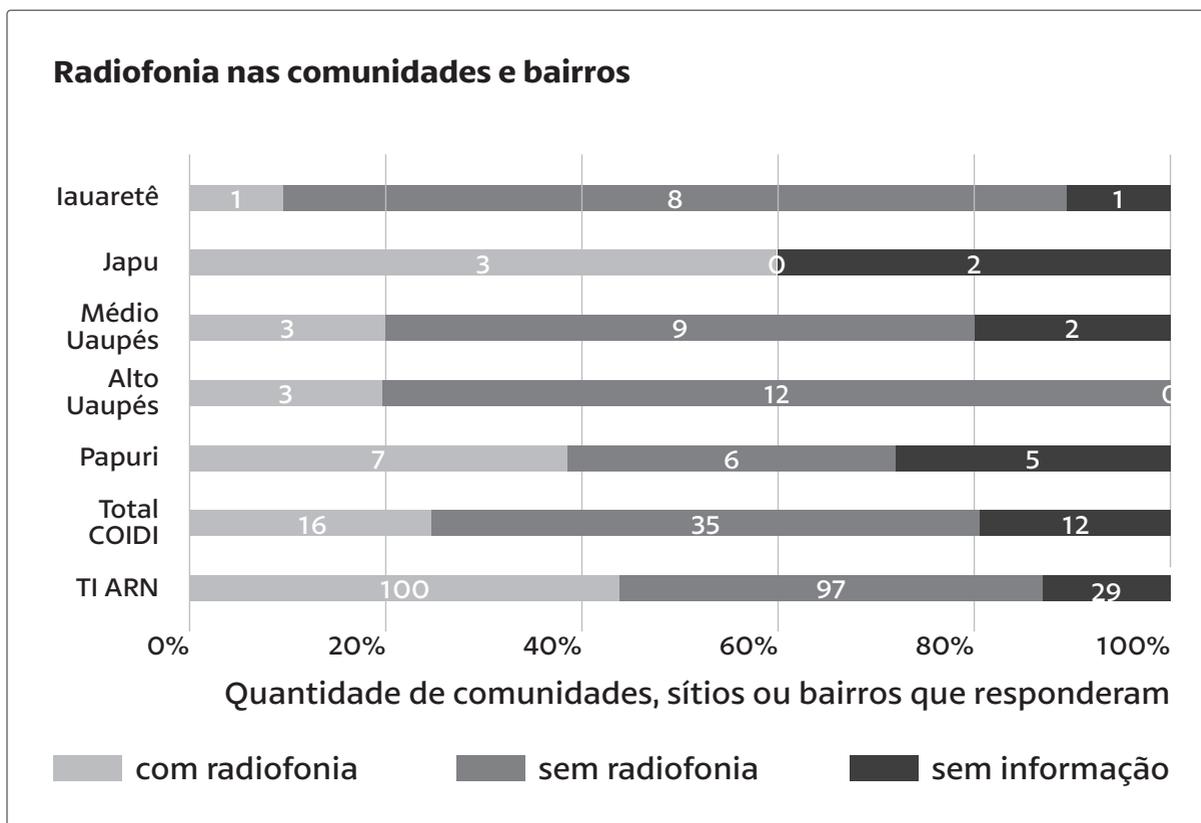


Buraco na laje de pedra da cachoeira de Ipanoré, lugar onde os primeiros ancestrais emergiram para esse mundo depois da longa viagem no ventre da Cobra-Canoa. Aloisio Cabalzar / ISA, 2008.

Dados do levantamento sobre comunicação

Radiofonia nas comunidades e também nos bairros de Iauaretê

Gráfico 19 – Radiofonia nas comunidades



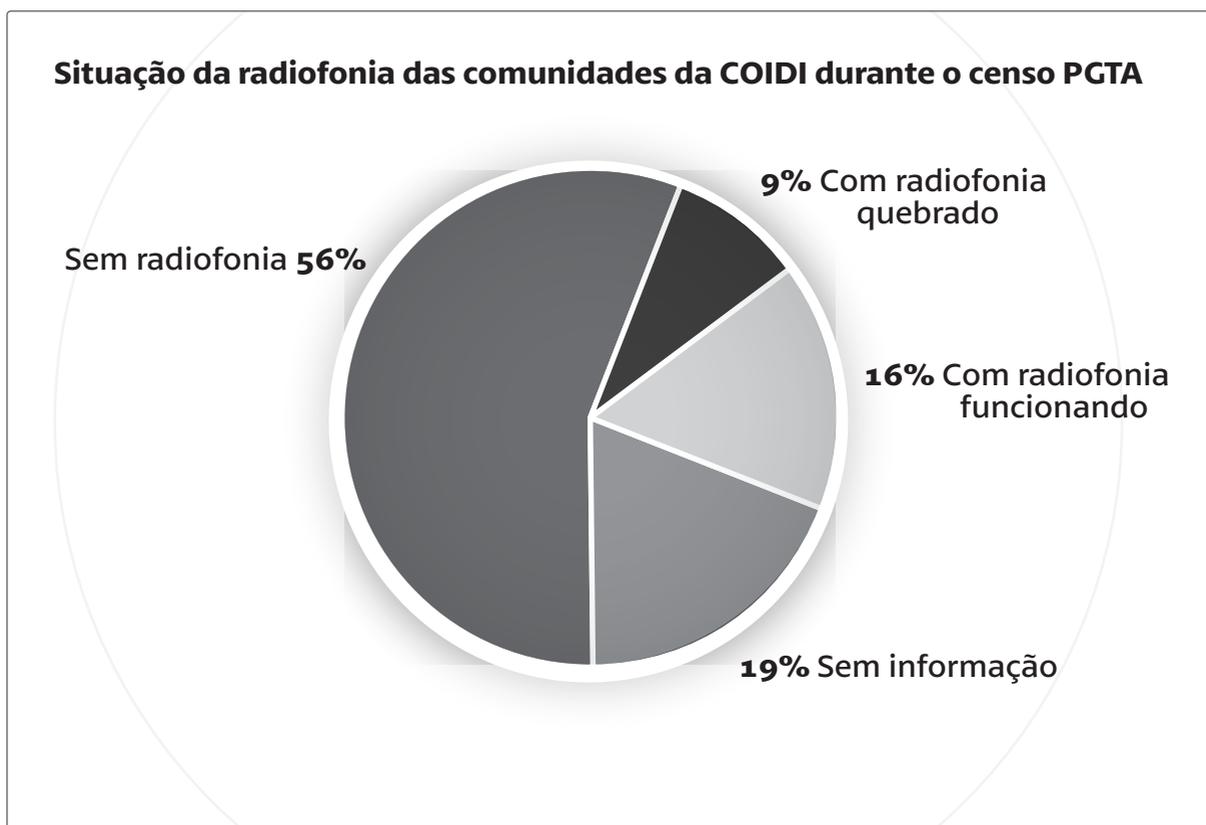
Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 45 – Radiofonia nas comunidades

Região	Comunidades/Bairros	Com radiofonia	Em %	Sem radiofonia	Em %	Sem informação	Em %
TI ARN	226	100	44	97	43	29	13
Total COIDI	63	16	25	35	56	12	19
Papuri	18	7	39	6	33	5	28
Alto Uaupés	15	3	20	12	80	0	0
Médio Uaupés	15	3	20	9	60	3	20
Japu	5	3	60	0	0	2	40
Iauaretê	10	1	10	8	80	1	10

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Gráfico 20 – Situação da radiofonia das comunidades da COIDI



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Situação dos rádios durante o censo PGTA

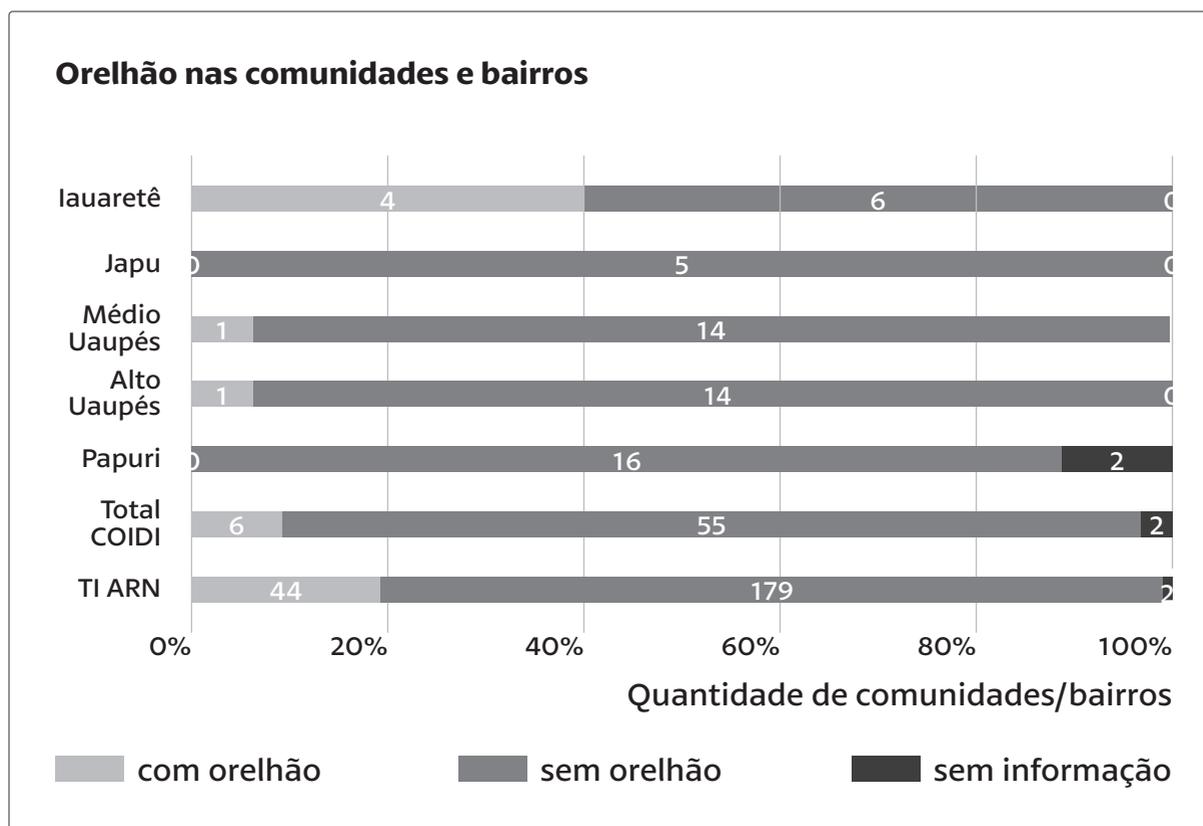
Tabela 46 – Situação da radiofonia das comunidades da COIDI

Região	Funcionando	Quebrado
TI ARN	65	35
Total COIDI	10	6
Papuri	4	3
Alto Uaupés	2	1
Médio Uaupés	3	0
Japu	0	3
Iauaretê	1	0

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Orelhão

Gráfico 21 – Orelhão nas comunidades



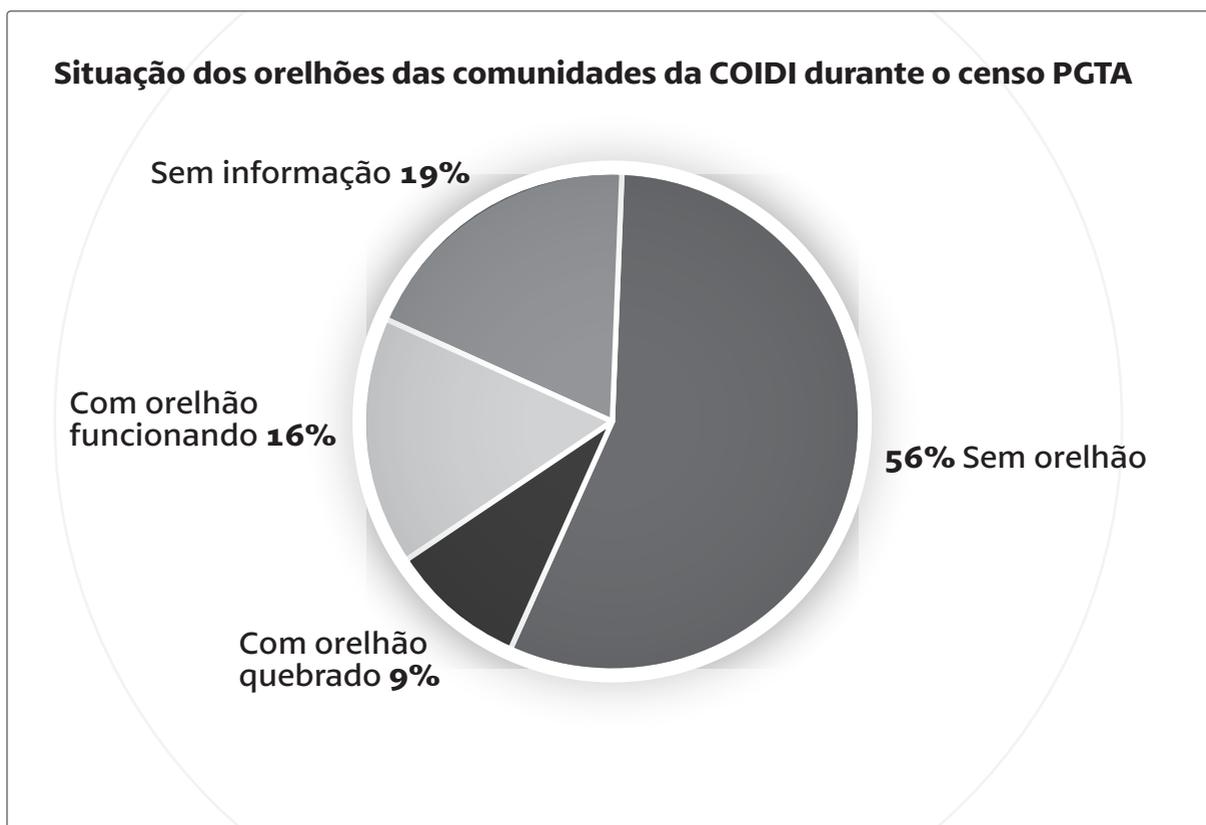
Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Tabela 47 – Orelhão nas comunidades

Região	Comu- nidades/ Bairros	Com orelhão	Em %	Sem orelhão	Em %	Sem in- formação	Em %
TI ARN	226	44	19	179	79	2	1
Total COIDI	63	6	10	55	87	2	3
Papuri	18	0	0	16	89	2	11
Alto Uaupés	15	1	7	14	93	0	0
Médio Uaupés	15	1	7	14	93	9	60
Japu	5	0	0	5	100	0	0
Iauaretê	10	4	40	6	60	0	0

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Gráfico 22 – Situação dos orelhões das comunidades da COIDI



Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Dados do levantamento sobre energia:

Comunidades onde há gerador comunitário (quebrado/funcionando)⁴¹

Tabela 48 – Comunidades com gerador de energia

Região	Comunidades/ Sítios/Bairros	Comunidades com gerador comunitário	Em %
TI ARN	224	60	27
Total COIDI	61	10	16
Papuri	16	1	6
Alto Uaupés	15	3	20
Médio Uaupés	15	5	33
Japu	5	0	0
Iauaretê	10	1	10

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Sobre a situação dos geradores, no momento do Censo, 40% dos geradores comunitários estavam quebrados.

⁴¹ Algumas localidades não responderam a pergunta.

Geradores familiares

Tabela 49 – Quantidade de geradores familiares

Região	Famílias entrevistadas	Geradores familiares	Em %
TI ARN	3452	488	14
Total COIDI	1070	61	6
Papuri	158	13	8
Alto Uaupés	147	12	8
Médio Uaupés	125	20	16
Japu	100	4	4
Iauaretê	540	12	2

Fonte: Levantamento Socioambiental FOIRN e ISA (2017)

Comunidades onde há outras fontes de energia

Sistemas de energia solar:

- Alto Uaupés: Carurú-Cachoeira, Cuiubi, Periquito
- Médio Uaupés: Jibari, Marabitana, Paraná Jucá, Urubuquara
- Japu: Água Viva, Santo Atanásio
- Papuri: Aracapá, Jandiá, Santa Cruz do Turi, Santa Luzia, São Fernando, São José de Anchieta, São Miguel, Uirapixuna, Waguiá

Sistema de energia hidrelétrica:

- Alto Uaupés: Querari

Usina termoelétrica:

- Iauaretê

Quadro 19 – Comunicação e energia: encaminhamentos COIDI

ENERGIA

Problemas/Desafios

1. Há em nossa região muitas comunidades que não possuem acesso à energia elétrica, inclusive comunidades onde há escola e polos base de saúde.
2. Há também muitas comunidades que possuem gerador a diesel ou a gasolina, mas que não conseguem encontrar meios adequados para adquirir o combustível, tanto pelos altos preços quanto pela dificuldade de se deslocar até a cidade para poder comprar o combustível.
3. Os geradores movidos a óleo diesel e a gasolina são a principal fonte de energia nas comunidades da área da COIDI hoje. Mas além de causar essa dependência por combustível, também poluem o meio ambiente.
4. Em Iauaretê, há a ameaça de que o fornecimento de energia pela Companhia Energética do Amazonas – CEAM cesse. O motivo é que o que a Companhia arrecada em Iauaretê não cobre os custos que ela tem com o transporte do combustível, frete do transporte de Manaus à Iauaretê e pagamento dos funcionários. Isso representa um problema grave para o povoado.

Medidas necessárias

- i. Implantação de sistemas completos de energia solar para cada comunidade, priorizando os equipamentos públicos como escolas e centro comunitários.
- ii. Placas solares e baterias para iluminação das casas e funcionamento de pequenos

aparelhos eletrônicos para cada família das comunidades.

- iii. Instalar miniturbinas para energia hidrocinética em comunidades onde há viabilidade (cachoeiras), no Uaupés e Papuri, a partir de um estudo prévio de técnicos sobre viabilidade de geração de energia nas comunidades.
- iv. Reforma da mini-usina de Querari, que está parada há anos por conta de defeitos no funcionamento do gerador. Técnico deve ter certificado para operar equipamento.
- v. Que os governos estadual e/ou federal, através das instituições responsáveis, destine recursos financeiros para fazer um estudo de potencialidades e alternativas energéticas para as dez comunidades de Iauaretê. Depois disso deveremos escolher o que menos afeta a natureza e menos pesa no orçamento público.
- vi. Oferecer formação para técnicos de manutenção e instalação de energia solar e hidrocinética.
- vii. Cada comunidade deve discutir e definir o bom uso da energia elétrica pela comunidade e pelas famílias, cuidando para que o uso das tecnologias (televisão, aparelhos de som, celulares etc.) não prejudique a boa convivência entre todos e a transmissão de conhecimentos entre pais e filhos.

COMUNICAÇÃO

Problemas/Desafios

1. Há muitas comunidades na área da COIDI onde não há qualquer meio de comunicação, dificultando o contato em caso de emergências, mobilização do movimento indígena, dentre outras situações.
2. A radiofonia é um meio fundamental e eficiente de comunicação na nossa

região. Mas hoje ela não é mais suficiente para suprir nossa demanda e necessidade por informação e comunicação, tanto interna quanto com o mundo externo.

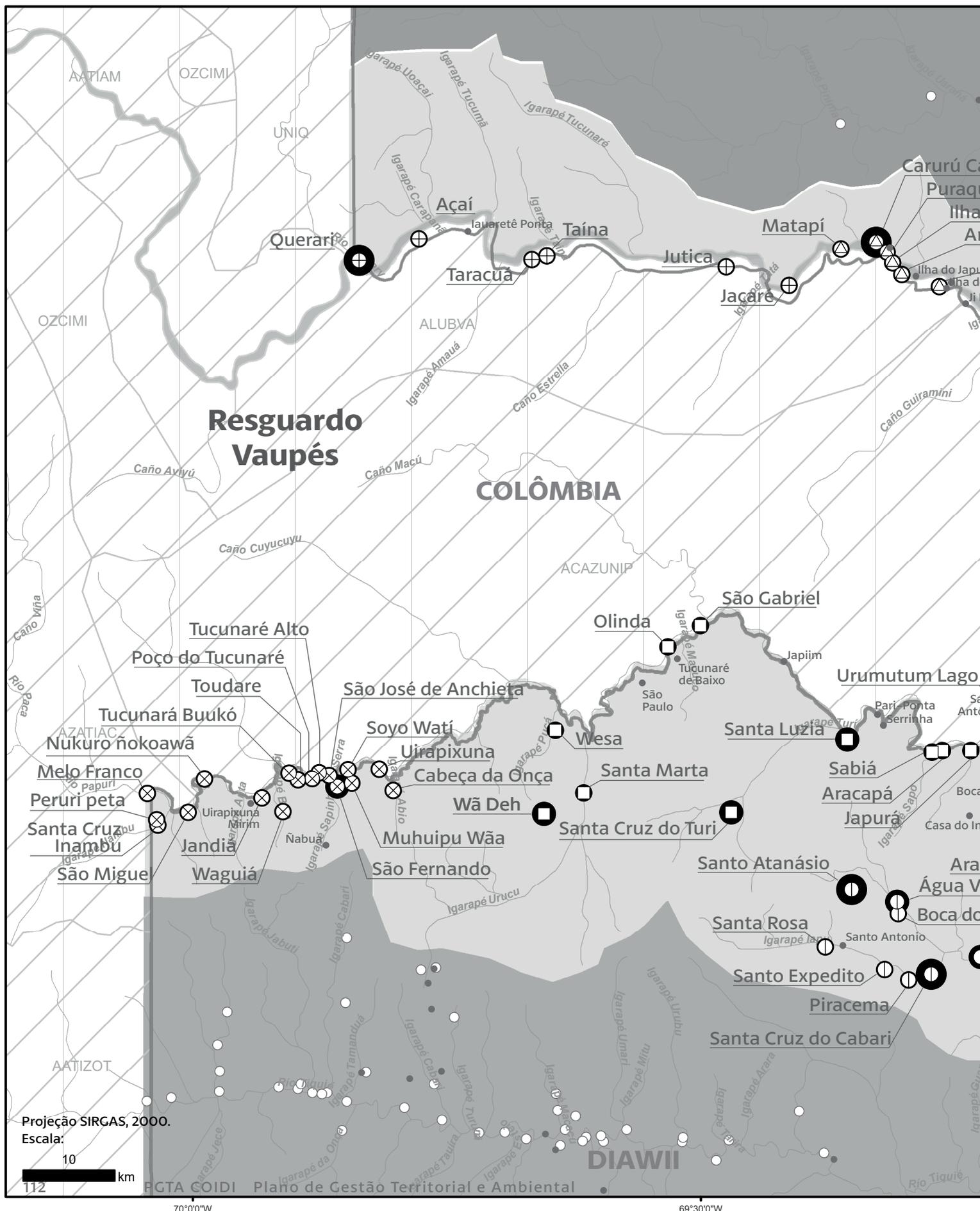
3. Em Iauaretê, quem precisa acaba utilizando o sinal de celular e internet de empresa de telefonia colombiana, por um alto custo, já que não há alternativas do lado brasileiro.

Medidas necessárias

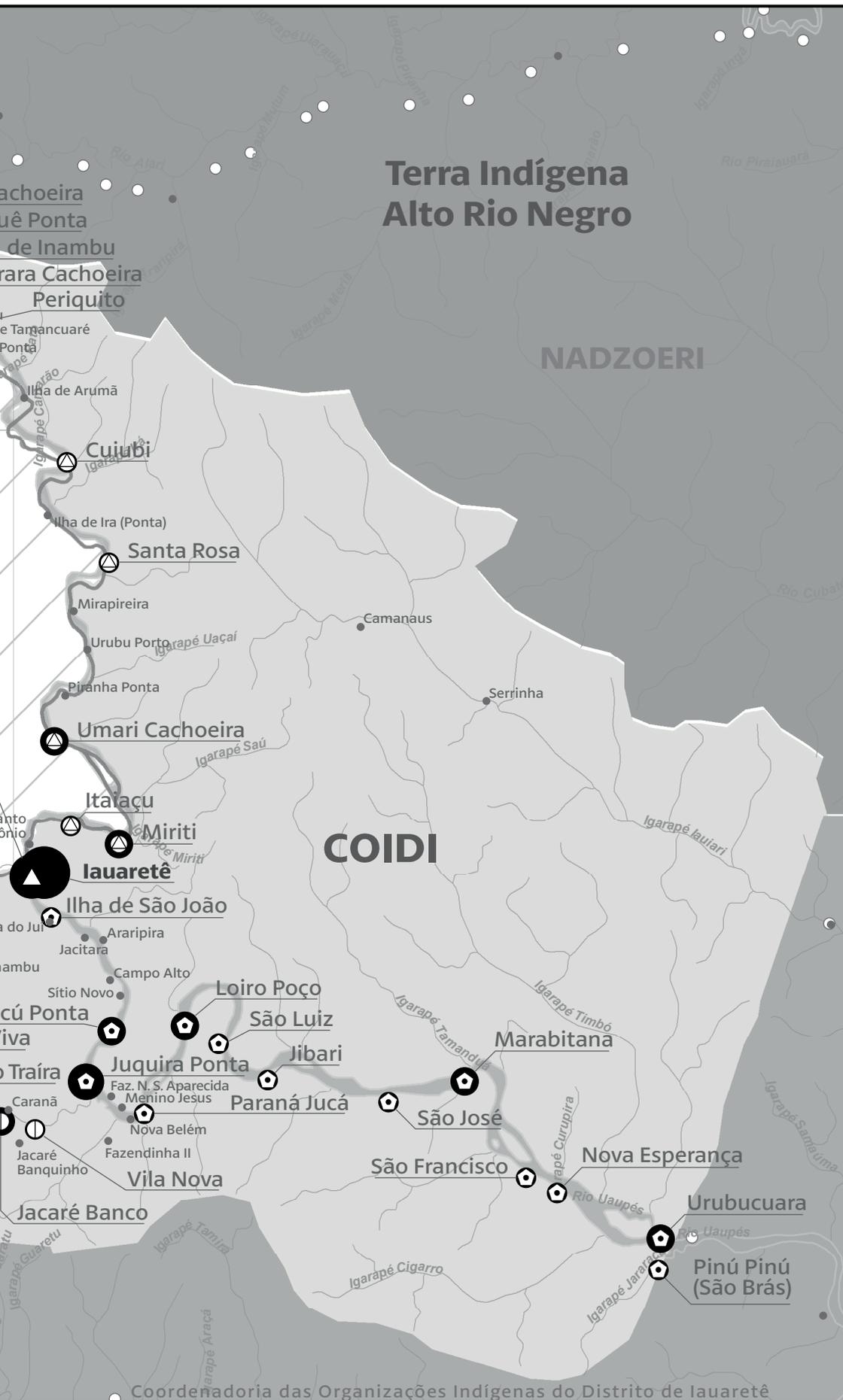
- i. Instalação de internet GESAC – Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão nas escolas localizadas em comunidades estratégicas. Papuri: São Gabriel, São José de Anchieta, São Miguel, Melo Franco e Santa Cruz do Turi; alto Uaupés: Querari, Caruru–Cachoeira, Santa Rosa; médio Uaupés: Loiro, Marabitanas, Urubuquara, Juquira, Loiro, Santa Cruz do Cabari, Santo Atanásio.
- ii. Expansão da rede de radiofonia, atendendo, a curto prazo, as comunidades mais remotas e de mais difícil acesso: médio Uaupés (Cabari, Santo Atanásio), alto Uaupés (Açaí, Taracua–Ponta, Jutica, Periquito, Cuiubi, Santa Rosa, Umari), Papuri (Santa Luzia, Melo Franco); a longo prazo, todas as comunidades da área da COIDI.
- iii. Manutenção dos orelhões que já existem, mas que estão quebrados: médio Uaupés (Marabitanas), alto Uaupés (Querari), Papuri (Patos).
- iv. Implantação do sistema de telefonia (orelhão) em comunidades que possuem Escola.
- v. Cursos de capacitação para técnicos indígenas em manutenção de radiofonia, orelhão e internet.
- vi. Implementação de programa de inclusão digital com a implantação de uma torre de internet potente capaz de atender toda a região da COIDI.
- vii. Implantação de antenas de telefonia móvel (com serviço 3G) que cubra toda a área da COIDI: médio Uaupés, Iauaretê, Papuri e alto Uaupés (parceria com empresas); prioridade para Iauaretê–centro.
- viii. Criação e funcionamento de uma rádio comunitária da região da COIDI.
- ix. Reforçar normas de boa conduta para o uso da radiofonia.



Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê – COIDI e Asso



Comunidades e Associações



Comunidades (população) área da COIDI

- até 50 pessoas
- 50 - 100
- 101 - 250
- 251 - 500
- 501 - 1.930
- outras comunidades
- sítios

Associações

- △ AMIDI-OCII-AISPI -CERCI-ATIDI-COIDI
- ⊗ ACIARP
- ⊕ ACIRJA
- ⊕ ACIRWA
- ⊕ ONIARWA
- ONIMRP
- ⬠ ACIMERVA

Áreas Protegidas

- ▨ Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas (AATI) – Colômbia
- ▭ Reserva Florestal (Ley 2ª, 1959 – Colômbia)

Fontes: Base cartográfica RAISC, Coordenadorias, Comunidades e Sítios e Associações ISA/FOIRN. Mapa elaborado pelo ISA/202013

IV. Siglário



ACAZUNIP Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papuri

ACIARP Associação das Comunidades Indígenas Alto Rio Papuri

ACIMERVA Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Vaupés

ACIRJA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Japu

ACIRWA Associação das Comunidades Indígenas do Rio Waupés Acima

ACIS Agente Comunitário de Saúde Indígena

AISAM Agente Indígena de Saneamento

AIS Agente Indígena de Saúde

AISPI Associação Indígena de Saúde Pública de Iauaretê

AMIDI Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê

APMESP Associação de Pais e Mestres das Escolas Santa Rosa e Periquito

APMC Associações de Pais e Mestres da Comunidade

ASEKK Associação da Escola Khumunu Wu'u Kotiria

ATIDI Associação dos Trabalhadores Indígenas do Distrito de Iauaretê

AZATRIBVA Asociación de Autoridades Tradicionales Indígenas del Bajo Vaupés

CEAM Companhia Energética do Amazonas

CERCI Centro de Revitalização das Culturas Indígenas de Iauaretê

CETAM Centro de Educação Tecnológica do Amazonas

COITUA Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

Comara Comissão de Aeroportos da Região Amazônica

COIDI Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê

DIA WII Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes

DSEI Distrito Sanitário Especial Indígena

FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Alto Rio Negro

FEI Fundação Estadual do Índio

FUNASA Fundação Nacional de Saúde

GESAC Governo Eletrônico Serviço de Atendimento ao Cidadão

IDAM Instituto de Desenvolvimento Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas

IFAM Instituto Federal do Amazonas

MEC Ministério da Educação

OCII Organização das Comunidades Indígenas de Iauaretê

ONIRWA Organização Indígena do Alto Rio Waupés

ONIMRP Organização das Nações Indígenas do Médio Rio Papuri

PEF Pelotão Especial de Fronteira

PPPI Projeto Político Pedagógico Indígena

PDPI Programa Demonstrativo dos Povos Indígenas

PNGATI Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas

PGTA Plano de Gestão Territorial e Ambiental

Prosamim Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus

SEMINPA Secretaria Municipal de Interior, Produção e Abastecimento

SEPROR Secretaria de Estado da Produção Rural

SESAI Secretaria Especial de Saúde Indígena

TACIS Técnico em Agente Comunitário de Saúde Indígena

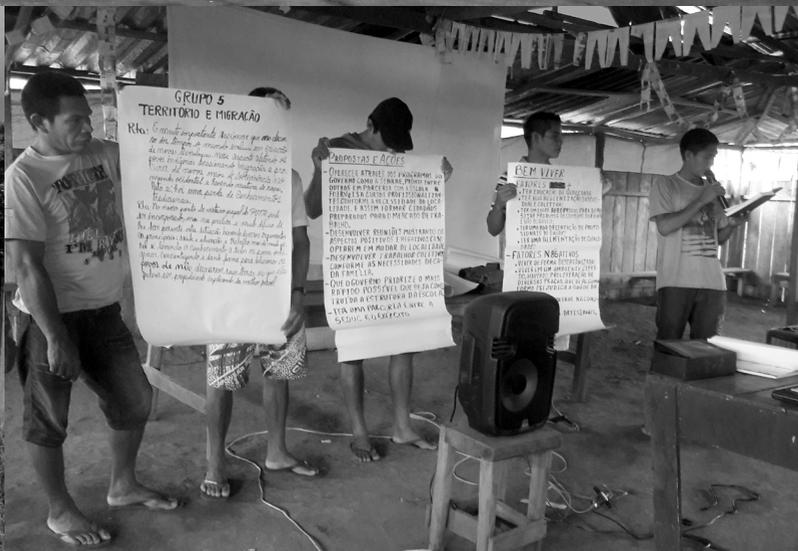
UEA Universidade Estadual do Amazonas

UFAM Universidade Federal do Amazonas

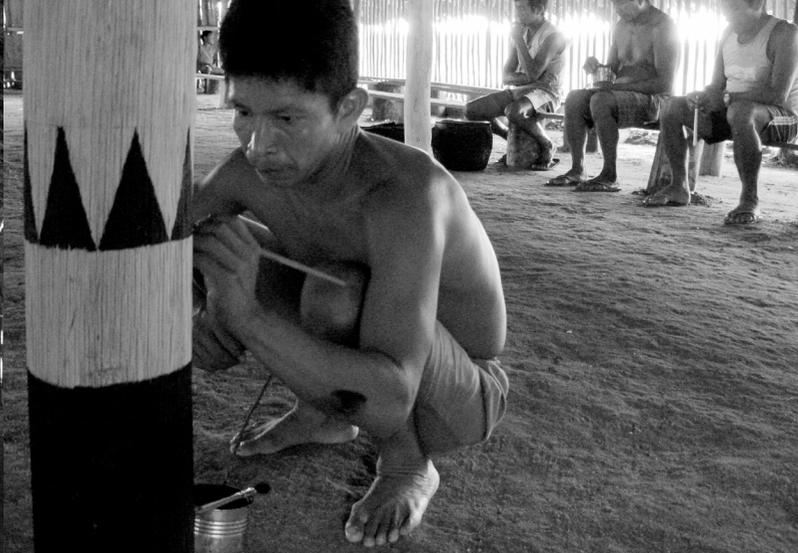
UNIDI União das Nações Indígenas do Distrito de Iauaretê











Créditos das imagens

Página 115

Vista aérea do alto rio Uaupés. Aline Scolfaro/ISA, 2013.

Comunidade Loiro, no médio Uaupés, durante consulta do PGTA da região da COIDI. Arquivo FOIRN, 2017.

Festa de inauguração da Maloca Tariano Koivathe, Iauaretê. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2005.

Grupo de jovens durante consulta do PGTA da região da COIDI, Iauaretê. Almerinda/FOIRN, 2017.

Grupo de trabalho do Papuri durante oficina do PGTA da região da COIDI, Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Oficina de trabalho do PGTA da região da COIDI, Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Página 116

Grupo de trabalho do médio Uaupés durante oficina do PGTA da região da COIDI, Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Grupo de trabalho do Papuri durante oficina do PGTA da região da COIDI, Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2015.

Comunidade Querari, no alto Uaupés, durante consulta do PGTA da região da COIDI. Arquivo FOIRN, 2017.

Vila Cruzeiro, Iauaretê. Aline Scolfaro/ISA, 2010.

Grupo de trabalho em Querari, no alto Uaupés, durante consulta do PGTA da região da COIDI. Arquivo FOIRN, 2017.

Festa, Iauaretê, São Gabriel da Cachoeira. Pedro Martinelli/ISA.

Moradias Hupd'äh, rio Papuri. Bruno Marques, 2012.

Página 117

Grupo de trabalho durante consulta do PGTA da região da COIDI, em São Gabriel do Papuri, rio Papuri. Emmanuel Richard, 2017.

Roça em São Gabriel do Papuri, rio Papuri. Aline Scolfaro/ISA, 2010.

Comunidade São Gabriel do Papuri, durante consulta do PGTA da região da COIDI, rio Papuri. Emmanuel Richard, 2017.

Moradia, rio Papuri. Aline Scolfaro/ISA, 2013.

Polo Base de Patos, rio Papuri. Paulinha, 2013.

Moradias Hupd'äh, rio Papuri. Fonte: Bruno Marques, 2012.

Maloca Tariano em Iauaretê. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2005.

Página 118

Maloca Tariano, Iauaretê. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2005.

Preparação da maloca Tariano para a festa, Iauaretê. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2005.

Maloca do CERCI, Iauaretê. André Martini/ISA, 2009.

Armadilha de pesca (cacuri) na Cachoeira da Onça, Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado para os povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2008.

Petróglifo, Iauaretê. Sônia Lorenz / ISA, 2004

Pedras da Cachoeira da Onça, Patrimônio Cultural do Brasil e lugar sagrado para os povos indígenas dos rios Uaupés e Papuri. Vincent Carelli / Vídeo nas Aldeias, 2008.





**PLANO DE GESTÃO TERRITORIAL E AMBIENTAL
COORDENADORIA DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO DISTRITO DE IAUARETÊ**